



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

GLOSSÁRIO DE TERMOS DO GRUPO DE PESQUISA ^[1]

LUGARES E PAISAGENS (ProLUGAR)

Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens – ProLUGAR ^[2]

[versão atualizada em 07out2020]

Texto utilizado pelos pesquisadores do grupo de pesquisa Lugares e Paisagens (ProLUGAR), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que não tem qualquer pretensão de abarcar a totalidade dos campos e vertentes do conhecimento. Essa versão substitui o antigo *Glossário de Termos de Filosofia e de Métodos de Pesquisa* e estende a autoria à toda equipe do ProLUGAR.

Inspirado nos glossários de Bruno Latour nos livros *A Esperança de Pandora* (2001) e *Políticas da Natureza* (2004), , vem sendo continuamente atualizado, na medida em que são performados* os estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS), a Teoria Ator-Rede (TAR) e a abordagem Experiencial (AE). Na medida em que a rede sociotécnica vai sendo performada e escritaCOM*, verbetes surgem, desaparecem ou se transformam. Como suas ausências e presenças são continuamente manipuladas, nenhum verbete ou explicação têm status, posição ou existência fora dessa performance. Ambiguidades, incertezas e transformações que produzem um processo lento, difícil e contínuo de migração de uma lógica mais formal e estruturada para uma performance progressivamente alinhada com os estudos CTS e com a TAR. A associação dos verbetes aqui reunidos evidencia as contradições e incertezas que vão sendo performadas na medida em que suas versões vão sendo atualizadas.

As palavras grafadas com asterisco (*) no final indicam a existência de verbete específico.

Abordagem Atuacionista [ver Enação] – abordagem das ciências cognitivas proposta por Varela, Thompson e Rosch (2003), que se valem da palavra inglesa *enaction* utilizada por Humberto Maturana e Francisco Varela para traduzir a expressão espanhola *en acción*, que entende a cognição como ação incorporada e que conjuga a percepção e suas capacidades sensorio-motoras embutidas num amplo contexto biológico, psicológico e cultural, com a ação perceptivamente orientada. Esta proposta recupera a consciência como um problema da ciência cognitiva, questionando a ideia de representação objetiva e puramente mental, supondo-se que tem a ver com algo externo e independente da experiência. Enfatiza ainda que a cognição emerge das interações indissociáveis e intersubjetivas do cérebro, do corpo e do ambiente, ou seja, a mente e o mundo atuam um sobre o outro, interferindo e influenciando-se mútua e

¹ Paulo A. Rheingantz, Vera R. Tângari, Giselle A. Azevedo, Alice Brasileiro, Bia Goulart, Denise de Alcântara, Fabíola B. Angotti, Flávia Lima, Giselle C. Gerson, Juliana M. Guerra, Marcelo H. Sbarra, Néborá L. Modler, Ramon S. Carvalho, Rodrigo N. Costa, Tanara F. Britto,.

² Texto didático baseado nos verbetes dos dicionários Novo Aurélio Dicionário Eletrônico Século XXI, v.3.0 (1999), Aulete Digital (s/d) e Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), de apoio para a disciplina Metodologia da Pesquisa. Rio de Janeiro: Proarq/UFRJ, 2000, atualizado em 2016 para a disciplina Teoria e Prática do Ensino de Projeto, ministrada para o Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PROGRAU/FAUrb-UFPel.

reciprocamente. “O ponto de partida da abordagem atuacionista é o estudo de como o observador pode orientar suas ações em sua situação local.” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 177).

Abordagem Experiencial (AE)³ – se configura ao mesmo tempo como processo-e-produto ou como instrumento-e-resultado que reconhece a impossibilidade de representação de um "mundo lá fora" independente e pré-existente à percepção de “uma mente aqui dentro” (Latour 2001) e a inadequação do distanciamento crítico e sua pretensa neutralidade: ao associar humanos, coisas e técnicas em coletivos, “apagam-se” as fronteiras entre sujeito e objeto (Pedro 1998). Inspirada na cognição atuacionista* (Varela et al 2003), que se ocupa do modo como o observador orienta suas ações em sua experiência de viver (habitar, trabalhar, consumir, lazer, etc.), a AE não lida com imagens mentais dos ambientes e lugares; nem entende o ambiente como uma "realidade" externa ao observador e possuidora de um conjunto de atributos previamente estabelecidos; ao reconhecer a impossibilidade de descrever as experiências no ambiente com base em representações mentais* ou a partir de percepções independentes do mundo vivido. Um mundo que passa a ser entendido como algo que, por ser incompleto, continuamente performa* traduções* ou apropriações locais e imperfeitas, que não são ‘certas’, ‘erradas’ ou ‘indiscutíveis’. A AE produz relatos que buscam seguir os movimentos e registrar os efeitos que se produzem nas relações envolvendo pessoas, objetos e ambientes: o mundo e as pessoas especificam-se mutuamente e performam *ações incorporadas**. A partir da associação com a Teoria Ator-Rede, o observador passa a ser entendido como uma *interface que aprende* (Latour 2008b) a ser afetada por diferenças que emergem de articulações que não costumavam ser registradas. E o observador passa a atuar como *co-protagonista* das múltiplas associações que se produzem nas dinâmicas a serem explicadas em sua subjetividade – aqui entendida como efeito das conexões de uma rede que não deve ser confundida com "individualidade".

Abstração – Cf. Latour (2008a) a TAR demanda um nível maior de abstração na teoria que, além de não interromper o fluxo das controvérsias, permita aos atores desdobrarem seus próprios e diversos cosmos, por mais contraintuitivos que pareçam. Segundo Latour, esse maior nível de abstração na teoria social dificulta compreender a TAR. Em uma comparação com o trabalho de registro de um cartógrafo, a forma estranha e bagunçada de registro do fluxo das controvérsias, onde nenhum registro corresponde exatamente com formas pré-determinadas, “a TAR sustenta que não é possível rastrear relações mais robustas e descobrir padrões de referência mais reveladores ao encontrar a maneira de registrar os vínculos entre marcos de referência instáveis e cambiantes em vez de tratar de manter estável um marco” (Latour 2008: 43).

Ação Incorporada – Cf. Varela, Thompson e Rosch (2003: 177), “Usando o termo *incorporada* queremos chamar a atenção para dois pontos: primeiro, que a cognição depende dos tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras, e segundo, que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente. Utilizando o termo *ação* queremos enfatizar novamente que os processos sensoriais e motores – a percepção e a ação – são fundamentalmente inseparáveis na cognição vivida. De fato, os dois não estão apenas ligados contingencialmente nos indivíduos: eles também evoluíram juntos.” Os autores também observam que “o mundo e a pessoa que o percebe, especificam-se mutuamente.”(Varela; Thompson; Rosch 2003: 176)

Acoplamento estrutural – ver *Entrelaçamento Estrutural*

Actante – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Literalmente, o que executa ou sofre uma ação; 2. Ling. Quem ou o que realiza ou sofre a ação indicada pelo verbo dentro de um processo semântico; o protagonista da ação, dirigida em favor de um beneficiário (actante sujeito; actante objeto); 3. Lit. Elemento gerador ou participante de ação numa narrativa ficcional ou ainda ser, força ou coisa que participa da ação, na estrutura de uma narrativa. Cf. Latour (2001), como a palavra *ator* se restringe a humanos, nos estudos

³ Versão revista e atualizada da formulação original (Rheingantz 2004; Rheingantz et al 2009) à luz dos pressupostos da Teoria Ator-Rede e dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade.

alinhados com a TAR se deve utilizar o termo tomado da semiótica *actante* para incluir a agência ou ação dos não-humanos. Nos estudos mais recentes, um grupo de pesquisadores do grupo ProLUGAR tem utilizado essa palavra para designar aqueles que constituem, consomem, modificam, domesticam, projetam, reconfiguram e resistem ao AC. Amparados na Teoria Ator-Rede (TAR), em lugar de 'objetos de pesquisa' separados, projetistas, observadores, clientes, usuários, AC, objetos técnicos e todas as coisas que permeiam nosso cotidiano passam a ser entendidos como actantes que reúnem diferentes percepções e *traduções* sobre um mesmo *coletivo* ou *rede sociotécnica*. Como todos eles se afetam mutuamente, nos interessam as conexões que se estabelecem entre eles e seus agenciamentos para engendrar transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental (Latour 1994, 2000, 2008; Knorr-Cetina 2001; Law e Mol 2000; Stengers 2002; Mol 2008). Cf. Gómes e Tirado (2014: 3), o termo provém da semiótica e se refere a qualquer elemento que tenha uma função ou atividade em uma estrutura narrativa e sua importância está em não estabelecer uma distinção entre os humanos e os não humanos, entre os efeitos estruturais e individuais, entre o macro e o micro. "Os actantes são entidades singulares ou discretas. Melhor, são partes de redes que alcançaram um certo grau de estabilidade relacional e autonomia. E por sua vez, podem ser considerados como um ator-rede de pleno direito porque sempre podem se decompor em uma plêiade de outras entidades que atuam na conformação desse grau de estabilidade". A partir de setembro de 2020, passei a utilizar essa palavra para designar os atores-rede para evitar ser considerado por quem ainda navega pelas águas da sociologia do social* como machista, em lugar de ator ou da alternativa à complexidade de designar os diversos gêneros que proliferam entre os dois extremos ator-atriz na atualidade.

Ad hoc (adóc) – Cf. Dicionário Aulete Digital,, 1. De propósito: adrede. 2. Designado, por se tratar de perito (4), para executar determinada tarefa. Ex.: 3. Filos. Diz-se de argumento ou de assunção forjados a partir do fato que pretendem justificar ou explicar.

Agência – ao trazer os não-humanos para o centro do debate, Latour (2012) postula que os mesmos são dotados de agência, ou seja, são atores de plenos direitos.

Agenciamento – termo derivado da palavra francesa *agencement*, utilizado nas artes por Jean Dufuffet (1953) para definir colagens com objetos e materiais tridimensionais, baseada no princípio de que todo e qualquer material pode ser incorporado a uma obra de arte, criando um novo conjunto, maior que, mesmo sem perder seu sentido original, rompe e ultrapassa as limitações da superfície criando uma junção da pintura com a escultura; também pode ser traduzido como "arranjo", "encaixe" ou "fixação"; afirma a implicação inerente da conexão entre conceitos específicos cujos arranjos fornecem sentido ou significado; trata de justaposição de elementos no qual cada peça do conjunto mais amplo pode ser identificada; (raramente) utilizado por Deleuze e Guattari em um sentido filosófico, nas traduções inglesas, o termo foi erroneamente entendido como análogo a agenciamento.

Ambiência: qualidade de "vida" ou grau de "acolhimento" produzido no interior do ambiente construído em função do conjunto de associações e relações que influenciam o bem-estar dos habitantes de um lugar ou edifício: imageabilidade, sensação de segurança e acolhimento, sinestesia, acessibilidade, conforto aeróbico, paisagem olfativa, paisagem auditiva, paisagem visual (interior e exterior), conforto tátil, qualidade da circulação interna, qualidade dos serviços e da aparência interna. Na perspectiva dos CTS/TAR a ambiência é performada (ver *Performance* e *Performance*), instável e seu entendimento e descrição são dependentes dos recursos próprios do analista.

Ambiente – Cf. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2001-2002), palavra derivada do Latim *ambienséntis* participio presente de *ambire* 'andar ao redor, cercar, rodear'; ver *ambie*, meio em que se vive, que rodeia ou envolve os seres vivos e as coisas; meio ambiente; recinto, espaço, âmbito em que se está ou vive. Palavra mais abrangente e adequada do que *espaço*, "atualmente mais utilizada, para fazer referência ao espaço sideral interplanetário" (Santos 1997), pois traduz com maior propriedade o meio no qual todos os coletivos compostos por seres humanos e não-humanos estão imersos. Como seu significado inclui o conjunto de condições materiais, históricas, sociais e culturais, o ProLUGAR utiliza a palavra *ambiente* em lugar de *espaço* – cuja conotação abstrata ajusta-se perfeitamente para a afirmação dos propósitos e ideais modernistas cuja concepção de futuro separa humanos e não-humanos (Latour

2001) – para traduzir com maior propriedade o *espaço significativa* ou meio no qual todos os coletivos compostos por seres humanos e não-humanos estão imersos. Cf. Bruno Latour (2004: 369) “a preocupação que se pode ter aparece quando desaparece o ambiente, como o que é externo ao comportamento humano; é o conjunto exteriorizado do que não se pode mais exatamente nem redefinir para o exterior como descarga, nem conservar como reserva”. As abordagens CTS-TAR reforçam a importância de se reunir aquilo que foi separado – ambiente *construído* e ambiente *natural* – de modo a evitar uma má distribuição de poderes, reassociando os antigos poderes da natureza e da sociedade em um único lugar. Apesar de empregado no singular, o termo não se refere a uma unidade já feita, mas a um conjunto de procedimentos para coligar as associações de sociedade e natureza.

Ambiente Construído – cf. Ornstein et al (1995: 7), “todo o ambiente erigido, moldado ou adaptado pelo homem. São artefatos humanos ou estruturas físicas realizadas ou modificadas pelo homem”. Na perspectiva CTS-TAR, a exemplo da separação sociedade-natureza, os ambientes natural e construído são indissociáveis, performados (ver *Performance* e *Performance*) e, portanto, instáveis: a “regra é a performance e o que se deve explicar, as exceções inquietantes, são qualquer tipo de estabilidade a longo prazo e em maior escala ... nossa escola vê a estabilidade com exatamente o que precisa ser explicado, apelando a *meios* custosos que demandam esforço. ... O grande benefício de uma definição performativa [é que ela] ... chama a atenção sobre os aportes-chave dos recursos próprios do analista” (Latour 2008: 58).

Ambiente Natural – Cf. a definição clássica, é o meio pré-existente envolvente dos homens, artefatos e objetos, ou que ainda não sofreu as consequências da ação humana; cf. os CTS-TAR, a regra também passa a ser a performance, a instabilidade (ver *Performance* e *Performance*) de ambientes ainda não transformados pela ação humana, mas que agora deixam de ser algo externo ao comportamento humano, ou como “conjunto exteriorizado do que não pode mais ser entendido ou redefinido para o exterior como descarga, nem conservar como reserva” (Latour 2004: 369).

Análise – 1 Cf. Dicionário Aulete Digital, Ato ou efeito de analisar. 2. Decomposição de um todo em suas partes constituintes: 3. Exame de cada parte de um todo, tendo em vista conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções, suas relações, etc.: 5. Estudo pormenorizado; exame, crítica: 6. Filos. Determinação dos elementos que se organizam em uma totalidade, dada ou a construir, material ou ideal. [Cf. análise cartesiana.] **Análise cartesiana**. Filos. 1. Regra de método que consiste em dividir cada problema em quantas partes seja necessário para melhor resolvê-lo. [Cf. análise (6).] **Análise de regressão**. Estat. 1. Conjunto de métodos que visam a determinar a significância dos parâmetros de uma equação de regressão. **Análise de variância**. Estat. 1. Técnica estatística que tem por objeto determinar a influência que alguns fatores, capazes de modificar o valor de uma variável aleatória, exercem sobre a variância desta variável. **Análise morfológica**. Gram. 1. Aquela em que se determina o processo de formação das palavras mediante a classificação de seus elementos mórficos. [V. morfema..] ***** 2 S. f. 1. F. red. de psicanálise.

Análise de Conteúdo – cf. Bardin (1995: 31), “conjunto de técnicas de análise de comunicações” cujos princípios se originam na linguística e na psicologia social. Visam obter indicadores quantitativos ou qualitativos, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, para a inferência dos conhecimentos relativos às condições de sua produção e/ou recepção.

Analogia – Cf. Dicionário Aulete Digital, ponto de semelhança entre coisas diferentes. 2. Semelhança, similitude, parença. 3. Filos. Identidade de relações entre os termos de dois ou mais pares. 4. Filos. Semelhança entre figuras que só diferem quanto à escala. 5. Filos. Semelhança de função entre dois elementos, dentro de suas respectivas totalidades. [Cf. nas acepç. 3 a 5, generalização (3).] 6. Fís. Relação entre dois fenômenos físicos distintos que podem ser descritos por um formalismo matemático idêntico, a qual pode existir entre um fenômeno elétrico e outro mecânico, entre um acústico e um elétrico, etc.

Anímico – Pertencente ou relativo à alma; psíquico.

Arquétipo – Modelo de seres criados. 2. Padrão, exemplar, modelo, protótipo. 3. Psicol. Cf. Jung, psicólogo e psicanalista suíço (1875-1961), imagens psíquicas do inconsciente coletivo [q. v.], que são patrimônio comum a toda a humanidade:

Artefato – Cf. Dicionário Aulete Digital, qualquer dispositivo ou parte de objeto produzido pelos humanos - à mão ou industrialmente - ou em arqueologia [Wikipedia], que além de produzido pelo homem, fornece indicações sobre a época ou a cultura a que pertenceu seu autor ou seus usuários.

Assemblage ou Assemblagem – [ver Associação e Método da Assemblagem] Cf Stanford Encyclopedia of Philosophy, termo cujo sentido filosófico é originário do correspondente à palavra francesa *agenciamento*, que pode ser traduzido coma "arranjo", "encaixe" ou "fixação", que afirma a implicação inerente da conexão entre conceitos específicos cujos arranjos fornecem sentido ou significado; . Cf. Wikipedia, termo utilizado nas artes por Jean Duduffet (1953) para definir colagens com objetos e materiais tridimensionais, baseada no princípio da "estética da acumulação" – qualquer material pode ser incorporado a uma obra de arte, criando um novo conjunto, maior que, mesmo sem perder seu sentido original, rompe e ultrapassa as limitações da superfície criando uma junção da pintura com a escultura. Trata-se de justapor elementos, em que é possível identificar cada peça no interior do conjunto mais amplo. Cf. John Phillips apesar de Deleuze e Guattari raramente usarem o termo *assemblagem* em um sentido filosófico, nas traduções inglesas, os termos foram percebidos erroneamente como análogos ([https://en.wikipedia.org/wiki/Assemblage\(philosophy\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Assemblage(philosophy))). Em *Urban Cosmopolitics* (2016) Farías e Blok explicam, numa perspectiva *deleuziana*, que a proposição central de *Urban Assemblage* seria a de reimaginar a cidade como um espaço-objeto *múltiplo* cuja multiplicidade é constituída por termos heterogêneos, que estabelece ligações e relações entre eles, cuja única unidade é a de "cofuncionamento", de simbiose ou "simpatia". Os autores também observam que "em uma ontologia das assemblagens urbanas, todos os conceitos – tais como determinação estrutural, ideologias dominantes e hierarquias bem definidas – são retrabalhados a partir de um entendimento relacional das formações espaciais como efeitos que precisam ser constantemente defendidos, reunidos, mantidos e reparados" (Farias 2011 *apud* Blok; Farías 2016: 5).

Assemblagem Urbana – Cf. Farías e Blok (2016), a proposição central de *Urban Assemblage* é reimaginar a cidade como um espaço-objeto *múltiplo*, numa perspectiva *deleuziana* de uma multiplicidade constituída por termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles e cuja única unidade é a de "cofuncionamento", de simbiose ou "simpatia".

Associação – [ver Assemblage ou Assemblagem] Cf. Latour (2004: 370), estende e modifica o sentido das palavras social e sociedade, que são sempre prisioneiras da divisão entre o mundo dos objetos e o dos sujeitos; em vez da distinção entre os sujeitos e os objetos, falar-se-á de associações entre os humanos e não-humanos; o termo recupera, assim, ao mesmo tempo, as antigas ciências naturais e as antigas ciências sociais. A reflexão sobre as associações entre pessoas e coisas, matéria e significado contribui para produzir ontologias alternativas para esses objetos desordenados e evasivos e seus modos de 'estar presente'.

Associação, Substituição; Sintagma, Paradigma: Cf. Latour (2001: 345-346), esses dois pares de termos substituem a obsoleta distinção entre objetos e sujeitos, Em linguística, um sintagma é o conjunto de palavras que podem ser associadas numa frase do pescador vai pescar com um cesto" define assim um sintagma), ao passo que um paradigma são todas as palavras que podem ser substituídas numa dada posição na frase ("O pescador", "o merceeiro", "o padeiro" formam um paradigma). A metáfora linguística se generaliza para formular duas questões básicas: Associação – que ator pode ser conectado a qual outro? Substituição – que ator pode substituir qual outro numa dada associação?

Atenção ou Consciência – método proposto por Varela, Thompson e Rosch para examinar a experiência humana inspirado na *meditação atenta* da filosofia budista Abhidharma, que reconhece a tendência da mente em divagar quando as pessoas estão tentando desempenhar alguma tarefa – inclusive durante a observação em uma APO. "As pessoas que meditam descobrem que a mente e o corpo não são coordenados. O corpo está parado, mas a mente é com frequência surpreendida por pensamentos,

sentimentos, conversas internas, sonhos diurnos, fantasias, sonolência, opiniões, teorias, julgamentos sobre pensamentos e sentimentos, julgamentos sobre julgamentos – uma torrente interminável de eventos mentais desconectados que aqueles que meditam nem mesmo percebem que está ocorrendo, exceto naqueles breves instantes quando se lembram do que estão fazendo.” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 41) Integrando corpo, mente e ambiente, o observador deve esvaziar a mente dos pensamentos e se deixar levar com atenção e naturalidade pelo fluxo das sensações e emoções que são experienciadas durante a observação. A experiência do observador que experiencia seu corpo, sua mente, os objetos e artefatos e suas relações no ambiente deve ser destituída (esvaziada) de qualquer influência da existência real, independente ou permanente, e a sua “descrição também funciona como uma recomendação e uma ajuda para a contemplação” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 231). As técnicas de atenção são projetadas para deslocar a mente das amarras da atitude abstrata relacionada com suas teorias e preocupações, para uma situação de consciência ou atenção para a própria experiência vivenciada por uma determinada pessoa.

Ator – Cf. Dicionário Aulete Digital, **1.** Aquele que interpreta personagens em peças de teatro, filmes de cinema, filmes ou novelas de TV etc. **2.** Fig. Indivíduo dissimulado, que sabe fingir; ENGANADOR; FARSANTE; HIPÓCRITA; IMPOSTOR: *É um grande ator, enganou todo mundo com sua carinha de anjo.* Cf. Latour (2008a) na abordagem TAR*, ator é aquilo que muitos outros levam a agir mas ninguém sabe quantas pessoas agem simultaneamente num indivíduo; em contrapartida, ninguém pode afirmar quanta individualidade existe num conjunto de dados estatísticos;

Ator-rede – Cf. Latour (2008a), expressão utilizada para dar vida à segunda fonte de incerteza, que é central em todas as ciências sociais, que não vê a ação como algo transparente que ocorre sob o controle da consciência, mas sim como um nó, um nó e um conglomerado de muitos conjuntos surpreendentes de agências que lentamente precisam ser desenredadas. Em primeiro lugar se diz que um ator é um *ator-rede* para sublinhar que ele representa a maior fonte de incerteza a respeito da origem da ação. Cf. Pedro (2010: 81-82), “na rede, cada elemento é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças e arregimentar outros atores; uma rede, capaz de, a partir de seus movimentos, redefinir e transformar seus componentes. Um ator é, assim, uma rede configurada a partir de relações heterogêneas, ou seja, ele é *um efeito da rede* que, por sua vez, participa da composição de outras redes”.

Atuação – palavra escolhida pelo tradutor de Varela, Thompson e Rosch (2003) da palavra inglesa *enaction* para caracterizar uma abordagem para as ciências cognitivas que questiona “explicitamente a pressuposição, prevalente nas ciências cognitivas como um todo, de que a cognição consiste na representação de um mundo que é independente de nossas capacidades perceptivas, por um sistema cognitivo que existe independente desse mundo. Ao invés disto delineamos uma visão de cognição como ação incorporada...”; (Varela; Thompson; Rosch 2003: 17). [Ver **Performance** e **Performação**]

Autopoiético – aquilo que nós produzimos, de criação contínua, sendo feito o tempo todo na relação com o mundo (Maturana; Varela 1995).

Avaliação Pós-ocupação (APO) – processo interativo, sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação. Sua vertente **behaviorista** fundamenta-se na ideia de representação mental e na suposição de que o ambiente tem a ver com algo externo, independente da experiência e focaliza os ocupantes e suas necessidades para avaliar o desempenho do ambiente construído com relação à percepção e o uso por parte dos diferentes grupos de usuários. Sua vertente **experiencial ou ação incorporada**, por sua vez, deriva-se da proposição de Varela, Thompson e Rosch (2003: 177) que chama a atenção para dois pontos: “que a cognição depende dos tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras” e “que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente”. Ao utilizar o termo *ação* os autores procuram enfatizar que os processos sensoriais e motores – a percepção e a ação – são inseparáveis na cognição experiência: ambos evoluem junto, ou seja: os ambientes e as pessoas especificam-se mutuamente. Seguindo alguns princípios orientadores alinhados com os **Estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS)** e a **Teoria Ator-Rede (TAR)**, é possível fazer emergirem algumas questões importantes para transformar o

entendimento de qualidades (no plural) do ambiente construído: (1) que *os ambientes* são *performados* ou trazidos à existência (Mol 2002) nas redes de objetos, materialidades, tecnologias, natureza, organismos e seres humanos (Fariás 2010), ou seja: possibilitam assumir que a realidade é produzida, "manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas" (Mol 2008: 66); (2) que essas qualidades não são preexistentes: elas *emergem* de múltiplos processos de associações (Fariás 2010) produzidas pela justaposição de materiais ou eventos heterogêneos, cuja tensão oscila entre os opostos *urbanidade-desurbanidade*; (3) que mesmo tendo localização e forma estável, a singularidade dos *ambientes em ação* possibilita que eles possam acolher *diferentes usos*, transformando-se em outro tipo de construção ou ambiência com relativa facilidade: (4) que, por operarem de modo simultâneo com diferentes usos e atores, por serem transformados pelas ações que acontecem em seu interior e exterior, os ambientes não são objetos estáticos: eles devem ser entendidos como objetos *em movimento*, mesmo depois de construídos (Latour, Yaneva 2008).

Avaliação Pré-projeto (APP) – processo sistematizado de simulação do desempenho do ambiente construído realizado ao longo do processo decisório do projeto (Ornstein et al, 1995) ou após a sua conclusão, com o objetivo de identificar, com a ajuda dos futuros ocupantes, possíveis falhas ou problemas, tanto para a vida dos ocupantes como para o desempenho do ambiente considerado. Muito utilizada pelos ergonomistas, a APP ainda carece de reconhecimento por parte dos arquitetos.

Axioma – Cf. Dicionário Aulete Digital, Premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração. 2. P. ext. Máxima sentença: 3. Lóg. Proposição que se admite como verdadeira porque dela se podem deduzir as proposições de uma teoria ou de um sistema lógico ou matemático.

Behaviorismo – Restrição da psicologia ao estudo objetivo dos estímulos e reações verificadas no físico, com desprezo total dos fatos anímicos.

Bem-estar – Cf. Dicionário Aulete Digital, S. m. 1. Estado de perfeita satisfação física ou moral; conforto.

Caixa-Preta – Cf. Wikipedia, Vitold Belevitch [1962] atribui o uso explícito do termo a Franz Breisig (1921) para designar os componentes dos terminais em redes de duas portas. Seu significado recente em Inglês parece ter surgido por volta de 1945, inspirado nas ideias de Wilhelm Cauer (1941) sobre o processo de síntese de redes a partir de funções de transferência caracterizadas por sua resposta a sinais aplicados às portas dos seus circuitos eletrônicos, descrito por seus seguidores como método caixa-preta de análise. Na cibernética, Norbert Wiener (1961) atribui a origem de seu uso a Ross Ashby (1956) na descrição de um sistema desconhecido, caracterizado pelo uso das técnicas de identificação do sistema; pela possibilidade de copiar o comportamento de saída de uma caixa preta como primeiro passo na auto-organização [Adaptado e traduzido de <<https://en.wikipedia.org/wiki/Blackbox>> acesso em 02set2018; livre tradução do autor]. Na arquitetura, foi utilizado por Christopher Jones em *Design Methods: seeds of human futures* (1970/1992) para referir-se aos estudos de Gordon (1961), Osborn (1963), Broadbent (1966) e Matched (1968) sobre grande parte do processo de design estar "na cabeça dos designers", fora do alcance de seu controle consciente. Cf. Flusser (1998), os espaços privados, inacessíveis e complexos, mas que podem vir a ser abertos pela cultura digital, que possibilita substituir o que é opaco ou ritualístico pelo transparente ou científico. Cf. Latour (2001: 353), "expressão tomada à sociologia da ciência referente à maneira como o trabalho científico e técnico torna-se invisível decorrente de seu próprio êxito".

Cartesianismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, doutrina de René Descartes, filósofo, matemático e físico francês (1596-1650), e de seus seguidores, caracterizada pelo racionalismo, pela consideração do problema do método como garantia da obtenção da verdade, e pelo dualismo metafísico. 2. Influência de Descartes na filosofia.

Cartesiano – Cf. Dicionário Aulete Digital, pertencente ou relativo a Descartes ou ao cartesianismo [q. v.] 2. Hist. Filos. Diz-se da maneira de considerar um fenômeno ou um conceito isolando-os da totalidade em que aparecem. 3. Que é partidário do cartesianismo. ~V. análise -a, coordenadas -as, coordenadas -as ortogonais, eixo - e sistema -. S. m. 4. Partidário do cartesianismo.

Cartografia – Cf. Passos, Kastrup e Escóssia (2010), referenciados em *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari (1995), que apresentam seu projeto de escrita a dois como texto-agenciamento, livro-multiplicidade feito de diferentes datas e velocidades, cuja diversidade é descrita como matéria do pensamento e carne do texto, como linhas que se condensam em estratos mais ou menos duros, mais ou menos segmentados e em constante rearranjo onde os mil platôs se mantêm lado a lado sem hierarquia e sem totalização, a cartografia surge como um princípio do rizoma, como princípio “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari 1995: 21 apud Passos, Kastrup e Escóssia 2010: 10). A realidade cartografada se apresenta como um mapa móvel de um rizoma, entendido como um sistema acêntrico que propõe uma reversão metodológica: uma aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, (Canguilhem), quando a precisão não é tomada como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. Inspirados na *autopoiese* (Maturana e Varela 1997) e na *enação* (Varela, Thompson e Rosch 2003), os autores propõem que os polos da relação cognoscente (sujeito e objeto) são efeitos, e não condição da atividade cognitiva. Com o alargamento do entendimento de cognição e sua inseparabilidade da ideia de criação, a produção de conhecimento não encontra fundamentos num sujeito cognitivo prévio nem num suposto mundo dado, mas pragmaticamente e reciprocamente configura o si e o domínio cognitivo. Diante de tal problema metodológico – como estudar esse plano de produção da realidade? Que método nos permite acompanhar esses processos de produção? – em vez de regras, Passos, Kastrup e Escóssia propõe a ideia de pistas ou guias utilizadas pelo cartógrafo como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e da calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa.

Cartografia de Controvérsias Cf. Venturini (2008), a cartografia de controvérsias (CC) é um exercício pedagógico introduzido por Bruno Latour com o objetivo de ensinar aos alunos as teorias dos estudos CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade) por meio do estudo prático dos debates tecnocientíficos contemporâneos. Aproveitando os recursos possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, os alunos são convidados a navegar nas principais questões científicas e técnicas, sem abandonar suas aplicações educacionais, o mapeamento de controvérsias entrou em uma fase de desenvolvimento que promete conduzi-lo muito além de seu propósito primordial. O debate sobre o mapeamento de controvérsias vem sendo perseguido em escala europeia pela constituição de um consórcio internacional de pesquisa. Cf. Venturini, durante suas aulas, Latour sugere: **"apenas olhe para as controvérsias e diga o que você vê"**. Se a CC se resume a "observar e descrever," praticamente qualquer metodologia ou teoria social é posta de lado. **Mapear controvérsias não requer nenhuma suposição conceitual ou protocolo metodológico, nem requer definições a aprender ou qualquer hipótese a demonstrar; nenhum procedimento a seguir.** Em lugar de um mapa estático para representar uma realidade dada, entendendo que essa realidade é simultânea à produção do coletivo, o cartógrafo deve abandonar sua posição de exterioridade, colocando-se como mais um ator que participa dessa produção. Cartografar controvérsias consiste, então, em atentar, compreender e acompanhar a proliferação de realidades utilizando uma estratégia com foco nas incertezas que produzem estas realidades e que possibilita a descrição dos movimentos que as tornam estáveis. Cf. Venturini (2010), a CC deve seguir duas orientações metodológicas: (1) em lugar de um “protocolo normalizado”, performar um critério, uma regra e um breve roteiro de preocupações sempre aberto a mudanças relacionado com a “bagagem” a ser levada em nossa jornada (Pedro 2010); (2) “seguir os próprios atores” (Latour 2000, 2006) e deixá-los agir e falar, mapeando as controvérsias que emergem no campo, a partir dos relatos e das práticas dos próprios atores, a quem cabe a tarefa de ordenar o social. Ao direcionar o foco da observação para a dinâmica ou performance do processo de construção dos fenômenos, evidenciando seu caráter contextual e contingencial em um movimento contínuo e heterogêneo das controvérsias, se produz alguma estabilidade que possibilita registrar determinados fenômenos. Cf. Latour (2000), para passar da estabilidade às controvérsias e “abrir a caixa-preta”, é preciso partir de alguma materialidade – que por ser capaz de convocar, congrega e unir diferentes entidades (humanas e não-humanas) e, com elas, suas respectivas forças, pode se tornar um dispositivo capaz de nos fazer ver e falar algo.

Categorias – Cf. Bruno Latour (2008a), em uma abordagem TAR, é necessário deixar os atores em liberdade para desdobrarem as atividades com as quais fazem mundos⁴ em sua plena incomensurabilidade; “deixar de lado categorias como iniciativa, estrutura, psique, tempo e espaço junto com toda categoria filosófica e antropológica, não importa o quão profundo pareçam estar arraigadas no sentido comum”(Latour 2008: 44).

Certeza – Cf. Dicionário Aulete Digital, qualidade do que é certo. 2. Conhecimento exato: 3. Persuasão íntima; convicção: 4. Coisa certa. 5. Estabilidade, segurança. 6. Afirmção categórica; intimativa. 7. Filos. Forma de assentimento que se pretende objetiva e subjetivamente suficiente, i. e., que se pretende tenha evidência universal. [Cf. crença (6) e opinião (6).] Com certeza. 1. Certamente, decerto, evidentemente: 2. Fam. Talvez, quiçá.

Cidade – Cf. Dicionário Aulete Digital, (sf.), **1.** Área densamente povoada, onde se concentram residências, vias de transporte e os locais em que se dão várias atividades econômicas e sociais da população, e que se distingue das áreas rurais à sua volta; **2.** (Restr.) Cidade (1) de área e população comparativamente grandes, que abriga intensa e extensa atividade comercial, industrial, cultural, administrativa etc.; **3.** O conjunto dos habitantes da cidade; ... **5.** Bairro que concentra as atividades comerciais e os serviços de uma cidade; CENTRO; **6.** Fig. O ambiente ou modo de vida nas grandes cidades, por oposição ao campo, ao modo de vida agrícola; esp.: a grande concentração e variedade de atividades e oportunidades de trabalho, ou as condições de vida, menos dependentes dos ciclos naturais ou agrícolas e mais ditadas por convenções sociais, interesses econômicos etc.; na abordagem dos estudos CTS / TAR, a cidade não é algo estável e determinado da realidade; tecer a cidade implica em acolher diferentes versões ou as múltiplas realidades do urbano em si, cada vez mais intrincadas e difíceis de serem generalizadas (Amin; Thrift 2002). Em suas múltiplas realidades, a cidade é composta simultaneamente “como uma cidade turística, como um sistema de transporte, como a competência territorial, como o mercado imobiliário, como playground para skatistas e praticantes de parkout, como espaço do consumo, como a paisagem de poder, como um espaço público para ações políticas e manifestações, como espaço vigiado, como um espaço de trânsito, como um ambiente criativo, como uma tela gigante para grafiteiros e artistas de rua, tais como rede de esgotos etc.” (Farias 2011: 29). Tal proposição possibilita que outras entidades sejam incluídas no processo de entendimento das cidades contrapondo-se à ideia de uma única verdade presente em outras concepções vigentes, tais como as leituras morfológica, sociológica e sistêmica, ou a “inteligente” – que se apoia na presença de tecnologias de informação e comunicação de modo a enfatizar as dimensões produtiva e competitiva. A qualidade da cidade e do urbano não se resume à sua materialidade, à sua geografia ou à sua tecnologia. Ela vai sendo tecida nas possibilidades de conexões que se estabelecem enquanto ocorrem as ações.

Ciência⁵ – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Conhecimento (3). 2. Saber que se adquire pela leitura e meditação; instrução, erudição, sabedoria. 3. Conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio: 4. Soma de conhecimentos práticos que servem a um determinado fim: 5. A soma dos conhecimentos humanos considerados em conjunto: 6. Filos. Processo pelo qual o homem se relaciona com a natureza visando à dominação dela em seu próprio benefício. Atualmente, existe muita polêmica sobre o que é ciência, processo que se configura na determinação segundo um método e na expressão em linguagem matemática de leis em que se podem ordenar os fenômenos naturais, do que resulta a

⁴ Cf. Latour (2008: 44), “Fazer-mundo” seria um bom termo, ver Nelson Goodman (1988), *Ways of world Making*, se não fosse pela concepção de “fazer” que entranha a definição do “mundo único”. Portanto, se toma essa expressão para ocupar provisoriamente o lugar até que possamos redefinir o construtivismo (ver p. 130) e muito depois o que significa compor “um mundo comum” (p. 345).

⁵ Atualmente, existe muita polêmica sobre o que é ciência. Alguns autores, tais como Pedro DEMO (1995: 18), consideram que “simplicadamente, não são ciência a ideologia e o senso comum. Mas não há limites rígidos entre tais conceitos.” Já outros autores, entre os quais Boaventura SANTOS (1995), afirmam que todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum; “a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional.” (SANTOS 1995: 55).

possibilidade de, com rigor, classificá-los e controlá-los. Cf. Demo (1995: 18; 20-22), “simplificadamente, não são ciência a ideologia e o senso comum. Mas não há limites rígidos entre tais conceitos; a ciência possui critérios *internos* (coerência, consistência, originalidade, objetivação) e *externos* (intersubjetividade - da opinião dominante ou argumento de autoridade -, comparação crítica, divulgação, reconhecimento generalizado, etc.)”; Cf. Boaventura Santos (1995: 55) afirma que todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum; “a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional”; Latour (2004: 372), em oposição às ciências, propõe a *Ciência* no singular e com “C” maiúsculo, “definida como a politização das ciências pela epistemologia (política), para tornar impotente a vida pública, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma salvação por uma natureza já unificada, e *as ciências*, no plural e em minúsculo, definidas como um dos cinco métodos essenciais do coletivo à procura de proposições, com as quais deve constituir o mundo comum, encarregado da manutenção da pluralidade das realidades externas. Latour (2001) distingue quatro concepções de ciência: *Moderna* - toda concepção de futuro que separa humanos e não-humanos, onde a ciência ou a razão desempenham importante papel na ordem política da sociedade – um artefato do acordo modernista que separa humanos e não-humanos; *Pós-moderna* - que continua a anterior, e dela se diferencia por um arrefecimento relativo da confiança da amplitude da razão]; *Não-moderna* - que substitui a linha divisória moderna e pós-moderna entre natureza e sociedade pela noção de coletivo (termo que se refere à associação de humanos e não-humanos); e *Pré-moderna* - exotismo atribuível à invenção da crença refere-se àqueles que não se entusiasmam pela modernidade, acusados (pelos modernistas) de possuir unicamente uma cultura e crenças, mas não conhecimentos, a respeito do mundo. Cf. Stengers (2002: 35) “a definição da 'ciência' nunca é neutra, já que, desde que a ciência dita moderna existe, o título de ciência confere àquele que se diz 'cientista' direitos e deveres”.

Ciências Cognitivas – Cf. Varela, Thompson e Rosch (2003), nova matriz interdisciplinar que inclui as neurociências, a psicologia cognitiva, a linguística, a inteligência artificial e, em alguns casos, também a filosofia. Os autores associam os primórdios dos estudos cognitivos ao programa de pesquisa fundado por Maurice Merleau-Pontu, que afirmava que a cultura científica ocidental requer o entendimento de “nossos corpos tanto como estruturas físicas quanto como estruturas experienciais vividas ... como algo que é tanto “externo” quanto “interno”, tanto biológico quanto fenomenológico” (Varela, Thompson, Rosch 2003: 13). Apesar da situação atual ser significativamente diferente daquela vivenciada por Merleau-Pontu – quando as ciências da mente estavam fragmentadas em disciplinas isoladas como neurologia, psicanálise e psicologia experimental behaviorista – os autores observam que, mesmo com os avanços da tecnologia cognitiva nos últimos 40 anos, a *incorporação* do duplo sentido tem estado ausente das vertentes cognitivista* e conexionista* das ciências cognitivas. Eles também apontam que a abordagem do mundo vivido da experiência humana de Merleau-Pontu baseou-se em uma elaborada perspectiva filosófica da tradição fenomenológica, todas elas dependentes dos métodos de suas disciplinas de origem – articulações lógicas da filosofia, análise interpretativa da história e da sociologia do social e do tratamento de pacientes em terapia – os autores propõem uma *outra* abordagem que segue uma linhagem que classificam como descendentes da intuição fundamental da *incorporação* articulada por Merleau-Pontu, que possibilite superar as limitações de um estilo de investigação, considerado insatisfatório, cujo tratamento superficial não está, em sua opinião, à altura da profundidade e sofisticação da análise científica. Esclarecendo que seu objetivo é pragmático, que não pretendem construir uma suprateoria unificada, nem científica, nem filosófica da relação mente-corpo ou escrever um tratado de erudição, os autores ressaltam que seu interesse é “abrir um espaço de possibilidades no qual o trânsito entre as ciências cognitivas e a experiência humana possa ser inteiramente apreciado, e desencadear as possibilidades transformadoras da experiência humana em uma cultura científica” (Varela, Thompson, Rosch 2003: 16). Sua proposta de terceira via para as ciências cognitivas, que denominam *cognição atuacionista*, explora o diálogo entre ciência e experiência mediado pela atenção budista. Mas ressaltam que, mesmo situando seu trabalho como uma *continuação*, sua abordagem não é fenomenológica, pois não se contenta em explicar nossa existência incorporada concreta sempre a *posteriori*.

Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) – Cf. en.wikipedia.org, campo de estudos (abrv. Inglês: STS) sobre como sociedade, política e cultura afetam a pesquisa científica e inovação tecnológica, e como estes, por sua vez, afetam a sociedade, política e cultura. Cf. Cukierman (2007), campo de estudos surgido nos anos 1980 que caracterizam o conhecimento científico e tecnológico como uma construção em permanente transgressão a fronteiras arbitrárias entre o “técnico” e o “social”, que gera uma legião de híbridos de ciência e cultura que colocam lado a lado diferentes misturas. Cf. Medina, Marques e Holmes (2014), campo de estudos que explora as relações entre ciência, tecnologia, políticas e poder, como as ideias científicas e tecnológicas são criadas, movidas modificadas e adaptadas.

Científico – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Relativo à ciência, ou às ciências. 2. Que tem o rigor da ciência: 3. Bras. Desus. Diz-se do curso de nível médio em três anos, em que predomina o ensino das ciências exatas, da biologia, etc. V. ficção -a, indução -a, realismo - e socialismo.

Cientismo ou Cientificismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, atitude segundo a qual a ciência dá a conhecer as coisas como são, resolve todos os reais problemas da humanidade e é suficiente para satisfazer todas as necessidades legítimas da inteligência humana. 2. Atitude segundo a qual os métodos científicos devem ser estendidos sem exceção a todos os domínios da vida humana.

Cientista – Cf. Dicionário Aulete Digital, pessoa que cultiva particularmente alguma ciência; especialista numa ciência, ou em ciências. Cf. Demo (1995: 37), “todo cientista, ao fazer ciência, saberá que não faz a ciência, mas oferece **um** enfoque, **um** ponto de vista, **uma** interpretação, já que ele próprio não passa de **um** cientista”. Cf. Stengers (2002: 18), “O cientista não é mais o produto de uma história social, técnica, econômica, política como qualquer ser humano. Ele tira partido ativo dos recursos desse ambiente para fazer prevalecer suas teses e ele *esconde* suas estratégias sob a máscara da objetividade”. E na verdade seus argumentos são relativos aos seus interesses, ao poder que, segundo a autora, se dissimula por trás da objetividade ou da racionalidade quando elas se tornam argumento de autoridade.

Cognição – ... Conhecimento, percepção. Cf. Pedro (1996: 5) “campo que trata do sujeito cognoscente e da possibilidade de conhecer o/no mundo”; o termo é usado num sentido amplo como a ação de conhecer ou conhecimento, porém seu sentido varia conforme diferentes perspectivas e contextos (neurologia, filosofia, psicologia, inteligência artificial) sendo também tradicionalmente aceito como processamento de informações sob a forma de computação simbólica ou manipulação de símbolos baseada em regras. Cf. Varela, Thompson e Rosch (2003) a evolução dos estudos da mente, ou das ciências cognitivas, a partir dos anos 1950, apresenta três principais abordagens que, apesar de terem se desenvolvido em diferentes momentos e de forma sequencial, permanecem coexistindo na pesquisa contemporânea:

- **Cognitivismo** – o modelo da mente computacional considera o cérebro como um computador, um sistema físico de símbolos, no qual processos mentais ocorrem pela manipulação de representações simbólicas no cérebro. O cognitivismo funcionalista, em seu lado mais extremo, sustenta que a incorporação é essencialmente irrelevante na natureza da mente.
- **Conexionismo ou Emergência**– surge nos anos 1970 como um desafio à abordagem cognitivista, e tem como ferramenta principal a auto-organização da rede neural – não mais símbolos no sentido tradicional da computação, mas sistemas dinâmicos não lineares, nos quais ocorrem os processos mentais através da emergência de padrões globais de atividades. Como herança do cognitivismo, a mente ainda é a região das rotinas inconscientes e sub-pessoais, e a experiência humana continua não tendo lugar nesta abordagem.
- **Cognição atuacionista** – ver abordagem enativa ou atuacionista da cognição.

Coletivo – Cf. Latour (2001: 355), “palavra (que) não se refere a uma entidade existente em si mesma, governada por suas próprias leis, oposta a outras entidades como a natureza; significa o resultado de um ‘acordo’ que, por razões políticas, divide artificialmente as coisas em esfera natural e esfera social. Para me referir, não ao artefato sociedade, mas às muitas conexões entre humanos e não-humanos prefiro a palavra ‘coletivo’.” Cf. Pedro (1998; 2003), rede de interfaces sociotécnicas, onde cada objeto ou evento é concebido como uma mistura ou “coletivo” de homens, coisas e técnicas, cujo movimento “apaga” as

fronteiras entre sujeito e objeto; onde os fatos se tornam “objetivos” pela reapropriação local, em diferentes pontos ou conexões da rede, por diferentes atores. Cf. Latour (2008a), ao contrário de nos referimos a uma ação realizada por forças sociais homogêneas, quando dizemos *coletivo* nos referimos a uma ação que reúne diferentes tipos de forças entrelaçadas justamente porque são diferentes.

Complexidade – Qualidade do que é complexo. Cf. Wikipédia, noção utilizada com significativas diferenças em diversos campos do conhecimento, também chamada **teoria da complexidade**, **desafio da complexidade**, **pensamento da complexidade** ou **pensamento complexo**. Visão interdisciplinar acerca dos sistemas complexos adaptativos, do comportamento emergente de muitos sistemas, da complexidade das redes, da teoria do caos, do comportamento dos sistemas distanciados do equilíbrio termodinâmico e das suas faculdades de auto-organização. Movimento científico que tem produzido uma série de consequências tecnológicas e filosóficas. O uso do termo complexidade é instável e na literatura de divulgação frequentemente ocorrem usos espúrios, muito distantes do contexto científico, particularmente em abstrações ao conceito (crucial) de não linearidade. O termo é também usado como sinônimo de *epistemologia da complexidade*, ramo da filosofia da ciência inaugurado no início dos anos 1970. Também existe uma teoria de complexidade computacional, que é um ramo científico mais estável e melhor definido e que evoluiu separadamente daquele referente ao de sistema não linear, embora sutilmente ligado a este. Cf. Costa (1999), desde que a *Teoria da Relatividade* de Albert Einstein mostrou a relatividade de nossas certezas, nosso entendimento do mundo vem se tornando cada vez mais complexo. A incerteza, o acaso e a desordem que governam nossas vidas são a base do pensamento complexo, servindo tanto para compreender os fenômenos meteorológicos, otimizar os métodos de prospecção de petróleo ou criar máquinas inteligentes, quanto para desbravar novos caminhos na área da psicanálise, sociologia e artes plásticas. Edgar Morin propõe que é preciso aceitar a complexidade e a incerteza. Em vez de dialética, ele sugere a "dialógica", uma dialética que não recusa a contradição e assume o paradoxo de que duas ideias possam estar certas ao mesmo tempo. "O pensamento complexo não é a pesquisa da confusão total. Como defini em minhas obras, a complexidade é a união da complexidade com a simplicidade. Quando o simples já não basta, é preciso passar ao elo, à espiral", diz Morin. Mas segundo Morin isso não implica em abrir mão da velha lógica, mas sim, em integrá-la em jogo complexo. Enfrentar a contradição, em vez de eliminá-la: esta é a palavra de ordem de Morin. A complexidade enquanto filosofia é inspirada numa teoria científica: a dos sistemas complexos, amplamente usada na biologia, na matemática ou na cibernética. Há muito tempo os cientistas descobriram que o cérebro, o sistema imunológico ou a própria sociedade humana são sistemas complexos, compostos por milhares e até milhões de elementos que interagem entre si de forma não trivial. Ou seja, a resposta de cada um desses elementos a um determinado estímulo não é a mera repetição do estímulo, como nos sistemas lineares, facilmente previsíveis. Quando se trata de sistemas complexos, não se pode mais falar em determinismo, apenas em probabilidades.

Complexo – Cf. Dicionário Aulete Digital, que abrange ou encerra muitos elementos ou partes. 2. Observável sob diferentes aspectos. 3. Confuso, complicado, intrincado. ~V. domínio, número, nota, pessoa, plano, série, e variável. S. m. 4. Grupo ou conjunto de coisas, fatos ou circunstâncias que têm qualquer ligação ou nexos entre si. 5. Psicol. Conjunto de representações ou ideias estruturadas e caracterizadas por forte impregnação emocional, total ou parcialmente reprimidas, e que determinam as atitudes de um indivíduo, seu comportamento, seus sonhos, etc. 6. Mat. Número complexo. 7. Quím. Combinação química cuja molécula encerra átomos que estão dissimulados em face dos respectivos reagentes analíticos ordinários, e também no que se refere às suas propriedades magnéticas, elétricas e fisiológicas habituais. Complexo cultural. Sociol. 1. Conjunto de traços culturais estreitamente ligados entre si, em torno de um central.

Comunicação – Cf. Maturana e Varela (1995: 217-219) “como observadores, designamos como *comunicativas* as condutas que ocorrem num acoplamento⁶ social, e como *comunicação* a coordenação comportamental que observamos como resultado dela ... da perspectiva do observador, sempre há ambiguidade numa interação comunicativa. O fenômeno da comunicação não depende do que se fornece, e sim do que acontece com o receptor. E isso é muito diferente de ‘transmitir informação’.”.

Concepção "Modernista" – Cf Bruno Latour (2001), toda concepção de futuro que separa humanos e não-humanos, onde a ciência ou a razão desempenham importante papel na ordem política da sociedade – um artefato do acordo modernista que separa humanos e não-humanos.

Concepção “Pós-modernista” – Cf Bruno Latour (2001), continuidade da concepção modernista que dela se diferencia por um arrefecimento relativo da confiança da amplitude da razão.

Concepção “Não-moderna” – Cf Bruno Latour (2001), substitui a linha divisória moderna e pós-moderna entre natureza e sociedade pela noção de coletivo (termo que se refere à associação de humanos e não-humanos).

Concepção “Pré-moderna” – Cf. Bruno Latour (2001), exotismo atribuível à invenção da crença refere-se àqueles que não se entusiasmam pela modernidade, acusados (pelos modernistas) de possuir unicamente uma cultura e crenças, mas não conhecimentos, a respeito do mundo. Estas concepções devem ser utilizadas para discutir a relação dicotômica entre sujeito e objeto, entre humano e não-humano, e analisar suas consequências na arquitetura e urbanismo.

Conduta – Cf. Maturana e Varela (1995: 167) denominam “as mudanças de postura ou posição de um ser vivo que um observador descreve como movimentos ou ações em relação a um determinado meio.”

Conforto: – Cf. Dicionário Aulete Digital, ato ou efeito de confortar(-se). 2. Estado de quem é confortado. 3. Consolo, alívio. 2 (ô) [Do ingl. comfort.] S. m. 1. Bem-estar material; comodidade.

Conjetura – Cf. Dicionário Aulete Digital, juízo ou opinião sem fundamento preciso; suposição, hipótese; segundo LAKATOS & MARCONI (1991: 69), “solução proposta de proposição passível de teste, direto ou indireto, nas suas consequências, sempre dedutivamente ... lançada para explicar ou prever aquilo que despertou nossa curiosidade intelectual ou dificuldade teórica e/ou prática.”

Conhecimento – Cf. Dicionário Aulete Digital, ato ou efeito de conhecer. 2. ideia, noção. 3. Informação, notícia, ciência. 4. Prática da vida; experiência. 5. Discernimento, critério, apreciação. 6. Consciência de si mesmo; acordo. 8. Com. Documento escrito, declaração ou recibo de que consta ter alguém em seu poder certas mercadorias [V. título de crédito.] 11. Filos. No sentido mais amplo, atributo geral que têm os seres vivos de reagir ativamente ao mundo circundante, na medida de sua organização biológica e no sentido de sua sobrevivência. [Cf. experiência (5 a 7).] 12. Filos. A posição, pelo pensamento, de um objeto como objeto, variando o grau de passividade ou de atividade que se admitam nessa posição. 13. Filos. A apropriação do objeto pelo pensamento, como quer que se conceba essa apropriação: como definição, como percepção clara, apreensão completa, análise, etc. ~V. conhecimentos. Conhecimento adequado. Hist. Filos. 1. Segundo Leibniz [v. leibniziano], conhecimento distinto cujos elementos, até os mais primitivos, são conhecidos de modo distinto. Conhecimento a posteriori. Hist. Filos. 1. Segundo Kant [v. kantismo], o conhecimento que só pode ser adquirido por meio da experiência; conhecimento empírico. [Cf. a posteriori e conhecimento a priori.] Cf. Varela, Thompson e Rosch (2003: 23), o atual estágio das ciências cognitivas pode ser visto como uma variação segundo a qual os grupos de cientistas que definem o que a ciência deve ser concebe o conhecimento numa perspectiva ampla, interdisciplinar, muito além das fronteiras tradicionais da epistemologia e da psicologia. Cf. Pedro (2010: 82), “a Teoria ator-Rede (TAR) postula que o conhecimento é efeito de um processo de ‘engenharia heterogênea’, de tal modo que não se pode estabelecer, de antemão, que atores são mobilizados para construções desta rede. Para

⁶ Apesar de considerarmos a palavra *entrelaçamento* (ver verbete) mais adequada para expressar o significado pretendido pelos autores, nesta citação foi mantida a palavra *acoplamento*, utilizada pelo tradutor da edição brasileira.

que qualquer ator venha a aderir a tal projeto e uma aliança seja formada, os interesses em jogo devem ser traduzidos, deslocados, desviados, de forma a mobilizar outros atores.”

Construtivismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, ação construtiva (política, social, literária, etc.). 2. Teat. Estilo moderno de cenografia caracterizado pela utilização de estruturas tridimensionais (praticáveis, escadas, andaimes, etc.) expressivamente simplificadas, por meio das quais se objetiva a abstração e a estilização, opondo-se, assim, ao ilusionismo realista. 3. Art. Plást. Estilo não figurativo que se desenvolveu no princípio deste século entre os artistas soviéticos e se caracteriza pela disposição rigidamente formal do espaço, das massas e dos volumes, e pela utilização de materiais e técnicas industriais modernas (plásticos, vidros, etc.). [Cf., nesta acepç.: suprematismo.]

Controvérsia – diferentemente do entendimento "tradicional" de polêmica, diferença de opiniões ou discussão quanto a uma ação, afirmação, teoria, proposta ou questão, os autores da Teoria Ator-Rede (TAR) a utilizam para fazer referência a cada parte da ciência e tecnologia que ainda não está estabilizada, fechada ou em uma 'caixa-preta'; isso não significa que haja uma disputa acirrada, nem que tenha sido politizada; podemos usá-la como um termo geral para descrever incertezas compartilhadas (Callon, Lascoumes, Yannick 2009, p. 40). Cf. Pedro (2010:87), “de modo simples, pode-se definir *controvérsia* como um debate (ou uma polêmica) que tem por ‘objeto’ conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados” ou, parafraseando Latour, que ainda não estão estabilizados. Cf. Latour (2016: 42), a melhor solução para recuperar certo censo de ordem é rastrear as conexões *entre* as controvérsias, em vez de tentar decidir como resolvê-las. O autor organiza os tipos de controvérsias em torno de cinco grandes incertezas que devem ser empilhadas uma sobre as outras: (1) **a natureza dos grupos** – múltiplas formas contraditórias de identificar os atores; (2) **natureza das ações** – em cada ação, múltiplos agentes podem misturar-se deslocando os objetivos originais; (3) **natureza dos objetos** – tudo indica que o tipo de agências que participam das interações permanece aberto; (4) **a natureza dos fatos** – os vínculos das ciências naturais com o restante da sociedade parecem ser constantemente fonte de controvérsias; (5) **o exato sentido do empirismo nas ciências sociais** – pois o tipo de estudos realizados sob o rótulo da ciência social nunca deixa isso muito claro.

Corpo – Cf. Latour (2008: 39), não faz sentido definir o corpo diretamente; só faz sentido sensibilizá-lo para outros elementos; ter um corpo é *aprender a ser afetado*, significando 'efetuado', movido, posto no movimento por outras entidades, humanas ou não-humanas ... podemos definir o corpo como *uma interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afetado por muitos mais elementos*. O corpo é, portanto, não a morada provisória de algo superior – uma alma imortal, o universal, o pensamento – mas aquilo que deixa uma trajetória dinâmica através da qual aprendemos a registrar-nos e a ficar sensíveis àquilo de que é feito o mundo.

Corroborar – Cf. Dicionário Aulete Digital, dar força a; fortificar, fortalecer, roborar: 2. Confirmar, comprovar, roborar: V. p. 3. Adquirir forças; fortificar-se, fortalecer-se, roborar-se.

Cosmogramas – cf. Latour (2016: 160) remetem aos "encadeamentos de seres diversos, a respeito dos quais dizemos serem mais ou menos compatíveis ou mais ou menos exclusivos de outras associações. O que procuramos descrever já não é mais a Distinção entre ciência e política, mas sim as distinções – assim no plural – entre composições *de mundos*. Não se trata mais de definir o que é o universo, para em seguida extrair dessa definição regras de ação; mas trata-se de forçar cada parte a *explicitar* o seu – ou os seus – *cosmos*.

Cosmopolítica – rejeitando explicitamente, qualquer parentesco com Kant – para quem a confiança no progresso global da humanidade iria encontrar sua expressão na autoridade de um "ius cosmopolitanum" – Isabelle Stengers (2005) se apresenta não como "dona" ou responsável por transmitir o "verdadeiro sentido" da palavra cosmopolítica, mas como uma protagonista interessada na possibilidade de, entre a liberdade de retomada sem coerção e a obrigação de fidelidade que estaria associada a um "direito" ou propriedade intelectual, mostrar que o "cosmos" tem pouco a ver com o mundo em que o antigo cidadão declarou-se, em todos os lugares, como estar em casa, nem com uma ordem unificada terra onde todos seriam cidadãos. Cf. Blok e Farías (2016), para Stengers, cosmopolítica é, basicamente, pensar e, portanto, possibilitar o que denomina de situações cosmopolíticas – situações em que o desconhecido,

o que foi excluído do nosso mundo comum – pode vir a se tornar subitamente visível, problemático, gerador de novas relações e formas de conhecer e cuidar. Na interpretação stengeriana, a cosmopolítica implica, principalmente, em um compromisso ético-político com formas particulares de explorar a questão de como podemos viver juntos, caminhos que permanecem sensíveis à inclusão ativa e à visibilidade de todos os constituintes heterogêneos de mundos comuns. Assim, a cosmopolítica trata da abertura do real para o desconhecido, das situações que nos colocam "na presença" de sombras, fantasmas, entidades excluídas - e que, por meio dessa presença, temos de parar, reorientar e 'retardar' os processos de pensamento e de tomada de decisões (Blok; Farías 2016: 15-16).

Cosmopolítica Urbana – Cf. texto da fl. rosto do livro *Urban Cosmopolitics* (Blok; Farías 2016), abordagem cosmopolítica da cidade focaliza as múltiplas associações (ou assemblagens) dos atores humanos e não-humanos que constituem o mundo comum urbano e os conflitos e compromissos que emergem de diferentes caminhos de assemblar a cidade.

Curso de Ação – Cf. Latour (2016), é sempre *composto* por uma série de *desvios** cuja interpretação, posteriormente, também envolve uma promessa e um risco e define uma *defasagem* que dá a medida da tradução".*

Dedução – [ver Método Dedutivo] Cf. Dicionário Aulete Digital, ação de deduzir; subtração, diminuição; abatimento. 2. O que resulta de um raciocínio; consequência lógica; ilação, inferência; conclusão. 3. Lóg. Processo pelo qual, com base em uma ou mais premissas, se chega a uma conclusão necessária, em virtude da correta aplicação das regras lógicas. 4. Lóg. Método dedutivo. [Cf., nas acepç. 3 e 4, demonstração (6), prova (18) e raciocínio (4).]

Definição – Cf. Dicionário Aulete Digital, (sf.) 1. Ação ou resultado de definir(-se); 2. Explicação do significado de uma palavra, expressão, frase ou conceito; 3. Capacidade de descrever (algo ou alguém), destacando suas características; 4. Delimitação precisa, exata; 5. Indicação do sentido real de alguma coisa; 6. Decisão a respeito de algo pendente; 7. (Cin. Telv. Fot.) Grau de nitidez de uma imagem; ... 9. Manifestação que revela algo de maneira nítida, clara; 10. (Lóg.) Operação que procura determinar de maneira clara um conceito, um objeto; ... 12. (Fil.) Na filosofia de Aristóteles, conceito que revela a natureza essencial, básica, de alguma coisa, destacando-a das demais. Bruno Latour (2008: 67), por motivos científicos e morais, considera "crucial que os investigadores não definam antecipadamente e *em lugar* dos atores de que tipo de elementos constituintes está feito o mundo social" e diferencia dois tipos de definição:

- (1) **definição ostensiva** – aquela em que o objeto da definição permanece, não importa o que aconteça com o indicador do observador; e
- (2) **definição performativa** – aquela em que o objeto da definição "desaparece quando já não é performado – ou se permanece, é porque *outros* atores se tornaram relevantes. E essa relevância, por definição, não pode ser 'o mundo social', dado que é precisamente esse mundo que está desesperadamente necessitado de um novo relevo" (Latour 2006: 61).

Deriva Natural – proposição de Maturana e Varela (1995: 147) que se contrapõem à "visão popularizada da evolução como um processo em que seres vivos se adaptam progressivamente a um mundo ambiental, otimizando sua exploração." Os autores propõem "que a evolução ocorre como um fenômeno de deriva estrutural sob contínua seleção filogenética, em que não há progresso nem otimização do uso do meio. Há apenas conservação da adaptação e da autopoiese, num processo em que o organismo e meio permanecem em contínuo acoplamento estrutural." (Maturana; Varela 1995: 147).

Desempenho – [do Inglês *performance*] Cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, sm. 1. Ação ou efeito de desempenhar(-se); 3. Maneira como atua ou se comporta alguém ou algo, avaliada em termos de eficiência, de rendimento; Cf. Dicionário Aulete Digital, sm. ... 2. Execução ou modo de executar uma tarefa ou atividade. 3. Funcionamento de um serviço, máquina, veículo etc.; PERFORMANCE; ATUAÇÃO. Cf. Norma ISO 6241, comportamento de um produto em relação ao seu uso. A Avaliação de Desempenho é uma importante ferramenta de análise de edifícios, ambientes, lugares, bairros e cidades em ação a

partir de um conjunto de instrumentos e atributos que possibilita diagnosticar e analisar sua performance durante um determinado período de tempo.

Desvio – Cf. Latour (2016), produz defasagem, descontinuidade ou ambiguidade nos contornos de qualquer *curso de ação** de um pesquisador-observador que sempre corre o risco de se extraviar ou desviar seja em sua reflexão ou ação. O seu reconhecimento reforça os argumentos da TAR de que toda pesquisa é um processo que se faz ao longo de um percurso de natureza imprevisível.

Diálogo – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Fala entre duas ou mais pessoas; conversação, colóquio. 2. Obra literária ou científica em forma dialogada. 3. Troca ou discussão de ideias, de opiniões, de conceitos, com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia; comunicação: 4. Teat. Colóquio dramático entre os atores, móvel da ação da peça, e que constitui o elemento básico do gênero teatral. [Cf. dialogo, do v. dialogar.] Cf. Demo (1995: 29), “diálogo é uma fala contrária entre dois atores que se comunicam e se confrontam.”

Dialética – Cf. Dicionário Aulete Digital 1. Arte do diálogo ou da discussão, quer num sentido laudativo, como força de argumentação, quer num sentido pejorativo, como excessivo emprego de sutilezas. 2. Filos. Desenvolvimento de processos gerados por oposições que provisoriamente se resolvem em unidades. 3. Hist. Filos. Conforme Hegel [v. hegelianismo], a natureza verdadeira e única da razão e do ser que são identificados um ao outro e se definem segundo o processo racional que procede pela união incessante de contrários - tese e antítese - numa categoria superior, a síntese. 4. Hist. Filos. Segundo Marx [v. marxismo], o processo de descrição exata do real. Segundo Demo (1995: 38), “existe entre teoria e prática tensão tipicamente dialética.”

Dispositivo – Cf. Foucault (1979: 244), termo que utiliza para “demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”. Agamben (2017) também cita, entre os dispositivos, prisões, manicômios, escolas, fábricas, canetas, livros, agricultura, celulares, códigos de programação e até mesmo a linguagem. Cf. Deleuze (1990), um dispositivo é um novelo, um conjunto multilinear composto por linhas de diferente natureza que não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas que seguem direções e alinhavam processos sempre em desequilíbrio que se aproximam ou se afastam uma das outras. Qualquer dessas linhas pode ser rompida, estar sujeita a variações de direção ou submetida a derivações. “Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, atuam como vetores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjetividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. É por via de uma crise, sempre, que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. Os grandes pensadores são um tanto sísmicos, não evoluem, procedem por crises, por choques. Pensar em termos de linhas que se movimentam – era a operação de Herman Melville, e havia linhas de pesca, linhas de mergulho, perigosas, mortais até. Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de ‘fissura’, de ‘fratura’. Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de «trabalho de terreno». É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal.” (disponível em < <https://pt.scribd.com/document/347477167/Gilles-Deleuze-O-que-e-um-dispositivo-pdf> > acesso em 22abr2019)

Dispositivos de Inscrição [ou Instrumento] – Cf. Pedro (2010: 90), “tudo o que possibilita uma exposição visual, de qualquer tipo, em textos e documentos, e que possibilitam ‘objetivar’ a rede”; Cf. Latour (2011: 102), “qualquer estrutura (sejam quais forem seu tamanho, sua natureza e seu custo) que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto científico”. Cf. Latour (2013: 40), “a informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que

denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamaria de **inscrição**”⁷. Segundo Latour (2013) a informação possibilita uma relação muito prática e material entre a forma de dois lugares sem o embaraço da matéria, na qual o primeiro negocia o que retirar do segundo, a fim de mantê-lo sob sua vista enquanto age à distância sobre ele.

Dissertação – Cf. Dicionário Aulete Digital 1. Exposição desenvolvida, escrita ou oral, de matéria doutrinária, científica ou artística. 2. Exposição, escrita ou oral, acerca de um ponto das matérias estudadas, que os estudantes apresentam aos professores. 3. Discurso; conferência; preleção.

Dogma – Cf. Dicionário Aulete Digital [Do gr. dógma pelo lat. dogma.] S. m. 1. Ponto fundamental e indiscutível duma doutrina religiosa, e, p. ext., de qualquer doutrina ou sistema: 2. Rel. Na Igreja Católica Apostólica Romana, ponto de doutrina já por ela definido como expressão legítima e necessária de sua fé.

Dogmatismo – Cf. Dicionário Aulete Digital 1. Doutrina que afirma a existência de verdades certas e que se podem provar indiscutíveis. [Cf. agnosticismo e cepticismo.] 2. Adesão irrestrita a princípios aceitos como indiscutíveis. 3. Atitude sistemática de afirmação ou de negação.

Dúvida – Cf. Dicionário Aulete Digital 1. Incerteza sobre a realidade de um fato ou verdade de uma asserção; hesitação, indecisão: 2. Dificuldade em crer; descrença, cepticismo. 3. Desconfiança, suspeita: 4. Escrúpulo, receio: 5. Obstáculo, objeção: [Cf. duvida, do v. duvidar.].

Ecosofia – frente à sensação de crise ecológica mencionada na introdução, Félix Guattari (2004) propõe uma revolução *eco-lógica* – política, social e cultural – e uma reorientação dos objetivos da produção material e imaterial e sugere o conceito de *ecosofia*, que congrega três ecologias – a social, a mental e a ambiental. Segundo Guattari, não é só o planeta que está doente: as relações sociais em todos os âmbitos – familiar, trabalho, contexto urbano, etc. – e as do sujeito com sua mente e do corpo, com sua identidade e subjetividade, também estão doentes. Para fazer frente à uniformização e a banalização promovidas pelas mídias e modismos junto com as manipulações da opinião pela publicidade amplificam os efeitos deste contexto globalizante e criam um paradoxo: enquanto o desenvolvimento produz novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e de reequilibrar das atividades socialmente úteis, aumenta a incapacidade das forças sociais organizadas se apropriarem desses meios para torná-los operativos. Em contrapartida, as culturas particulares e outros contatos de cidadania devem ser desenvolvidos. A singularidade, a exceção e a diversidade devem agir em unísono com uma ordem estatal menos opressiva e limitante, pois, é “na articulação da subjetividade em estado nascente, do *socius* em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época” (Guattari 2004: 55).

Empatia cognitiva – relação dinâmica indissociável do ser no mundo integrado ao ambiente natural e ao mundo humano social. Tipo singular de experiência direta, na qual os indivíduos se relacionam e entendem suas experiências e sua compreensão por meio da linguagem (verbal ou não verbal). Na empatia entendemos as experiências do outro intersubjetivamente – não uma representação delas – sem, entretanto, passarmos pela experiência diretamente.

Empirismo – Cf. Dicionário Aulete Digital [Por empiricismo < de empírico + -ismo.] 1. S. m. 2. Filos. Doutrina ou atitude que admite, quanto à origem do conhecimento, que este provenha unicamente da experiência, seja negando a existência de princípios puramente racionais, seja negando que tais princípios, existentes embora, possam, independentemente da experiência, levar ao conhecimento da verdade. [Opõe-se a racionalismo.] 3. P. ext. Certo tipo de charlatanismo. Empirismo lógico. Filos. 1. V. positivismo lógico.

Enação* [ver Abordagem Atuacionista] – Cf. Wikipedia, termo adotado por Humberto Maturana e Francisco Varela a partir da expressão espanhola *en acción*, que pode ser compreendido em dois pontos congruentes e complementares: 1 - A ação guiada pela nossa compreensão do modo como guiamos

⁷ Grifo meu.

nossas ações na situação local. 2 - A cognição, em suas estruturas, emerge dos esquemas sensório-motores vivenciados que permitem à ação ser construída e guiada pela atenção. É a estrutura vivencial sensório-motora contextualizada. Ver performance*. Cf. Moraes e Arendt (2013), a palavra inglesa *enact* aponta para dois sentidos distintos: como *encenar*, representar um papel, e; como *fazer existir*. Para melhor traduzir o sentido em sua tradução os pesquisadores do grupo ProLUGAR utilizam os dois sentidos apontados por Moraes e Arendt (2013), bem como as variações *performar*, *performatividade*, *performativo*.

Entrelaçamento estrutural – reconhecendo a crítica de Vicente del Rio sobre a inadequação da designação *acoplamento estrutural* utilizada na edição brasileira de A Mente Incorporada (Varela; Thompson; Rosch 2003) para traduzir a palavra inglesa *coupling* – que também significa acoplamento, acasalamento – por seu forte caráter funcionalista, o ProLUGAR passou a utilizar a palavra *entrelaçamento estrutural*. Enquanto sistemas estruturais complexos, o cérebro se entrelaça estruturalmente ao corpo que, por sua vez, se entrelaça estruturalmente ao ambiente, produzindo interações que desencadeiam mudanças determinadas em cada sistema estrutural em si. Maturana (2001:75) propõe a seguinte analogia para seu melhor entendimento: “a cada um de nós acontece algo nas interações que diz respeito a nós mesmos, e não com o outro. E o que vocês escutam do que digo tem a ver com vocês e não comigo. Eu sou maravilhosamente irresponsável sobre o que vocês escutam, mas sou totalmente responsável sobre o que eu digo”.

Entropia – Cf. Dicionário Aulete Digital, [F.: Do gr. *entropé*, pelo ing. *entropy*.] sf. 1. Fís. Grandeza termodinâmica que expressa o grau de desordem, da agitação térmica de um sistema reversível, portanto uma função de estado; mede a energia do sistema que não pode se transformar em trabalho e se dissipa, Assim, quanto mais desordenada a energia, maior a entropia e menor a quantidade de trabalho obtida [Símb.: S] 2. Comun. Na teoria da informação, a entropia expressa o grau de desordem ou de imprevisibilidade da informação; quanto menos informação no sistema, maior a entropia 3. Biol. Medida da desordem de um sistema. Cf. Wikipedia, (do grego *εντροπία*, *entropía*), unidade [J/K] (joules por kelvin), é uma grandeza termodinâmica que mensura o grau de irreversibilidade de um sistema, encontrando-se geralmente associada ao que se denomina por "desordem" (não em senso comum) de um sistema termodinâmico. Em acordo com a segunda lei da termodinâmica, trabalho pode ser completamente convertido em calor, e por tal em energia térmica, mas energia térmica não pode ser completamente convertida em trabalho. Com a entropia procura-se mensurar a parcela de energia que não pode mais ser transformada em trabalho em transformações termodinâmicas à dada temperatura. A parcela de energia interna de um sistema em seu equilíbrio termodinâmico que não pode mais ser convertida em trabalho à temperatura de equilíbrio pode ser determinada pelo produto da entropia S pela temperatura absoluta T do sistema no respectivo estado, encontrando-se disponível à execução de trabalho por tal apenas a parcela da energia interna U em consideração. A parcela de energia interna F que pode ser convertida em trabalho, assim como a entropia, é uma função de estado do sistema, e por tal dá origem a um potencial termodinâmico: a energia livre de Helmholtz do sistema em consideração. A entropia não é uma grandeza que busca mensurar a energia ou a matéria totais encerradas pelas fronteiras do sistema termodinâmico, mas sim como esta matéria e esta energia encontram-se armazenadas e distribuídas no sistema definido por tais fronteiras. Assim, embora uma grandeza bem distinta das grandezas massa, energia interna e quantidade de matéria, a entropia de um sistema encontra-se certamente relacionada às grandezas citadas, sendo, da mesma forma que as anteriores, uma propriedade do sistema. A fim de definir-se um sistema simples especificam-se a energia interna U, a massa m - especificamente a quantidade de matéria N e a natureza das partículas que integram o sistema - e o seu volume V, e ao fazê-lo determina-se também, de forma automática, o valor da entropia S do sistema - uma grandeza escalar - no estado final a ser atingido uma vez dado tempo suficiente para que todos os processos necessários aconteçam. Assim a entropia S nos estados de equilíbrio termodinâmico é uma função das grandezas antes citadas: Ver-se-á que os processos que levam o sistema do estado inicial logo após ter sido isolado até o estado de final - o estado de equilíbrio termodinâmico - ocorrem sempre de forma a provocarem aumentos - ou no limite a manutenção - do valor da entropia do sistema. Não ocorrem processos que impliquem a diminuição da entropia total de um sistema isolado. A entropia

é, pois, uma função de estado que obedece a um princípio de maximização, o "princípio da máxima entropia": a entropia em um estado de equilíbrio termodinâmico - satisfeitas as restrições impostas ao sistema - é sempre a máxima possível. A entropia é uma função de estado cujo valor sempre cresce durante processos naturais em sistemas isolados; e quando escrita em função das grandezas extensivas de energia interna U , volume V e número de elementos N - no caso dos sistemas termodinâmicos mais simples - a entropia é, assim como as respectivas Transformadas de Legendre, uma equação fundamental para o sistema termodinâmico em questão. É, então, possível, a partir desta e de todo o formalismo termodinâmico, obter-se qualquer informação física relevante para o sistema em estudo. Se expressa em função de uma ou mais grandezas que não as citadas - conjugas a si - a expressão para a entropia S reduz-se a uma mera equação de estado. As equações de estado, embora relacionem valores de grandezas termodinâmicas nos estados de equilíbrio, não retêm em si, individualmente, todas as informações acerca do sistema. É necessário o conhecimento de todas as equações de estado para recuperar-se a completeza acerca das informações - para a partir delas se estabelecer uma equação fundamental - e via transformada de Legendre, se estabelecer qualquer das demais equações fundamentais - se desejada.

Epistemologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas; teoria da ciência. [Cf. teoria do conhecimento e metodologia (2).] Cf. Demo (1995: 33), teoria formal do conhecimento. Cf. Capra (1996: 48), a compreensão do processo do conhecimento. Cf. Latour (2004: 375-376), “chama-se epistemologia, no sentido próprio do termo, o estudo das ciências e de seus procedimentos (como a sociologia, a história ou a antropologia das ciências, mas com outros instrumentos além dela). Mais recentemente, Latour (2016: 25-26) observa que "o termo acabou por designar, sobretudo na França, um esforço para *extirpar* das ciências toda conexão com o restante das disciplinas. Na perspectiva de um epistemólogo francês formado na escola de Gaston Bachelard (1884-1962), para poder chegar a ser verdadeiramente científica, uma ciência deve se despojar pouco a pouco de toda aderência que ameace invalidá-la ou pervertê-la".

Epistemologia (política) ou cf. Latour (2004: 376), mais maliciosamente (**Epistemologia policial**, – desvio das teorias do conhecimento para dar razão à política, mas sem respeitar os procedimentos de coordenação, nem das ciências, nem das políticas (trata-se de fazer política ao abrigo de toda política, daí os parênteses); em resumo, chamar-se-á epistemologia política (sem parênteses) à análise da distribuição *explicita* dos poderes entre ciências e políticas no quadro da Constituição”.

EscreverCOM* – cf. Bonamigo (2017: 152), escrita situada e focalizada, ação que se desdobra do pesquisarCOM: “um modo de pesquisar que se faz com ou outro e não sobre o outro e que está articulado com as perguntas que formulamos em parceria com aqueles com quem pesquisamos” (Moraes & Bernardes 2014: 8). O escreverCOM é, assim, um dos planos em que se exerce o pesquisarCOM, constituindo uma experimentação que o texto se propõe a fabricar, desafiando-nos a escreverCOM outros e não sobre os outros, ativando tanto pesquisadores quanto pesquisados na produção do conhecimento (Silveira, Palombini & Moraes, 2014). Portanto, o texto como laboratório que se tece pelo escreverCOM traz o mundo da vida para a escrita, com sua polifonia, sua multiplicidade e suas conexões diversas. A tessitura de sua escrita requer a ação dos múltiplos participantes que, ao serem tratados como mediadores*, se tornam atores na composição do texto, transformando, traduzindo, distorcendo e modificando o sentido da própria escrita (Latour, 2006). Cf. Moraes e Bernardes (2014: 8), escreverCOM é um campo de luta do pesquisarCOM, um modo de conhecer situado e engajado cuja escrita também é situada e localizada. Ou seja, uma escrita que se configura como um laboratório que inclui marcas, hesitações, silêncios, gagueiras. EscreverCOM não é um espaço liso, isento de conflitos, mas um terreno de lutas porque nela e por ela fazemos existir certos mundos e não outros – que são apagados. Ver PesquisarCOM.

Espaço – Cf. Corona e Lemos (1972: 198), “em arquitetura, expressa antes de tudo sua condição tridimensional ou seja, a possibilidade do homem participar de seu interior.” Os autores reportam a Bruno Zevi, que considerava *espaço* como o verdadeiro campo da arquitetura que possibilitou à arquitetura

moderna afastar a preponderância decorativa, escultórica, etc. Cf. Dicionário Houaiss Eletrônico, “extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis”. Palavra de uso generalizado (e impreciso) entre os arquitetos para caracterizar o meio envolvente dos homens, artefatos e objetos. Em nossos trabalhos, utilizamos a palavra *ambiente*, mais apropriada para caracterizar o meio envolvente das relações entre homens, artefatos e objetos, inclusive sua espacialidade.

Espacialidades Múltiplas – Cf. Law e Mol; (2000), existem múltiplas espacialidades, assim como as realidades da política ontológica (Mol 2008). A noção de espacialidade não se restringe à euclidiana ou cartesiana. Além dela, existem *outras* [múltiplas] espacialidades. Essa noção possibilita amplificar e para requalificar o entendimento dos arquitetos e urbanistas, que de um modo geral, se restringe à espacialidade euclidiana. Na sequência deste verbete, são apresentadas quatro espacialidades exploradas por Law e Mol (2000): espacialidade cartesiana, espacialidade das redes sociotécnicas, espacialidade fluida e espacialidade do fogo. Interessado em situar o projeto de um edifício de laboratório da área biomédica, como um modo de ordenamento e composição que articula e possibilita a coexistência espacial de diferentes mundos Costa (2019) se vale das espacialidades como um recurso para avaliar as configurações e regras de funcionamento de cinco diferentes performances para enfatizar como essas cinco espacialidades – interação, biossegurança, flexibilidade, eficiência energética e marketing – podem ser articuladas na prática da performance de um edifício. E o faz a partir da noção de cosmopolítica (Latour, 2004; Stengers, 2005).

Espacialidade Euclidiana ou Cartesiana – nosso senso comum induz a pensar que nossos corpos e cidades existem em um espaço euclidiano e seu sistema de coordenadas, neutro e pré-existente, que define as condições de possibilidade nas quais os objetos podem existir, exercer a identidade e a experiência de proximidade ou distância. Segundo John Law, em termos cartesianos é possível dizer que o performar de *um objeto-forma* estável e contínuo ajuda a performar *um* espaço, *um* mundo que é cartesiano na forma (Law; Mol 2000). Na espacialidade cartesiana as formas e os objetos mantêm sua continuidade e singularidade no espaço. Todos os objetos e elementos que configuram a materialidade de um objeto-cidade precisam, em princípio, ser funcionalmente mantidos no lugar. Mas se um conjunto de coordenadas cartesianas permanece estável entre si, *como as formas e os objetos são deslocadas no tempo e no espaço?* Um ônibus continua a ser o mesmo ônibus enquanto se move pelas vias de uma cidade ou de uma estrada. A distância percorrida ou sua proximidade com outros ocupantes do espaço euclidiano é definida por suas coordenadas cartesianas, que se alteram na medida em que ele se move. Topologicamente os dois argumentos estão intimamente relacionados: para produzir *objetos-formas* e definir o que se entende por *continuidade* no seu deslocamento é necessário, simultaneamente, produzir ou *definir as condições espaciais de possibilidade*. Mas para performar continuidade e identidade, ou medir a distância nos termos das coordenadas cartesianas, ou ainda definir as possibilidades das condições espaciais de subsistência dos objetos, é preciso promulgar o espaço euclidiano. Law (2000) acredita que essa quase-reificação da espacialidade euclidiana pelo senso comum euro-americano resulte de um certo desconhecimento do trabalho necessário para produzi-la. Se foi promulgada no passado, então o sentido do espaço – recipiente que nos antecede e no qual existimos passa a ser justificado historicamente – tende a se naturalizar. Mas as redes sociotécnicas operam com uma concepção alternativa de espacialidade.

Espacialidade na lógica das redes sociotécnicas – em uma rede sociotécnica as formas e os objetos são estáveis e singulares se estiverem configurados em um conjunto estável de ligações com outras entidades. Na espacialidade de redes é necessária outra gramática ou sintaxe que mantenha a estabilidade e a continuidade das formas e objetos: além dos objetos e elementos materiais, diversos outros objetos e elementos se movem e circulam em diferentes formas e veículos. Para funcionar corretamente na estrutura incerta da espacialidade de rede uma cidade precisa que todos os objetos e elementos implicados façam o seu trabalho: 'pedir emprestado' a luz do sol, a energia elétrica, a força e a vontade dos cidadãos e, por assim dizer, incorporá-los; criar estruturas de relações que garantam que edifícios, vias, postes, ventos, energia elétrica, cidadãos e muitas outras entidades sejam funcionalmente mantidas no lugar além de um conjunto de estratégias para garantir a invariância sintática da rede. Na lógica das

redes sociotécnicas nos movemos do espaço cartesiano para o espaço da rede e vice-versa e precisamos associar sua promulgação com o processo de construção desse espaço ou com o modo como esse espaço é performado. E ele é muito mais visível para o espaço da rede do que para o espaço cartesiano. Uma cidade funcionando é um objeto ou uma 'forma de rede sociotécnica' constante e contínua que pode ser entendida como um conjunto constante de coordenadas cartesianas de todos os seus elementos fixos. Ao mesmo tempo em que as pessoas, os veículos, a água e a energia se deslocam no espaço cartesiano, as posições relativas sintáticas e funcionais das outras entidades que performam ou contribuem para a coerência da cidade – e para seu movimento – precisam ser mantidas constantes ou estáveis, ou seja, pressupõem uma mobilidade imutável de seus elementos.

Espacialidade fluida – Cf. Law e Mol (2000), é aquela que muda de forma, como os hotéis de uma rede internacional "X", que não devem ser vistos como algo que se move no interior de uma rede, mas como algo fora de uma rede; como um *Outro* para a rede e suas espacialidades. Quando uma rede de hotéis se espalha pelos quatro cantos do mundo, nela nada é fixo. Cada unidade muda de forma conforme o lugar, a região e a cultura. Quando alguns componentes quebram, são substituídos por outros. Também são adicionados ou eliminados componentes e serviços não previstos de início. Mudam o 'próprio edifício' e as relações sociais nele embutidas. Um hotel é um objeto-edifício que muda de forma no espaço euclidiano e opera diferente em cada lugar onde é instalado. Diferentemente de uma rede sociotécnica e sua invariância configuracional, o Hotel "X" mostra variação das configurações. É um *móvel mutável*. Em dois lugares distintos ele é o 'mesmo objeto' e um 'objeto diferente'. Esta característica variável na forma e no conteúdo permite que ele se 'mova' para tantos lugares no mundo mesmo não sendo uma forma invariável na rede sociotécnica ou no espaço euclidiano. Mas a mutabilidade dos hotéis "X" também se estende para o uso de cada unidade, que oferece serviços e acomodações confortáveis que é variável: apesar das definições internacionais de qualidade e pureza da água, sua qualidade varia de uma cidade, região ou país para outro. Em alguns casos a água distribuída atende a esses critérios. Em outros, não. Alguns países ou cidades realizam testes laboratoriais bem desenvolvidos, outros não. O mesmo acontece com os sistemas de coleta e tratamento de esgoto, de ar-condicionado e com a qualidade, estabilidade e regularidade de fornecimento de energia elétrica, TV a cabo e Internet. Serviços e sistemas que dependem das condições locais de oferta e dos cuidados de manutenção. Alguns oferecem serviço de copa e restaurante de boa qualidade, outros não. Isso significa que algumas unidades do hotel "X" não funcionam? A resposta é não necessariamente. Tudo isso conta como uma condição funcional de sucesso, mas depende da qualidade e esforço de trabalho, das políticas locais, regionais, nacionais e internacionais de economia e turismo. E serviços e trabalho são, em si, variáveis. Assim é mais útil pensar nas suas unidades como objetos que fluem mas mantêm sua forma em diferentes lugares e configurações de rede, em lugar de como objetos de uma rede falha. Aqui temos uma *espacialidade fluida* com um outro tipo de invariância da forma, diferente da euclidiana e das redes sociotécnicas: . São as conexões que fazem uma forma invariável de fluido mudar de espaço de forma gradual e incremental. As ligações mudam lentamente seu caráter. Com o tempo componentes quebram ou sistemas se tornam obsoletos e vão sendo progressiva e continuamente substituídos. As unidades não são exatamente iguais nem funcionam exatamente iguais. Suas funções e formas são diferentes e se modificam com o tempo na medida em que peças e sistemas são substituídos ou acrescentados. A forma gradual de adaptação, instalação, gestão, manutenção das unidades em uso permite que cada unidade continue operando sem grandes pausas ou interrupções. A *invariância da forma* é garantida em uma topologia de fluidos com um processo gradual de adaptação com fluxo mais ou menos suave. Ela é fixada por um deslocamento que resiste à ruptura e se mantém constante durante algum tempo. Em uma *topologia de fluidez* a continuidade da forma exige uma mudança gradual: um mundo no qual a invariância é susceptível de conduzir à ruptura, diferença ou distância; no qual a tentativa de manter relações constantes provavelmente vai corroer a continuidade. Por isso, em lugar de impor projetos rígidos, os projetistas e gestores das unidades do hotel precisam conviver com sua variabilidade. As alterações introduzidas na instalação e na operação de cada unidade indicam que os projetistas e gestores também performam com a fluidez de um espaço fluido cujo interior mantém uma certa constância de forma. Penso que a favela pode ser um bom exemplo de espacialidade fluida, que pode vir a se tornar uma promissora vertente de investigação no campo da morfologia urbana.

Espacialidade do Fogo – Law e Mol exploram uma espacialidade alinhada com a perspectiva bachelardiana de renovação criativa de morte implícita pelo fogo, "elemento de paixão, ação, energia, espírito, vontade e raiva, para não mencionar a destruição criativa e sexualidade" (Law: Mol 2000: 7). Em uma topologia de fogo "*existem formas estáveis criadas em padrões de relações de alteridade conjunta*" (Law: Mol 2000: 8) segundo três atributos de constância da forma. Continuidade como: (a) um efeito da *descontinuidade*; (b) a *presença e a ausência de Alteridade*; e (para casos específicos); (c) feito de uma *estrela como padrão de Diversidade* nesta simultaneidade de ausência e presença. A perfuração do solo para a ampliação do Metrô do Rio de Janeiro é um bom exemplo de espacialidade do fogo. O projeto de uso do "Tatu" – equipamento de perfuração –, seus custos e prazos se baseou em informações geológicas e das concessionárias de infraestrutura urbana; nos projetos das redes subterrâneas e das fundações dos edifícios existentes; no número de operários e técnicos envolvidos nas operações relacionadas. Foram analisados os riscos e previstas medidas para garantir a integridade e a segurança dos edifícios existentes, moradores, operários e técnicos envolvidos, além da mínima interferência possível no dia-a-dia dos bairros que serão servidos. A rede sociotécnica que conecta e configura as relações entre as informações sobre os objetos ou elementos e os projetos, o cálculo dos custos e prazos que antecederam o início das obras não são componentes e condições do projeto e seu conjunto têm conexões externas. Mesmo com certa fragilidade eles existem no espaço euclidiano. Antes do Tatu começar a perfurar o subsolo de Ipanema os projetistas analisaram o conjunto de informações sobre o solo, lençol freático, redes de infraestrutura e fundações dos edifícios. Também consideraram as normas vigentes para garantir a segurança dos edifícios, ruas, moradores e funcionários. Todos os procedimentos, a posição e a velocidade de operação do Tatu, foram previstos de modo a reduzir os riscos de acidentes, o nível de ruído e a trepidação nos edifícios e ruas e devem ter sido descritos e detalhados em um caderno de encargos. Mas quando o Tatu começou a perfurar, os responsáveis pela obra tiveram que "virar a página ... *ir para outros lugares ...que estavam fora da página*" (Law: Mol 2000: 8) e procurar outras conexões além das que estavam previstas no projeto. Apesar dos cuidados, a perfuração não funcionou conforme o previsto e recrutou outros atores – as grandes crateras que dificultaram a vida e a mobilidade de moradores e veículos, a reavaliação dos riscos de desabamento, as interrupções não previstas no fornecimento de água, gás e energia, a contratação de obras de reforço e reparo dos danos provocados, a reavaliação dos riscos dos operários, técnicos e equipamentos que operavam no subsolo e, pior, a interrupção da perfuração. Os cálculos e análises teóricos não foram suficientes. Alguns operários adoeciam devido aos efeitos de vazamentos de água, esgoto e gás. Outros corriam riscos de acidentes como desabamentos, inundações e choques elétricos. Muitos moradores tiveram que temporariamente se mudar ou passaram mal. Como a performance é *uma associação complexa entre o que está presente no projeto e o que não está*, o problema não se limita apenas a lidar com uma parte materialmente heterogênea (ator) da rede. Também existe uma irreduzível *descontinuidade* entre o que está no papel e o que não está, que não se pode perder de vista. A velocidade de perfuração prevista depende do que está ausente – desabamentos, mal estar, interdições pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros ou Ministério da Saúde, manifestações populares. Seu significado *depende* do que está ausente (e que, por isso, está presente) ao mesmo tempo em que depende de *torná-lo* ausente: porque certamente não existe espaço para acidentes, desabamentos ou interdições na rede de relações do projeto impresso elaborado por um grupo de profissionais em um escritório. Eles podem ser pensados como *interrupções* ou *lapsos* entre presença-ausência e ausência-presença, mesmo que isso possa implicar em perda de tempo. Essa é a chave para o que é distintivo na estabilização relativa da performance desse objeto. A velocidade da perfuração atinge seu significado, em parte, devido a essa oscilação ou movimento entre uma relação simultânea de presença e ausência. Os outros elementos do projeto operam de modo semelhante. A velocidade do Tatu é limitada pela necessidade de reduzir o risco de acidente. Mas porque é necessário aumentar a velocidade do Tatu? A resposta é estratégica. Tem a ver com os Jogos Olímpicos de 2016 e com os custos, previstos ou não. O ponto básico é simples: se a velocidade aumentar muito, o Tatu corre o risco de ficar soterrado em um desabamento de proporções catastróficas. A lista de *Outros* associados, que estão ausentes (da folha de papel) e presentes (eles têm que estar lá) agora inclui os Jogos Olímpicos, as doenças e acidentes dos operários e moradores. Argumentos análogos aplicam-se aos outros componentes do projeto: definição do percurso, localização e capacidade das estações, sistema de

transporte vertical até a superfície conduzem para o reino da política burocrática (atender a que bairros ou qual a relação entre o investimento e a previsão de retorno). Todos os termos do projeto alcançam sua estabilidade em virtude da simultânea ausência e presença de outros materiais e situações. Na continuada performance das descontinuidades (que são também continuidades) com esses *Outros* materiais e contextos. Isto se aplica tanto aos componentes do projeto como quanto ao projeto como um todo. Assim, o projeto toma a forma de um *padrão de brilho estelar*. Esta é uma associação que nunca tem exatamente a forma de uma fantasia como a descreveu Bachelard. Várias alteridades são associadas a uma presença central. Existe de fato uma ida e uma volta. O que poderia ser pensado como uma estrutura de Alteridade está sendo performado enquanto o formalismo suportar. As entidades e os mundos irredutíveis em que eles estão localizados são mantidos juntos - e para além - enquanto a forma-fogo se mantém no lugar.

Espaço-Ambiente – designação composta adotada em alguns estudos transdisciplinares reunindo profissionais da educação infantil, da psicologia do desenvolvimento, da arquitetura e especialistas em sustentabilidade – como os do Grupo Ambiente-Educação (GAE) – para afirmar a indissociabilidade dos termos espaço [dimensional] e ambiente [perceptivo ou performado] e suas interfaces em estudos e pesquisas envolvendo projetos e instalações de arquitetura escolar em uso e suas relações com as abordagens e práticas da educação.

Especialização – Cf. Dicionário Aulete Digital, ato ou efeito de especializar(-se). 2. Sociol. Diferenciação resultante da divisão do trabalho. 3. Sociol. Processo de divisão do trabalho encarado do ângulo individual. Segundo DEMO (1995: 28), “a especialização ... volta-se para um ponto menor, que procura devassar, ignorando o resto, que geralmente não é resto, mas a maior parte”.

Especializar – Cf. Dicionário Aulete Digital, mencionar ou tratar à parte, de modo especial; particularizar, singularizar, especificar. 2. Jur. Promover a especialização (4) de (a hipoteca legal ou judicial). V. p. 3. Distinguir-se, assinalar-se, singularizar-se. 4. Adotar uma especialidade, dedicando-se a ela:

Estrutura – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Disposição e ordem das partes de um todo. 2. Disposição e ordem de uma obra literária; composição. 3. O conjunto das partes de uma construção que se destinam a resistir a cargas; armação, esqueleto, arcabouço. ... 6. Ling. Sistema que compreende elementos ordenados e relacionados entre si de forma dinâmica.

Estruturalismo – Denominação dada, em geral, aos estudos linguísticos compreendidos entre o início do séc. XX e o advento, em 1957, da gramática gerativo-transformacional. 2. Todo estudo linguístico baseado no pressuposto metodológico de que qualquer ciência deve optar pela observação rigorosa do maior número possível de fatos, com vista a bem fundamentar suas proposições e generalizações, viabilizando, assim, a descoberta da estrutura (6).

Evidência – Cf. Dicionário Aulete Digital, qualidade do que é evidente; certeza manifesta. 2. Filos. Caráter de objeto de conhecimento que não comporta nenhuma dúvida quanto à sua verdade ou falsidade. [A evidência acompanha os diversos tipos de assentimento, ligando-se, contudo, de maneira mais completa, à certeza.] [Cf. evidencia, do v. evidenciar.]

Exercício de filosofia empírica ou **Praxiografia** – designação utilizada por Annemarie Moll (2002) para os estudos das políticas ontológicas ou dos modos como se produzem as realidades, ou modos de existência das coisas.

Explicação – Cf. Maturana (2001: 29), “nem toda reformulação da experiência é uma explicação. Uma explicação é uma reformulação da experiência aceita por um observador.”

Explicar – Cf. Maturana (2001: 28-29) “O explicar é sempre uma reformulação da experiência que se explica, mas nem toda reformulação da experiência é uma explicação. Uma explicação é uma reformulação da experiência aceita por um observador.”

Existencialismo – Cf. Japiassú; Marcondes (1996: 95) corrente de pensamento iniciada por Sören Kierkegaard, filósofo dinamarquês (1813-1855), na qual se distinguem Martin Heidegger [V.

heideggeriano.], Karl Jaspers (1891) e Jean-Paul Sartre [V. sartriano.], e para a qual o objeto próprio da reflexão filosófica é o homem na sua existência concreta, sempre definida nos termos de uma situação determinada, mas não necessária - o "ser-em-situação", o "ser-no-mundo" -, a partir da qual o homem, condenado à liberdade, por já não ser portador de uma essência abstrata e universal, surge como o arquiteto da sua vida, o construtor do seu próprio destino, submetido embora a limitações concretas; filosofias existenciais; filosofias da existência.

Fazer existir – ver Performance.

Fenomenologia – Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 102), "corrente filosófica fundada por E. Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma "volta às coisas mesmas", isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo: 'toda consciência é consciência de alguma coisa' (Husserl). Dessa forma, a fenomenologia pretende ao mesmo tempo combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre realismo e idealismo. A fenomenologia pode ser considerada uma das principais correntes filosóficas deste século⁸, sobretudo na Alemanha e na França, tendo influenciado fortemente o pensamento de Heidegger e o existencialismo de Sartre, dando origem a importantes desdobramentos na obra de autores como Merleau-Ponty e Ricoeur". Cf. Varela, Thompson, Rosch (2003), para Husserl a fenomenologia seria o estudo das essências. Sua análise do mundo da vida não era nem antropológica nem histórica, mas filosófica, embora também pressupondo o mundo da vida como um conjunto de *pré-compreensões* sedimentadas. E seu interesse pelas "coisas em si" era *teórico* e não *pragmático*. Um dos argumentos mais fortes de Heidegger contra Husserl foi a impossibilidade de separar a experiência da vida das *pré-compreensões* ou *background* consensual de crenças e práticas culturais. Merleau-Ponty dá um passo à frente ao aplicar a crítica de Heidegger à própria fenomenologia e também à ciência: a ciência e a fenomenologia explicavam nossa existência incorporada concreta sempre *a posteriori* ... e sendo uma atividade teórica após o fato não pode recapturar a riqueza da experiência. Cf. Latour (2001: 21-22), "a fenomenologia trata apenas do mundo-para-uma-consciência-humana. Ela nos dirá muita coisa sobre como não nos distanciamos jamais daquilo que vemos, como não vislumbramos nunca um espetáculo distante, como estamos sempre imersos na rica e vívida textura do mundo – mais ai!, esse conhecimento de nada servirá para a percepção real das coisas, pois não poderemos fugir ao enfoque limitado da intencionalidade humana. Ao invés de investigar as maneiras de passar de um ponto de vista a outro, ficaremos eternamente presos ao ponto de vista dos homens. Ouviremos muitas frases sobre o mundo dinâmico real, carnal e pré-reflexivo, mas isso não bastará para cobrir o barulho da segunda fileira de portas da prisão, batendo e se fechando mais hermeticamente às nossas costas. Em que pese a todas as suas pretensões de vencer a distância entre sujeito e objeto – como se tal distinção fosse algo que pudesse ser vencido, como se não houvesse sido ideado para *não* ser vencido! –, a fenomenologia nos deixa às voltas com a mais impressionante separação dessa triste história: de um lado, um mundo da ciência relegado inteiramente si mesmo, completamente frio e absolutamente inumano; de outro, um rico mundo dinâmico de instâncias intencionais inteiramente limitado aos humanos e absolutamente divorciado do que as coisas são em e para si mesmas".

Filosofia – Cf. Japiassú e Marcondes (1996), estudo que se caracteriza pela intenção de ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, quer pela busca da realidade capaz de abranger todas as outras, o Ser (ora 'realidade suprema', ora 'causa primeira', ora 'fim último', ora 'absoluto', 'espírito', 'matéria', etc., etc.), quer pela definição do instrumento capaz de apreender a realidade, o pensamento (as respostas às perguntas: que é a razão? o conhecimento? a consciência? a reflexão? que é explicar? provar? que é uma causa? um fundamento? uma lei? um princípio? etc., etc.), tornando-se o homem tema inevitável de consideração. Ao longo da sua história, em razão da preeminência que cada filósofo atribua a qualquer daqueles temas, o pensamento filosófico

⁸ O autor se refere ao século XX.

vem-se cristalizando em sistemas, cada um deles uma nova definição da filosofia. 2. Conjunto de estudos ou de considerações que tendem a reunir uma ordem determinada de conhecimentos (que expressamente limita seu campo de pesquisa, p. ex., à natureza, ou à sociedade, ou à história, ou a relações numéricas, etc.) em um número reduzido de princípios que lhe servem de fundamento e lhe restringem o alcance: 3. Conjunto de doutrinas de uma determinada época ou país, ou sistema constituído de filosofia: 4. Conjunto de conhecimentos relativos à filosofia, ou que têm implicações com ela, ministrados nas faculdades. 5. Tratado ou compêndio de filosofia. 6. Exemplar de um desses tratados ou compêndios. 7. Razão; sabedoria. Cf. Varela Thompson e Rosch (2003), a filosofia indiana nunca foi uma atividade puramente abstrata e está vinculada a diferentes métodos de meditação. E na tradição budista, o método da atenção – que significa que a mente está presente na experiência incorporada de cada dia e se baseia em técnicas (de atenção) para trazer a mente dos pensamentos, teorias e preocupações (atitude abstrata) para as sensações que se produzem no corpo durante a experiência da pessoa.

Filosofia da identidade. Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Doutrina de Friedrich W. J. Schelling, filósofo alemão (1775-1854), caracterizada sobretudo pela identificação da natureza e do espírito.

Filosofia das luzes. Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. Movimento filosófico do séc. XVIII que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento. [Sin.: iluminismo, ilustração. Tb. se usa o al. 'Aufklärung' e o ingl. 'Enlightenment'.]

Filosofia perene. Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. O que há de único e permanente na filosofia, não obstante as divergências e até contradições entre os sistemas.

Filosofia primeira. Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. Segundo Aristóteles [V. aristotelismo.], a filosofia concernente às coisas divinas, primeiras, imutáveis e separadas. 2. Segundo Descartes [V. cartesianismo.], parte da filosofia que concerne às causas primeiras e aos primeiros princípios, i. e., Deus, as substâncias, as verdades eternas, etc. 3. Segundo Bacon [V. baconiano.], conjunto de princípios formais comuns a todas ou a algumas ciências.

Filosofias da existência/existenciais. 1. V. existencialismo.

Fonte de incerteza – Designação adotada por Bruno Latour (2008a) para o que considera uma débil alusão ao 'princípio da incerteza', com vistas a reforçar a impossibilidade de decidir se determinada ação ou agência reside no observador ou no fenômeno observado. “Fiel aos princípios relativistas, em lugar de dividir o domínio social como habitualmente a maior parte dos manuais de sociologia o faz, em uma lista de atores, métodos e domínios já considerados parte do reino do social” (Latour 2008: 40), propõe organizar os tipos de controvérsias sobre *o que* compõe o universo de uma nova definição do que é uma associação a partir de um conjunto de cinco incertezas fundamentais – natureza dos grupos, natureza das ações, natureza dos objetos, natureza dos fatos e tipos de estudo que se fazem com a etiqueta de uma ciência do social – que, superpostas, possibilitam, sucessivamente mas não definitivamente, recuperar algum sentido comum entre elas.

Forças Sociais – Cf. Bruno Latour (2008a: 61), para os sociólogos do social as “forças sociais” estão sempre presentes já no pano de fundo dos meios necessários através dos quais sua presença é alcançada importam muito ... [enquanto] ... para os sociólogos das associações, fazem toda diferença do mundo, porque para começar não existe nenhuma sociedade nem reserva de vínculos, nem frasco de cola que mantenha unidos todos esses grupos”.

Gestalt – Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. F. red. de gestaltismo.

Gestaltismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. Doutrina relativa a fenômenos psicológicos e biológicos que veio a alcançar domínio filosófico e consiste em considerar esses fenômenos não mais como soma de elementos por isolar, analisar e dissecar, mas como conjuntos que constituem unidades autônomas, manifestando uma solidariedade interna e possuindo leis próprias, donde resulta que o modo

de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o regem, não podendo nenhum dos elementos preexistir ao conjunto; teoria da forma. [F. red.: gestalt.]

Gnoseologia – Cf. Wikipédia, ramo da **filosofia** que se preocupa com a validade do conhecimento em função do **sujeito cognoscente**, ou seja, daquele que conhece o objeto. Este (o objeto), por sua vez, é questionado pela **ontologia**, o ramo da filosofia que se preocupa com o ser. Observações necessárias para se evitar confusões: a gnoseologia não pode ser confundida com **Epistemologia**, termo empregado para referir-se ao estudo do conhecimento relativo ao campo de pesquisa, em cada ramo das ciências; a **Metafísica** também não pode ser confundida com ontologia, ambas se preocupam com o ser, porém a metafísica põe em questão a própria essência e existência do ser. Em outras palavras, *grosso modo*, a ontologia insere-se na teoria geral do conhecimento, ou Ontognoseologia, que se preocupa com a validade do pensamento e das condições do objeto e sua relação o sujeito cognoscente, enquanto que a metafísica procura a verdadeira essência e condições de existência do ser.

Grupo – Cf. Bruno Latour (2008a), não existem grupos, mas formação de grupos, uma vez que sem trabalho não existe grupo.

Hermenêutica – Cf. Dicionário Aulete Digital, do gr *hermeneutiké* **1.** Dir. Interpretação de textos legais para aplicação à particularidade dos casos. **2.** Fil. Interpretação das Sagradas Escrituras e de textos filosóficos. **3.** Ling. Interpretação do sentido das palavras e de textos em geral. **4.** Liter. Interpretação de um autor e de sua obra. **5.** Ling. Interpretação dos signos e de sua representação simbólica numa cultura. Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 126), termo originado da teologia, designando a metodologia própria para interpretar a Bíblia, que passou a designar todo esforço para interpretar cientificamente um texto difícil que exige uma explicação. Contemporaneamente constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral. Paul Ricoeur fala em *duas* hermenêuticas: (a) a que parte de uma tentativa de transcrição filosófica do freudismo, concebido como um *texto* resultando da colaboração entre o psicanalista e o psicanalisado; (b) a eu culmina numa “teoria do conhecimento”, oscilando entre a leitura psicanalítica e uma fenomenologia.

Heurística – Cf. Dicionário Aulete Digital, **1.** Conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas [Cf. heureka.] **2.** Procedimento pedagógico pelo qual se leva o aluno a descobrir por si mesmo a verdade que lhe querem inculcar. **3.** Ciência auxiliar da História, que estuda a pesquisa das fontes.

Híbridos – Cf. Dicionário Aulete Digital, **1.** Gen. Diz-se de animal ou vegetal resultante do cruzamento de espécies diferentes (milho **híbrido**): *O burro e a mula são animais híbridos.* **2.** Gen. Que descende de progenitores de genótipos diferentes (povo **híbrido**); MESTIÇO **3.** Fig. Em que há mistura de elementos ou espécies diferentes (cor **híbrida**): "...aventuram-se num gênero **híbrido**, entre a dança, o circo, a acrobacia e o teatro." (, *Folha de S.Paulo*, 25.05.2005)) **4.** Ling. Diz-se de vocábulo composto com elementos de línguas diferentes (p.ex.: *sociologia*, lat. e gr.) sm. **5.** Gen. Indivíduo híbrido (1 e 2) [F.: Do lat. *ibrida*, *hibrida* ou *hybrida*, ae. Ideia de 'híbrido', usar pref. *hibrid(o)-*] Cf. Stengers (2002), os híbridos costumam ser desprezados por epistemólogos, filósofos e outros pensadores da política e do campo social, devido à condição de intermediários a que submetem os mediadores, que transfere para a sociedade e/ou a natureza a explicação desses elementos.

Hibridação – termo utilizado por Latour (1994, 2001) para designar as misturas próprias aos espaços “entre”, os lugares de mediação. Estes são lugares em que nada se propaga sem que haja transformação, reapropriação local, sendo eles próprios agentes de transformação.

Hipótese – Cf. Dicionário Aulete Digital, **1.** Suposição, conjetura: **2.** Acontecimento incerto; eventualidade; caso: **3.** Filos. Suposição duvidosa, mas não improvável, relativa a fenômenos naturais, pela qual se antecipa um conhecimento, e que poderá ser posteriormente confirmada direta ou indiretamente; hipótese heurística. **4.** Filos. Proposição que se admite de modo provisório como princípio do qual se pode deduzir um conjunto dado de proposições. **5.** Filos. Proposições ou conjunto de proposições que antecede outras, servindo-lhes de fundamento. Segundo Lakatos & Marconi (1991: 40), “hipóteses são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade.”

História – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral: 2. Conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio dos documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade. 3. Ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos. 4. O conjunto das obras referentes à história. 5. Conjunto de conhecimentos relativos a esta ciência, ou que têm implicações com ela, ministrados nas respectivas faculdades: 6. Tratado ou compêndio de história. 7. Exemplar de um desses tratados ou compêndios. 8. Estudo das origens e processos de uma arte, de uma ciência ou de um ramo do conhecimento: 9. Narração de acontecimentos, de ações, em geral cronologicamente dispostos: 10. Narração de fatos, acontecimentos ou particularidades relativas a um determinado assunto: 11. Conto, narração, narrativa: 12. Enredo, trama, fábula: 13. Patranha, lorota, peta; conto: 14. Complicação, amolação, chateação: 15. Luxo, melindre, dengue, complicação: 16. Relação amorosa; caso, aventura: 17. Fam. Coisa, objeto, negócio, troço: [Dim. irreg.: historieta, historiola. Cf. historia, do v. historiar.] **História natural**. 1. Designação tradicional das ciências naturais [q. v.], que hoje se aplica ao estudo meramente descritivo dos seres vegetais, animais ou minerais.

Historicismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, Filos. 1. Doutrina que estuda seus objetos do ponto de vista da origem e desenvolvimento deles, vinculando-os às condições concretas que os acompanham. 2. Doutrina segundo a qual a história de um objeto é suficiente para lhe explicar a natureza ou valor. [Sin. ger. (menos us.): historicismo.]

Humanismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Filos. Doutrina ou atitude que se situa expressamente numa perspectiva antropocêntrica, em domínios e níveis diversos, assumindo, com maior ou menor radicalismo, as consequências daí decorrentes. Manifesta-se o humanismo no domínio lógico e no ético. No primeiro, aplica-se às doutrinas que afirmam que a verdade ou a falsidade dum conhecimento se definem em função da sua fecundidade e eficácia relativamente à ação humana; no segundo, aplica-se àquelas doutrinas que afirmam ser o homem o criador dos valores morais, que se definem a partir das exigências concretas, psicológicas, históricas, econômicas e sociais que condicionam a vida humana. [Cf. ativismo (1), naturalismo (4) e pragmatismo.] 2. Doutrina e movimento dos humanistas da Renascença, que ressuscitaram o culto das línguas e literaturas greco-latinas. 3. Formação do espírito humano pela cultura literária ou científica.

Identidade – Cf. Manuel Castells (1999: 39), processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Cf. Baumann (2005: 13), uma sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de "solidificar" o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. Para o autor, a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas (Baumann 2005: 22).

Identificação – Cf. Dicionário Aulete Digital, sf. 1. Ação ou resultado de identificar(-se). 2. Reconhecimento de uma coisa ou de um indivíduo como os próprios (identificação do suspeito, identificação da pulseira). [+com, de, entre: identificação com a igreja: identificação das palavras: identificação entre o autor e o leitor. Segundo Michel Serres (1999), a construção de identidade* opera mais na explicação do que nos separa do outro do que naquilo que nos liga, nos conecta, reunindo nos coletivos diferentes entidades heterogêneas. Por isso Serres (1999) prefere a noção de múltiplos pertencimentos, frutos da cadeia de conexões que envolvem humanos, artefatos técnicos, dispositivos de ação, pensamentos. Entendimento compartilhado por Baumann (2005: 30): “quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso”. Como exemplo, observa que escolheu a [e foi escolhido pela] Grã-Bretanha por meio de um convite para lecionar, por estar impedido de permanecer na Polônia, país onde nasceu. Recém-chegado à Grã-Bretanha, era um estrangeiro, um recém-chegado refugiado de outro país. Com o tempo, naturalizou-se britânico, mas seguiu se questionando se seria possível abandonar a condição de refugiado polonês, mesmo não tendo a intenção de que o confundissem com um inglês. Para seus alunos e colegas

ele era, sem dúvida, um estrangeiro. “Esse tácito ‘acordo de cavalheiros’ impediu que a nossa relação viesse a se exacerbar – pelo contrário, fez com que fosse uma relação honesta, tranquila e, no geral, transparente e amigável. Então, talvez devessem tocar o hino polonês? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimônia de Praga eu tinha sido privado de minha cidadania polonesa. Minha exclusão foi oficial, promovida e confirmada pelo poder habilitado a separar quem esta “dentro” de quem esta “fora”, quem faz parte de quem não faz - e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polonês ... (Baumann 2005: 15-16). Nesse sentido, a relação de apropriação e reapropriação dos *lugares* e edifícios não se faz segundo uma lógica de construção de identidade.

Ideologia – Cf. Dicionário Aulete Digital , 1. Ciência da formação das ideias; tratado das ideias em abstrato; sistema de ideias. 2. Filos. Pensamento teórico que pretende desenvolver-se sobre seus próprios princípios abstratos, mas que, na realidade, é a expressão de fatos, principalmente sociais e econômicos, que não são levados em conta ou não são expressamente reconhecidos como determinantes daquele pensamento. 3. Pol. Sistema de ideias dogmáticamente organizado como um instrumento de luta política. 4. conjunto de ideias próprias de um grupo, de uma época e que traduzem uma situação histórica: [Cf. ideologia.]; cf. Demo (1995: 18), “o critério da ideologia é seu caráter justificador de posições sociais vantajosas.” Segundo o autor, “a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de seus interesses determinados” (DEMO 1995: 19). DEMO afirma que “a ideologia mais inteligente é a que se traveste de ciência” (DEMO 1995: 19) e, mais adiante, afirma que “a ideologia é inerente, sempre está presente, embora possa vir de dentro (do sujeito) ou de fora (do objeto)” (DEMO 1995: 22).

Imagem Ambiental – cf. Lynch (1982) a imagem ambiental é um processo bilateral entre observador e observado. O que ele vê é baseado na forma exterior, mas o modo como ele interpreta e organiza isso, e como dirige sua atenção, afeta por sua vez aquilo que ele vê. O organismo humano é extremamente adaptável e flexível, e grupos diferentes podem ter imagens muitíssimo diferentes da mesma realidade exterior. Ver *imageabilidade*.

Imageabilidade – tradução da palavra inglesa *imageability*, utilizada por Kevin Lynch em *The Image of the City* (1960), para designar a qualidade ou força evocativa da imagem de um edifício ou ambiente e de seu entorno, em termos de aparência, legibilidade e visibilidade, traduzida incorretamente como *imaginabilidade* (Lynch, K. *A Imagem da Cidade*. Edições 70, 1982), retificada em sua edição mais recente (Martins Fontes, 2011).

Imóveis mutáveis – Cf. Gugenheim (2010: 5), designação utilizada para diferenciar os edifícios dos demais objetos e tecnologias; o oposto dos móveis imutáveis de Bruno Latour (1987); o uso dos edifícios difere do uso da maioria dos outros objetos em dois aspectos: eles ocupam um local fixo e são singulares. Daí a designação imóveis mutáveis. Os edifícios são expostos a diversos grupos de usuários; eles não podem ser protegidos como outros objetos em casas particulares, laboratórios, tribunais ou museus, onde os respectivos distritos podem controlá-los. Seu exterior está aberto à interpretação e definição de qualquer pessoa e como sua localização é fixa, estão inevitavelmente ligados aos seus contextos locais. É por isso que os edifícios são o único tipo de objeto para o qual existem normas e leis sobre como se relacionar com objetos vizinhos. Por outro lado, diferentemente dos organismos biológicos, sua singularidade não pode ser padronizada: cada edifício tem sua própria forma. A singularidade de um edifício liga sua estabilidade local e sua abertura aos ocupantes, o que a torna mutável: partes que antes eram consideradas necessárias para que o todo operasse são trocadas, descartadas ou simplesmente ignoradas nas interações. Em vez de ser uma tecnologia imutável e estável em todos os contextos, os edifícios são instáveis e mutáveis. Uma vez que um edifício é construído, por ser usado de maneiras específicas e por ser localmente estável e, portanto, conectando-se ao seu ambiente em mudança, ele inevitavelmente adquire uma biografia que o torna distinto de todos os outros edifícios.

Impregnação – Cf. Cosnier (2001), período inicial da pesquisa de campo, quando o pesquisador permanece no ambiente apenas observando, se familiarizando e permitindo que o ambiente também se “familiarize” com a sua presença, a exemplo do que foi utilizado por Brasileiro (2007), no âmbito das

pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas Arquitetura, Subjetividade e Cultura (ASC), <<http://www.asc.fau.ufrj.br>>.

Incerteza – Cf. Dicionário Aulete Digital [De in-2 + certeza.] S. f. 1. Falta de certeza; hesitação; indecisão, perplexidade, dúvida.

Indício – Cf. Stengers (2002), tanto o indício quanto o testemunho experimental não podem ser considerados como neutros, independentes dos interesses e das previsões dos autores. Como eles podem ser intrinsecamente diferentes, aquilo que pode ser afirmado por um campo, pode ser contradito por outro, sem que por isso um dos testemunhos seja falso.

Indução – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Ato ou efeito de induzir. 2. Lóg. Operação mental que consiste em se estabelecer uma verdade universal ou uma proposição geral com base no conhecimento de certo número de dados singulares ou de proposições de menor generalidade. [Distinguem-se a indução baconiana, a indução completa e a indução matemática. Cf. dedução e generalização (3).] Indução amplificante. Lóg. 1. V. indução baconiana. Indução aristotélica. Lóg. 1. V. indução completa. Indução baconiana. Lóg. 1. Afirmação, com base no descobrimento de uma relação constante entre dois ou mais fenômenos, de uma relação universal e necessária entre aqueles fenômenos; indução amplificante, indução científica. Indução científica. Lóg. 1. V. indução baconiana. Indução completa. Lóg. 1. Atribuição, a uma classe ou a um conjunto de objetos, de uma propriedade já antes afirmada de cada um dos termos da classe ou dos elementos do conjunto; indução aristotélica, indução formal.

Inferência – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Ato ou efeito de inferir; indução, conclusão. 2. Lóg. Admissão da verdade de uma proposição, que não é conhecida diretamente, em virtude da ligação dela com outras proposições já admitidas como verdadeiras. [São casos especiais de inferência o raciocínio, a dedução, a indução.] Inferência imediata. Lóg. 1. Passagem de uma proposição a outra que dela deriva sem mediação.

Intencionalidade – ou direcionamento da ação, é fundamental para compreender a cognição como ação incorporada. Cf. Varela, Thompson e Rosch (2003: 209), “a intencionalidade tem dois lados: primeiro, ... inclui como o sistema produz o mundo que vem a ser (especificado em termos de conteúdo semântico dos estados intencionais); segundo, ... inclui como o mundo satisfaz ou deixa de satisfazer esse constructo (especificado em termos das condições de satisfação dos estados intencionais).”

Interação ambiental – processo recursivo de interação humanos-ambiente que permite aos humanos influenciarem ou atuarem no ambiente bem como serem por ele influenciados ou atuados. Os humanos, os artefatos e os ambientes são sujeitos que se co-produzem cotidianamente.

Interesse – cf. Latour (2016) os interesses são imediatos, mas dependem da composição de pelo menos dois tipos de atividades cuja soma tem caráter ambíguo mas que, em geral, seguem a mesma direção e cujos percursos se misturam e desenrolam ao longo do tempo. Em francês, *intéressement* abrange o sentido de incentivo, enquanto que em latim se situa entre duas coisas – *inter-esse* – e ao possibilitar atentar atentar as ações compostas, confere um sentido um pouco mais preciso. O interesse das e pelas ciências é uma função diretamente relacionada com suas aptidões para se associar a outros cursos de ação, “para alcançar a aceitação dos desvios necessários, para cumprir suas promessas e – operação sempre delicada – para se fazer reconhecer depois como a fonte principal do conjunto (que, contudo, em todos os casos, é composto) (Latour 2016:30).

Interface – em sua reflexão sobre a relação entre os saberes, Serres (1999: 94-94) chama a atenção para uma palavra que tem sido muito usada nessas ocasiões: o termo interface e na imagem de uma junção “lisa” na conexão entre os saberes, ressaltando quão pouco fidedigna é esta imagem. No seu entendimento, esses espaços “entre” os saberes em nada se assemelham a superfícies lisas, correspondendo antes a margens dentadas, cheias de irregularidades, variáveis, de tal modo que os “encaixes” precisam ser produzidos – e isto requer trabalho e disposição para correr riscos. “Você observou a moda, entre os cientistas, da palavra ‘interface’, que supõe que entre duas ciências ou entre dois conceitos, a junção, perfeitamente dominada ou anulada, não apresenta de fato problemas? Creio, pelo contrário, que esses espaços *entre* são mais complicados do que se pensa; ... Entre as ciências duras e as

chamadas ciências humanas a passagem se assemelha a uma margem dentada, cheia de gelo e variável: você já viu o mapa do norte do Canadá?”

Interfaceamentos – Cf. Serres (1999), precisam ser feitos e refeitos a cada encontro. Em seu percurso exploratório os pesquisadores do ProLUGAR se utilizam de alguns princípios: (1) os pesquisadores são interfaces que aprendem (Latour 2008a); (2) os lugares em ação são performados ou trazidos à existência (Mol 2002) nas redes de objetos, materialidades, tecnologias, natureza, organismos e seres humanos (Farias 2010); (3) de modo análogo, *urbanidades* no plural configura um conjunto de múltiplas qualidades que não preexistem nos lugares, ruas, etc.. elas emergem de múltiplos processos de associações (Farias 2010).

Interface que Aprende – ver Corpo. Segundo Bruno Latour (2008b), o corpo é uma interface que aprende a ser afetada por muitos elementos cuja trajetória dinâmica nos permite aprender a observar e registrar aquilo que acontece nos edifícios e lugares em ação, aqui tratados como proposições articuladas que emergem de processos de mediação envolvendo entidades 'técnicas', 'políticas' e 'econômicas'. Alinhados com a afirmação latourianas, os pesquisadores do ProLUGAR entendem que corpos, edifícios e lugares são agentes de transformação que se recriam continuamente e nos quais nada se propaga sem transformação ou reapropriação local.

Intermediário – Cf. Latour (2001, 2008), entidade que transporta significados e informações sem as transformar.

Intersubjetividade – Cf. Thompson (1999), relação indissociável e subjetiva que ocorre nas interações homem-ambiente.

Interação – Cf. Morin (1996), conjunto de relações, ações e retroações que se efetuam e se realizam em um sistema; Cf. Damásio (1996: 255), “o organismo inteiro, e não apenas o corpo ou o cérebro, interage com o meio ambiente ... quando vemos, ouvimos, tocamos, saboreamos ou cheiramos, o corpo e o cérebro participam na interação com o meio ambiente.”

Interpretação – em lugar de representação, a abordagem experiencial trabalha com a ideia de *interpretação*, atividade de configuração em que alguns aspectos se tornam relevantes porque nós os fazemos emergir de nossa experiência que, para ter validade, deve ser confrontada com o *senso comum*.

Laboratório – designação que faz referência aos lugares de produção de conhecimento na perspectiva dos estudos CTS e da TAR, ou cf. Michel Callon (in HÉRNANDEZ; MARQUES, 2008), “conjunto de coletivos heterogêneos profissionais e sociais que participam, de uma maneira ou de outra, na concepção, elaboração e transporte das inovações”.

Lato sensu – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Em sentido lato. [Antôn.: stricto sensu.] (lato - [Do lat. latu.] Adj. 1. Largo, amplo, dilatado, extenso.

Linguagem – Cf. Maturana e Varela (1995: 235), “operamos na linguagem quando um observador vê que os objetos de nossas distinções são elementos de nosso domínio linguístico.”

Lógica – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Filos. Na tradição clássica, aristotélico-tomista, conjunto de estudos que visam a determinar os processos intelectuais que são condição geral do conhecimento verdadeiro. [Distinguem-se a lógica formal e a lógica material.] 2. Filos. Conjunto de estudos tendentes a expressar em linguagem matemática as estruturas e operações do pensamento, deduzindo-as de número reduzido de axiomas, com a intenção de criar uma linguagem rigorosa, adequada ao pensamento científico tal como o concebe a tradição empírico-positivista; lógica simbólica. 3. Filos. Conjunto de estudos, originados no hegelianismo, que têm por fim determinar categorias racionais válidas para a apreensão da realidade concebida como uma totalidade em permanente transformação; lógica dialética. [São categorias dessa lógica a contradição, a totalidade, a ação recíproca, a síntese, etc.] 4. Tratado ou compêndio de lógica. 5. Exemplar de um desses tratados ou compêndios. 6. Coerência de raciocínio, de ideias. 7. Maneira de raciocinar particular a um indivíduo ou a um grupo: 8. Fig. Sequência coerente, regular e necessária de acontecimentos, de coisas. [Cf. logica, do v. logicar.] **Lógica dialética**. Filos. 1.

Lógica (3). Lógica formal.⁹ Filos. 1. Na tradição clássica, o estudo das formas (conceitos, juízos e raciocínios) e leis do pensamento. 2. Na tradição empirista e positivista, o estudo da estrutura das proposições e das operações pelas quais, com base nessa estrutura, se deduzem conclusões. Lógica material. Filos. 1. Estudo da relação entre as formas e leis do pensamento e a verdade, i. e., estudo das operações do pensamento que conduzem a conhecimentos verdadeiros. [Cf. lógica transcendental.] Lógica simbólica. Filos. 1. Lógica (2). Lógica transcendental. Filos. 1. Segundo Kant [v. kantismo], ciência do entendimento puro e do conhecimento racional, pela qual se determinam os conceitos que se relacionam aos objetos independentemente da experiência, e anteriormente a ela. [Cf. lógica material.]

Lugar – Cf. Wikipedia, a ideia de *lugar* é muito abrangente, pois faz parte tanto do senso comum quanto do conhecimento científico. Na geografia, o termo já foi empregado de muitas formas, pois cada corrente de pensamento geográfico o define de um modo distinto. Na geografia tradicional, o termo *lugar* era utilizado frequentemente do mesmo modo que no senso comum, ou seja, como sinônimo de localização. Quando utilizada no plural servia fazer referência à variabilidade das combinações de elementos na superfície da Terra e, por conseguinte, ao conjunto de características naturais e humanas que particularizam uma determinada porção da superfície terrestre. Na geografia quantitativa, a palavra *lugar* era utilizada com o sentido de localização, já que os termos *organização espacial*, *região homogênea*, *região funcional*, polo de crescimento, entre outros do gênero, eram mais apropriados para enfoques de tipo morfológico para explicar os padrões de distribuição e de relações espaciais estabelecidos pelos agentes econômicos e sociais^[2]. A geografia humanista foi a primeira vertente da geografia a fazer uso da palavra *lugar* como um conceito científico. De fato, esse foi um dos conceitos fundamentais para os propósitos dessa corrente, interessada em pesquisar as relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente. Os geógrafos humanistas destacam a importância de estudar o cotidiano como forma de compreender os valores e atitudes que as pessoas comuns elaboram a respeito do espaço e do ambiente em que vivem. O conceito de *lugar* é apropriado para esse tipo de pesquisa por dizer respeito aos espaços vivenciados pelas pessoas em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convivência familiar, etc. Por esse motivo, a geografia humanista define o *lugar* como uma forma de experiência humana, “um tipo especial de vivência do espaço”. Ele tem, portanto, o mesmo conteúdo que os fenomenologistas atribuem ao entendimento de *mundo*, isto é, o conjunto das vivências individuais e subjetivas dos sujeitos; “aquilo que em primeiro lugar aparece à consciência”. A geografia crítica, por sua vez, não dá a mesma importância ao significado de *lugar*, pois trabalha principalmente com os conceitos de espaço geográfico e de território. Todavia, alguns geógrafos críticos, como Milton Santos, passaram a dar maior importância ao entendimento de *lugar* ao longo do tempo. Em *A natureza do espaço*, Santos reconhece a “força do lugar” e o qualifica como um espaço produzido por duas lógicas, a saber, a das vivências cotidianas das pessoas e a dos processos econômicos, políticos e sociais que constituem a globalização. Nesse sentido, a abordagem crítica do lugar se diferencia da abordagem humanista na medida em que leva em conta as influências dos processos relacionados à globalização no estudo das vivências que os indivíduos desenvolvem nos lugares. E essa influência é caracterizada por Milton Santos e outros geocríticos, em geral, como impositiva, perversa e estranha aos interesses do lugar. Os pesquisadores do ProLUGAR associam lugar com a topologia da espacialidade cartesiana, como ambiente ou espaço físico ocupado e significado pelos humanos e por seus objetos a partir da experiência, da memória, da história, das inter-relações sociotécnicas; base existencial de humanos e não-humanos, também considerado lugar sociotécnico.

Lugares em Ação – Em ressonância com a proposição de Bruno Latour (2000), os *lugares em ação* podem ser tratados como interfaces que aprendem a ser afetadas por muitos elementos cujas trajetórias podem ser acompanhadas e registradas em suas dinâmicas. São proposições articuladas que emergem de processos de mediação envolvendo entidades ‘técnicas’, ‘políticas’ e ‘econômicas’. Seriam *agentes de transformação* — que se recriam continuamente e nos quais nada se propaga sem transformação ou reapropriação local. Como envolvem diferentes materialidades, podem ser entendidos como *interfaces*

⁹ Segundo Pedro DEMO, em Metodologia Científica em Ciências Sociais (1995: 33), “a lógica formal caracteriza-se pela pretensão de poder elaborar corpo acabado de ‘leis do pensamento’.”

que aprendem a ser afetadas e cuja produção será sempre local e situada. Essa compreensão nos remete ao entendimento adicional de que sua construção produz mundo, ou seja: *é ontológica e política*. Segundo Annemarie Mol o termo *política* sublinha seu modo ativo e seu “caráter aberto e contestado”. Segundo Ignacio Fariás (2010), os lugares “são negociados por diferentes grupos de atores, articulando simultaneamente componentes materiais e sociais da cidade”. Conhecimento situado e ontologias políticas reforçam o entendimento de que corpos e lugares são transformados em suas configurações, aparências e performances: ao mesmo tempo em que são ‘objetos’ prontos para serem usados, são sujeitos a futuras modificações e, portanto, não são coisas fixas de natureza material. Mesmo tendo localização e forma estável, os lugares podem acolher simultaneamente ou não *diferentes usos*. Por operarem de modo simultâneo com diferentes usos e atores, por serem transformados pelas ações que acontecem em seu interior e exterior, os *lugares em ação* não podem ser entendidos como objetos estáticos (Latour, Yaneva 2008): eles são *objetos em movimento*, mesmo depois de construídos.

Mapeamento Cognitivo — Cf. Moore & Gooledge (in del Rio 1991), processo de apreensão, codificação, memorização e decodificação de informações sobre a localização e os atributos dos fenômenos que ocorrem no *ambiente espacial do cotidiano*.

Materialismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, vida voltada unicamente para os gozos e bens materiais. 2. Filos. Tendência, atitude ou doutrina que admite ou que a matéria, concebida segundo o desenvolvimento paralelo das ciências, ou que as chamadas condições concretas materiais são suficientes para explicar todos os fenômenos que se apresentem à investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais ou históricos. O materialismo se afirma sobretudo ante o problema da origem do mundo (que dispensa a criação divina e se explica em termos evolutivos), o problema ético (dele resultando moral hedonística), o problema psicológico (orientando a pesquisa no sentido de estabelecer as relações diretas entre os fenômenos psíquicos e as reações do organismo aos estímulos ambientais), e o problema do conhecimento (em que afirma a adequação da razão ao conhecimento do mundo, adequação que se evidencia pelo incessante progresso do conhecimento científico). **Materialismo dialético**. 1. Doutrina fundamental do marxismo, cuja ideia central é que o mundo não pode ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas de processos, onde as coisas e os reflexos delas na consciência, i. e., os conceitos, estão em incessante movimento, gerado pelas mudanças qualitativas que decorrem necessariamente do aumento de complicação quantitativa. **Materialismo histórico**. 1. Doutrina do marxismo, que afirma que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual. **Materialismo mecanicista**. Filos. 1. Doutrina que explica os fenômenos da natureza reduzindo-os a processos mecânicos, i. e., a processos que se explicam pelas leis do movimento dos corpos no espaço e por mudanças puramente quantitativas.

Mediador – Cf. Latour (2001, 2008) entidade que transforma, traduz, distorce e modifica os significados ou os elementos que se supõe que devem transportar e que faz outras entidades agirem; um mediador pode tornar-se *complexo* e levar em múltiplas direções que modificarão todas as descrições contraditórias atribuídas a seu rol; não pode ser considerado apenas um; pode funcionar como um, nada, vários ou infinito. Seus dados de entrada nunca predizem bem os de saída; sua especificidade deve ser considerada a cada vez. O autor recomenda seu uso, em lugar de *intermediário*, termo que se deve evitar por suas problemáticas implicações com a problemática da “pureza”, “fidelidade” ou “distorção” em relação a algo que sempre esteve presente.

Medida – Segundo Protágoras, os humanos são a medida para todas as coisas. Cf. Stengers (2002: 197), palavra que expressa um laço que não se confunde com uma ‘interação’ e que confere papéis distintos à sua divisão em dois polos: (quase-)sujeito e (quase-)objeto. A autora observa a relação entre medida e política; e enuncia que ‘nem todas as políticas se equivalem’ (Stengers 2002: 197) e envolvem a construção dos critérios legitimadores de uma medida que possibilitam a invenção de novas práticas de medidas das coisas pelos humanos, orientada pela diferença entre ‘fato’ e ‘ficção’ sem esquecer que a definição entre o que é fato e o que é ficção é uma crença que carece de antídoto.

Meio – Cf. Santos (1997: 1), vocábulo relativamente abandonado pela geografia que, com “os progressos no conhecimento das galáxias, a palavra ‘espaço’ passou a ser utilizada com maior ênfase para o espaço

sideral interplanetário. Também nesta fase da pós-modernidade, a mesma palavra ‘espaço’ ganhou um uso crescentemente metafórico em diversas disciplinas.... O meio resulta de uma adaptação sucessiva da face da Terra às necessidades dos homens. Nos primórdios da história registravam-se alterações isoladas, ao sabor das civilizações emergentes, até que o processo de internacionalização cria em diversos lugares feições semelhantes. Agora, conhecemos uma tendência à generalização à escala do mundo dos mesmos objetos geográficos e das mesmas paisagens.” (Santos 1997:1).

Metafísica – Cf. Dicionário Aulete Digital Filos. Parte da filosofia, que com ela muitas vezes se confunde, e que, em perspectivas e com finalidades diversas, apresenta as seguintes características gerais, ou algumas delas: é um corpo de conhecimentos racionais (e não de conhecimentos revelados ou empíricos) em que se procura determinar as regras fundamentais do pensamento (aquelas de que devem decorrer o conjunto de princípios de qualquer outra ciência, e a certeza e evidência que neles reconhecemos), e que nos dá a chave do conhecimento do real, tal como este verdadeiramente é (em oposição à aparência). [Cf. ontologia.] 2. Hist. Filos. Segundo Aristóteles [v. aristotelismo], estudo do ser enquanto ser e especulação em torno dos primeiros princípios e das causas primeiras do ser. 3. Sutileza ou transcendência do discorrer. [Cf. metafísica, do v. metafisicar].

Metáfora – Tropo que consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa, e que se fundamenta numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado. [Por metáfora, chama-se raposa a uma pessoa astuta, ou se designa a juventude primavera da vida.]

Método – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. 2. Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado. 3. Processo ou técnica de ensino: 4. Modo de proceder; maneira de agir; meio. 5. V. meio 1 (8). 6. Tratado elementar. 7. Fig. Prudência, circunspeção; modo judicioso de proceder; ordem: **Método da máxima verossimilhança**. Estat. 1. Método de estimação de parâmetros ou de interpolação, baseado na determinação do máximo da função de verossimilhança de um conjunto de valores obtidos experimentalmente. **Método dedutivo**. Filos. 1. O que emprega unicamente o raciocínio, partindo de princípios considerados como verdadeiros e indiscutíveis; método categórico-dedutivo. **Método hipotético-dedutivo**. Filos. 1. O que admite premissas cuja verdade será julgada a posteriori. **Método sintético**. 1. Aquele em que se emprega a síntese ou recomposição de um todo pelos seus elementos componentes. Cf. Lakatos & Marconi (1991: 40-41), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

Método da Assemblagem: Cf. John Law (2004) se distingue da assemblage na prioridade anexada à geração de presença. A definição mais geral, por si só é simétrica, não nos dizendo nada sobre a forma tomada pela presença, ausência ou pelas relações entre elas. Em sua definição mais geral, é tratada por Law como a promulgação de um conjunto de relações ramificantes que geram representações e representam as realidades existentes. De um modo geral, o Método da Assemblagem se refere ao processo de elaboração e promulgação dos limites necessários entre presença, ausência manifesta e Alteridade. Trata-se de um método generativo ou performativo que produz ausência e presença ou, mas especificamente, a fabricação ou agregação de relações em três partes: (a) tudo que está presente (p.ex. uma representação ou um objeto); (b) tudo que está ausente, mas também manifesto (que é manifestamente relevante para a presença e que pode ser visto ou descrito); e (c) tudo que está ausente, mas que é *Outro* porque, mesmo sendo necessário para a presença, também está oculto, reprimido ou desinteressante. A presença pode assumir a forma de representações (representacionais e/ou alegóricas) ou de objetos. A ausência manifestada pode tomar a forma de uma realidade que é representada, ou o contexto relevante para um objeto.

Método Cartesiano –Cf. Wikipédia, criado por René Descartes, consiste no Ceticismo Metodológico: duvida-se de cada ideia que pode ser duvidada. Subdivide-se em quatro tarefas básicas: verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada; analisar, ou seja, dividir

ao máximo as coisas, em suas unidades de composição, fundamentais, e estudar essas coisas mais simples que aparecem; sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro; e enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Método Dedutivo – [ver Dedução] Cf. Oliveira (2002: 62), contrário à indução, fundamentado na lógica e na matemática, procura transformar enunciados complexos, universais, em particulares; Cf. Wikipedia, modalidade de [raciocínio lógico](#) que faz uso da [dedução](#) para obter uma conclusão a respeito de determinada(s) [premissa\(s\)](#). Essencialmente, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras se o raciocínio respeitar uma forma lógica válida. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma segunda proposição (premissa menor) para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

Método Dialético – Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 182), na concepção clássica, sobretudo na interpretação platônica da filosofia socrática, o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão.

Método Didalético – proposto por Sandra Corazza, considera que “o processo de construção do conhecimento é um processo de transformação da realidade que se dá em três diferentes etapas: (1) parte do conhecimento prático ou empírico (sincretização), (2) teoriza sobre esta prática (análise) e (3) volta à prática para transformá-la (síntese)” (Rheingantz 2003).

Método Empírico – [ver Empirismo] Cf. Serra (2006), se desenvolveu a partir de Bacon, Hobbes, Locke e Hume, e tem como ponto de partida o reconhecimento de que a mente não contém nenhuma ideia inata e que não há nada nele que não tenha passado pelos nossos sentidos. Na medida em que o empirismo se desenvolve, vai se tornando mais claro que mesmo uma sucessão muito grande de experiências apresentando sempre o mesmo resultado poderia nos dar qualquer certeza, conforme demonstram diversos sistemas filosóficos conflitantes.

Método Experimental – Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 182), aquele que tem por base a realização de experimentos para o estabelecimento de teorias científicas, procedendo através da observação, da formulação de hipóteses e da verificação ou confirmação das hipóteses a partir de experimentos. É valorizado sobretudo nas concepções empiristas. Cf. Serra (2006:), também baseado na experiência, distingue-se do método empírico por basear-se em ensaios, por realizar eventos planejados, em geral em ambiente controlado, visando a realizar as observações que conduzirão à conclusão.

Método Hermenêutico – Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 182), ver Hermenêutica. Método relativo à ou próprio da Hermenêutica, utilizado na análise de textos, que busca uma explicação coerente.

Método Hipotético-dedutivo – Cf. Japiassú e Marcondes (1996: 127), diz-se do raciocínio ou pesquisa que procede, por dedução, a partir de hipóteses. Cf. José Ferrer Mora em Dicionário de Filosofia (1994: 335), “é característico do raciocínio hipotético não se saber se uma ou mais das premissas é verdadeira, já que é precisamente isso o que se pretende averiguar”. ... “é comum distinguir entre hipótese como enunciado não comprovado e enunciado de observação como enunciado comprovado. Desse ponto de vista, as hipóteses podem ser consideradas enunciados teóricos”. Em outro sentido mais específico, a hipótese pode ser considerada como um instrumento de pesquisa que medeia a teoria e a metodologia. Os métodos que se baseiam na formulação prévia de hipóteses pressupõe a existência de uma ideia central formulada previamente à realização da pesquisa.

Método Indutivo – [ver Indução] Cf. Japiassú e Marcondes (1996), importante na ciência e na pesquisa experimental, estabelece uma lei geral a partir da observação e repetição de regularidades em casos particulares. Apesar de não permitir o estabelecimento da verdade da conclusão em caráter definitivo, fornece, no entanto, razões para sua aceitação, que se tornam mais seguras em função do maior o número de observações realizadas e de sua essência probabilística.

Metodologia¹⁰ – Cf. Dicionário Aulete Digital, a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade. 2. Filos. Estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos das ciências: 3. Liter. Conjunto de técnicas e processos utilizados para ultrapassar a subjetividade do autor e atingir a obra literária. [Cf. epistemologia e teoria do conhecimento.]

Modelo –

Móveis Imutáveis – o oposto de imóveis mutáveis; expressão utilizada por Bruno Latour (2001; 2013b) para descrever uma transferência ou deslocamento de constantes.

Móveis Mutáveis – Cf. Bruno Latour (1987: 226-7), são objetos que são estabilizados como tecnologias para realizar as mesmas ações em diferentes locais; são tecnologias que operam independentemente de seu contexto, porque seus criadores (geralmente cientistas) podem proteger os objetos dos grupos de usuários que estão interferindo.

Morfologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, tratado das formas que a matéria pode tomar. 2. Gram. O estudo das formas das línguas, i. e., do aspecto formal das palavras, conferido pelos morfemas [v. morfema] **Morfologia social**. Sociol. 1. Estudo das estruturas ou das formas da vida social. **Morfologia vegetal**. 1. O estudo das formas e estruturas dos organismos vegetais.

Não-humano – Cf. Latour (2001), designação que só significa alguma coisa na diferença entre o par "humano-não-humano" e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da distinção entre sujeito e objeto. Assim, o par humano-não-humano não constitui uma forma de "superar" a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente. Cf. Bonamigo (2016), termo utilizado para designar equipamentos, materiais, artefatos de inscrição, dispositivos tecnológicos, entre outros.

Narrativa – Cf. Stengers (2002), a exemplo da experimentação, seu procedimento é uma conduta *arriscada* por estar sempre submetida à possibilidade de o narrador se prender à proliferação dos indícios que tanto podem alimentar quanto limitar o poder da ficção.

Narrativa imagética – narrativa da experiência através de imagens, desenhos ou modelos tridimensionais.

Nomologia – Estudo das leis que presidem aos fenômenos naturais.

Objetividade entre parênteses – Cf. Maturana 2001: 36), no caminho da objetividade entre parênteses, o observador não pode fazer referência a entidades independentes de si na construção do seu explicar, pois "a explicação é uma reformulação da experiência com elementos da experiência".

Objetividade sem parênteses – Cf. Maturana (2001: 36), no caminho da objetividade sem parênteses as coisas e os fenômenos ocorrem independentemente do observador – ou seja, a existência precede à distinção. Nele só há uma realidade que é objetiva, independente e requer obediência e aceitação.

Objeto – Cf. Dicionário Aulete Digital, [F.: Do lat. *objectus*] **1.** Qualquer coisa material; **2.** Coisa para a qual converge uma ação, emoção ou pensamento (**objeto** de busca/de desejo/de divergência); **3.** Mercadoria, bem de consumo: *Compraram objetos para a casa; ...* **5.** Fil. Toda realidade situada fora do agente cognitivo; **6.** Gram. O ser, a coisa ou ideia que completa o sentido do verbo transitivo; pode ser direto, direto preposicionado, indireto; [Psi] **1. Objeto parcial** – Cf. psicanalista Melanie Klein, parte ou produto do corpo, real ou fantasiado, e suas representações simbólicas, presentes em pulsões parciais; **2. Objeto transicional** – Cf psicanalista D. W. Winnicott, objeto (travesseiro, colcha, bichinho de pelúcia etc.) que uma criança pequena escolhe para ser o substituto de sua relação oral com a mãe na transição para sua relação com o mundo.). **Objeto real** [Ótp] **1.** Imagem de objeto formada por raios luminosos que provêm

¹⁰ Howard BECKER em *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, afirma que a metodologia "é importante demais para ser deixada aos metodólogos" (BECKER 1994: 17) e alerta contra uma "propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma "maneira certa" de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o erro." (BECKER 1994: 18). Segundo Pedro DEMO (1995), metodologia significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência.

desse objeto; **Objeto virtual 1** [Ópt] Imagem de objeto formada por raios luminosos não provêm dele, embora assim pareçam. Os autores CTS e TAR expandem e complexificam a natureza dos objetos. Cf. Law e Singleton (2003: 4-5) "se começarmos com o senso comum, tendemos a pensar nos objetos como itens fisicamente constituídos que ocupam um volume no espaço euclidiano". Podemos entender os objetos comumente exibidos como constituídos de uma dupla imutabilidade: eles costumam ter uma forma mais ou menos estável no espaço euclidiano "embora a definição dessa forma física estável provavelmente dependa do trabalho relacional e interativo de um tipo ou outro (e também pode ser que 'objetos abstratos' não ocupe o espaço euclidiano) ... [eles certamente] ... têm, exibem ou são constituídos por uma estrutura mais ou menos estável em uma rede de relações. A estabilidade (podemos dizer estabilidade espacial, embora esse seja outro argumento) é sustentada de duas maneiras separadas mas parcialmente relacionadas (a forma de rede de um navio está relacionada com sua integridade física). O argumento adicional da TAR seria que é necessário um esforço de sustenta as redes estáveis de relações. Isso significa que objetos como fígados doentes ou doença hepática alcoólica precisam ser mantidos para que possam se sustentar e se mover entre os locais. É preciso seguir performando a rede de relações que os sustenta e os constitui. Caso contrário, as coisas começam a perder sua forma, perder suas características e a escolar para longe. Eles deixam de ser os objetos que eram. Nada é fixo e permanente no mundo TAR. Apenas algumas coisas são consertadas a tempo". Cf. Latour (2008a), considerando a aparente incomensurabilidade de seus modos de ação com os vínculos sociais concebidos da forma tradicional, a palavra *objeto* deveria ser substituída por *questão de interesse*, pois os *sociólogos do social* entenderam erradamente a natureza desta incomensurabilidade ao concluir que, por serem incomensuráveis, devem ser mantidos separados dos vínculos sociais propriamente ditos, sem advertir que deveriam ter concluído precisamente o oposto: são incomensuráveis porque foram procurados em primeiro lugar.

Observação incorporada – Cf Rheingantz et al (2009), modo de operacionalização e aplicação da Cognição Experiencial; pode ser definida como um encadeamento de associações dependentes do contexto que, em conjunto, configuram um ponto-de-vista aproximado e particular da experiência vivenciada por um observador ou grupo de observadores em um determinado ambiente ou conjunto de ambientes. O observador no ambiente "torna-se" um mundo que não pode ser "representado" a priori. O sucesso de uma experiência vivencial e local não deve ser entendido como uma verdade que possa vir a ser estendida a contextos diferentes e mais amplos. Como o observador está sempre imerso no ambiente, sua compreensão será sempre local ou situada. A atividade dos homens no mundo possibilita que eles criem padrões que são comparados aos já existentes (senso comum). Esta operação modifica tanto os padrões iniciais, quanto as próprias operações de comparação que acontecem durante a observação e, assim, indefinidamente. Cf. Pedro (1996), nesse sentido, a observação, por ser um ato cognitivo, é sempre criadora.

Observar – Cf. Paulo Freire (1996: 15-16), "quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade, não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto do seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele."

Olhar Compartilhado – conjunto de concepções, valores, percepções e práticas compartilhadas por um determinado grupo que dá forma a uma visão comum e particular da realidade; configuração multidimensional do paradigma pós-moderno de Boaventura Santos (1995), de modo a assegurar maior coerência e racionalidade na definição dos atributos e do seu grau de importância.

Ontologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, i. e., do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres: [Cf. metafísica.]. Segundo Pedro DEMO (1995: 27), "realidade pensada". Segundo Mol (2002: 6), "a ontologia não é dada na ordem das coisas, mas que, em vez disso, ontologias são trazidas à existência, sustentadas, ou deixadas à míngua em práticas sociomateriais comuns do dia a dia".

Ontológico – Cf. Dicionário Aulete Digital, pertencente ou relativo à ontologia. 2. Na filosofia de Heidegger [v. existencialismo], relativo ao Dasein.

Ordem / Ordenamento – Segundo Bruno Latour (2008a), a melhor opção para recuperar algum sentido de ordem ou de ordenamento do social é deixar a tarefa de definir e ordenar o social para os próprios atores, não para o analista. Os atores devem poder desdobrar seus próprios e diversos cosmos. Segundo o autor, a melhor solução para recuperar algum sentido de ordem seria rastrear relações *entre* qualquer controvérsia dada. Agindo assim, em lugar de abandonar a busca de ordem, rigor e padrões, essas buscas são reposicionadas em um nível mais alto de abstração, permitindo aos atores desdobrarem seus próprios e diversos cosmos, “por mais contraintuitivos que pareçam” (Latour 2008: 43).

Outrização – tradução da palavra inglesa de origem filosófica e sociológica *Othering*, derivada do verbo *to other*, que significa “ver ou tratar outra pessoa ou outro grupo social como intrinsecamente diferente e estranho a si mesmo”.

Paisagem – Cf. Schlee et al (2009), termo que designa múltiplas significações, significados e interfaceamentos entre diversas disciplinas; alguns autores ainda o associam a “uma extensão de território ao alcance da vista, formada pelo conjunto de elementos e formas naturais e construídos pelo ser humano”. Estes autores definem paisagem como o “imediatamente visível” passível de ser apreendido como uma unidade visual pelo olhar. Segundo os autores, o entendimento de paisagem implica a apreensão de uma associação tridimensional produzida nos interfaceamentos entre natureza e sociedade, abrangendo múltiplos aspectos e sentidos, além do visual.

Paradoxo – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Conceito que é ou parece contrário ao comum; contrassenso, absurdo, disparate: 2. Contradição, pelo menos na aparência: 3. Filos. Afirmção que vai de encontro a sistemas ou pressupostos que se impuseram, como incontestáveis ao pensamento. [Cf. aporia e antinomia.] **Paradoxo socrático**. Filos. 1. Tese socrática que afirma: “Ninguém faz o mal voluntariamente, mas por ignorância, pois a sabedoria e a virtude são inseparáveis.”

Pensamento Complexo – ver Complexidade.

Percepção – Cf. Dicionário Aulete Digital, ato, efeito ou faculdade de perceber; diferentemente do que sugerem autores alinhados com o pensamento de Gibson (1979) – que o ambiente é independente e que a percepção é detecção direta – as abordagens atuacionista e experiencial consideram que o ambiente é *performado* por histórias de entrelaçamento, e que “a percepção é atuação sensório-motora” (Varela; Thompson; Rosch 2003): é uma ação orientada perceptivamente, ou o modo como os humanos orientam suas ações em situações locais, por meio de sua estrutura sensório motora; princípios comuns ou conexões lícitas entre os sistemas sensorial e motor que explicam como a ação pode ser orientada perceptivamente em um mundo dependente de um sujeito percipiente. (in Cadernos de Subjetividade: O reencantamento do concreto).

Perceber – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Adquirir conhecimento de, por meio dos sentidos: 2. Formar ideia de; abranger com a inteligência; entender, compreender: 3. Conhecer, distinguir; notar: 4. Ouvir (1): 5. Ver bem. 6. Ver ao longe; divisar, enxergar: 7. Receber (ordenado, honorários, lucros, vantagens, etc.): [Pres. ind.: percebo (ê), percebes, percebe, etc. Cf. percebe (ê) e pl. percebes (ê).] Para evitar o risco de incorrer ou sugerir a possibilidade de separação entre preceptor e objeto da percepção sugerida pelas definições “clássicas” acima indicadas, fundamentada nos estudos ciência-tecnologia-sociedade, a abordagem experiencial recomenda substituir a designação percepção* por performance* ou performance*.

Performance – Designação adotada por Annemarie Mol (2008) para sugerir que as realidades são feitas ou performadas [*enacted*], em lugar de observadas por diversos olhos mantendo-se intocadas no centro. As realidades são atravessadas e manipuladas por “meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (MOL, 2008, p. 6). Segundo Mol, fatos, objetos e entidades são “performados” ou produzidos *na* ação e *pela* agência de outros entes, ou seja, as coisas e suas ontologias passam a ser entendidas como produto final de uma trama de ações. Cf. Moraes e Arendt (2013), o termo inglês *enact* foi utilizado por Mol (2002) para dizer que nenhum objeto existe sem estar articulado às práticas que o produzem e o fazem existir e aponta para dois sentidos distintos: como *encenar*, representar um papel, e; como *fazer existir*. Para melhor traduzir o sentido em sua tradução os pesquisadores do grupo

ProLUGAR utilizam os dois sentidos apontados por Moraes e Arendt (2013), bem como as variações *performar*, *performatividade*, *performativo*.

Performance – tradução mais próxima de *enactment*, termo utilizado por Mol (2008) para falar da realidade como múltipla e dependente de um conjunto de metáforas de intervenção e performance que, em lugar de perspectiva e construção, sugerem que a realidade é múltipla, feita e performada [*enacted*] e não tanto observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é continuamente manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de diferentes práticas cujo processo contínuo de produção e reprodução onde as relações e, também, as realidades, as representações das realidades ou, mais genericamente, ausências e presenças, não têm status, posição ou existência fora desses processos. Cf. Law (2004), quase sinônimo de performance possivelmente preferível porque performance tem sido amplamente utilizado no teatro ou, mais genericamente, na conduta humana. Afirmação de que as relações, as realidades e representações das realidades (as ausências e presenças) são infinitas ou estão sendo criadas em um processo contínuo de produção e reprodução que não têm status, posição ou realidade fora desses processos.

Performar – nos estudos CTS-TAR, *performar* uma determinada realidade significa que ela é muito mais produzida do que observada, ou seja, é “manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol 2008: 66).

Pesquisa – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Ato ou efeito de pesquisar. 2. Indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade; investigação, inquirição. 3. Investigação e estudo, minudentes e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento: Pesquisa de campo. 1. V. de campo. Pesquisa de mercado. 1. Levantamento, registro, análise ou coleta dos fatores relacionados com os problemas de distribuição e venda de mercadoria ou de prestação de serviços. Pesquisa de motivação. 1. A que tem por fim conhecer mais em profundidade a reação psicológica do público a um dado produto, marca, acontecimento ou serviço. Cf. Pedro Demo (1995: 13), existem quatro gêneros mais delineáveis e intercomunicáveis de pesquisa: (a) pesquisa teórica, dedicada a formular quadros de referência, a estudar teorias, a burilar conceitos; (b) pesquisa metodológica, dedicada a indagar por instrumentos, por caminhos, por modos de se fazer ciência, ou a produzir técnicas de tratamento da realidade, ou a discutir abordagens teórico-práticas; (c) pesquisa empírica, dedicada a codificar a face mensurável da realidade social; e (d) pesquisa prática, voltada para intervir na realidade social, chamada pesquisa participante, avaliação qualitativa, pesquisa-ação, etc.

PesquisarCOM* – Cf. Moraes e Bernandes (2014: 12), modo de pesquisar no qual os textos assumem uma centralidade a partir da figura do Outro com quem pesquisamos, de modo a se apostar nessa modalidade outra de política de pesquisa. Em suas narrativas os(as) autores(as) nos permitem pesquisar junto COM eles(as) e COM aqueles COM quem pesquisam. Cf. Silveira, Palombini, Moraes (2014: 13), a aventura de pesquisarCOM o corpo é constituir esse corpo sensível à experiência do outro. O corpo sem órgãos do pesquisador é a possibilidade de experimentar o caos como quem prova um sabor desconhecido, como quem firma o pé sem conseguir ver onde está pisando, como quem sente um sintoma nunca sentido antes. É importante garantir, nessa experimentação, algo de um território que nos ajude a voltar – a cançãozinha que, quando for preciso, nos tirará do caos (pensando no ritornelo, conforme referido por Deleuze e Guattari, 1997). Organizar uma escritaCOM o outro também é oferecer uma cançãozinha, um território para sair do caos, experimentar um equilíbrio mesmo que fugaz, mas que, por ter sido experimentado, permite outros caminhos. Ver EscreverCOM.

Plasma – Cf. Latour (2005: 244), é “aquilo que ainda não está formatado, ainda não medido, ainda não socializado, ainda não engajado em cadeias metrológicas e ainda não coberto, pesquisado, mobilizado ou subjetivado”. Não se trata do mesmo *Plasma* que o da terra na era do antropoceno. Mais do que um claro objeto, ele é uma categoria de sobras. Designa tudo que não seja totalmente tecnológico. Mas, assim como a Terra, o plasma é uma categoria do sociomaterial que, mesmo não sendo traduzida em uma rede sociotécnica, permanece em segundo plano (Guggenheim 2010).

Política ontológica – Cf. Mol (2008: 63), termo composto que “refere-se a ontologia – que na linguagem

filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos. A combinação dos termos 'ontologia' e 'política' sugere-nos que as condições de possibilidade não são dadas à partida. Que a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo activo, este processo de modelação, bem como o seu carácter aberto e contestado". Cf. Law (2004), se as realidades são encenadas, em princípio, a realidade não é fixa ou singular, e a verdade não é mais a única base para aceitar ou rejeitar uma representação. Segundo o autor, existem várias razões possíveis, incluindo a política, para performar um tipo de realidade em vez de outra, e seus fundamentos podem, de alguma forma, ser debatidos. Esta é uma política ontológica.

Porta-voz – Cf. Latour (2016: 164), nas questões de cosmopolítica*, uma noção bem cômoda em que "se encontram os que falam em nome dos humanos – *grosso modo* os políticos – e os que falam em nome dos não-humanos – digamos, os cientistas, que, de acordo com o que aprendemos, sabem bem fazer as coisas falarem por meio de seus laboratórios* -, mas também numerosos atores, ativistas, praticantes, consumidores, amadores esclarecidos, especialistas de todo tipo, cujas competências imprevistas têm direito ao assunto".

Possibilidade – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do lat. *possibilitate*.] S. f. 1. Qualidade de possível. ~V. possibilidades.

Possível – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Que pode ser, acontecer ou praticar-se. S. m. 2. Aquilo que é possível: 3. Filos. Do ponto de vista lógico, o que não implica contradição. 4. Filos. Do ponto de vista físico, quer o que satisfaz às leis gerais da experiência, quer o que não está em contradição com nenhum fato ou lei empiricamente estabelecida, quer o que é mais ou menos provável. 5. Filos. Do ponto de vista moral, o que não contraria nenhuma norma moral. [Cf., nas acepç. 3, 4 e 5: impossível (8).]

Pragmatismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Doutrina de Charles Sanders Peirce, filósofo americano (1839-1914), cuja tese fundamental é que a ideia que temos de um objeto qualquer nada mais é senão a soma das ideias de todos os efeitos imagináveis atribuídos por nós a esse objeto, que possam ter um efeito prático qualquer; pragmaticismo. 2. Doutrina segundo a qual a verdade dum proposição é uma relação totalmente interior à experiência humana, e o conhecimento é um instrumento a serviço da ação, tendo o pensamento carácter puramente finalístico: a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela seja útil, tenha alguma espécie de êxito ou de satisfação. [Cf. ativismo (1), humanismo (1) e naturalismo (5).]

Práticas Experimentais [ou de Transformação] – Cf. Despret (2011: 51), "encontram seus limites como o fazem todas as práticas que interrogam os vivos dotados de intenção, vivos animados pela questão 'o que ele quer de mim?', vivos que não cessam de interpretar as proposições que lhes são feitas: os saberes dela derivados, as alterações propostas tomam o seu significado e valor no interior de um dispositivo*, elas estão ligadas às condições de sua emergência, o que torna mais complicado o processo de generalização e reduz o seu alcance. Nesse sentido, elas pertencem às ciências da contemporaneidade: nelas, os seres jamais são indiferentes às questões que lhes são colocadas, às teorias que guiam essas questões e às produções de existência que essas teorias suscitam. As condições de conhecimento são inextricavelmente condições de existência. A indiferença, que alimenta o sonho de muitos experimentadores querendo 'fazer ciência', torna o processo impossível, pelo menos, desinteressante."

Praxiografia ou **Exercício de filosofia empírica** ou designação utilizada por Annemarie Moll (2002) para os estudos das políticas ontológicas ou dos modos como se produzem as realidades, ou modos de existência das coisas.

Pregnância – Qualidade que tem uma forma de impregnar o espírito do indivíduo e de ser por ele percebida no processo de gruação de elementos; a força da forma.

Pressuposto – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Que se pressupõe. S. m. 2. Pressuposição; conjetura. 3. Desígnio, tenção, projeto. 4. Jur. Circunstância ou fato considerado como antecedente necessário de

outro. (conjetura - [Var. de conjectura < lat. conjectura.] S. f. 1. Juízo ou opinião sem fundamento preciso; suposição, hipótese:

Probabilidade – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Qualidade do provável. 2. Motivo ou indício que deixa presumir a verdade ou a possibilidade dum fato; verossimilhança. 3. Mat. Número positivo e menor que a unidade, que se associa a um evento aleatório, e que se mede pela frequência relativa da sua ocorrência numa longa sucessão de eventos. Probabilidade complementar. Estat. 1. A probabilidade de um acontecimento não se realizar. Probabilidade composta. Probabilidade termodinâmica. Fís. 1. Número de microestados de um sistema compatíveis com um mesmo macroestado deste sistema.

Probabilidade total – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. A de um evento aleatório cuja realização é, indiferentemente, a dos eventos de um conjunto determinado.

Problema – Cf. Dicionário Aulete Digital, 2. Questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento: 3. Proposta duvidosa, que pode ter numerosas soluções. 4. Qualquer questão que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou de resolver:

Produção científica – Cf. Demo (1995: 31), “é o mundo que a ciência imagina, de certa maneira, ser seu mundo. Há interesse em apresentá-lo perfeito, atraente, acreditável.”

Programa – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Escrito ou publicação em que se anunciam e/ou descrevem os pormenores de um espetáculo, festa ou cerimônia, das condições dum concurso, etc. 2. P. ext. Aquilo que se anuncia num programa. 3. Indicação geral da(s) matéria(s) para estudar num curso. 5. Exposição sumária das intenções ou projetos dum indivíduo, dum partido político, dum organização, etc. 6. Plano, intento, projeto. 9. Proc. Dados. Sequência de etapas que devem ser executadas pelo computador para resolver um problema determinado.

Programação Arquitetônica – Cf. Sanoff (1977; 1978) etapa do processo projetual envolvendo os usuários no processo de decisão para garantir que seus desejos, necessidades e valores sejam levados em consideração. O autor considera que o processo projetual deve procurar unir os métodos tradicionais, baseados na intuição e na experiência, com um processo lógico e rigoroso de raciocínio, de modo a absorver o melhor de cada um dos dois lados.

Projeto – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Ideia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro; plano, intento, desígnio. 2. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema: 3. Redação ou esboço preparatório ou provisório de um texto: 4. Esboço ou risco de obra a se realizar; plano: 5. Archit. Plano geral de edificação.

Propedêutica – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Introdução, prolegômenos, de uma ciência; ciência preliminar. 2. Conjunto de estudos que antecedem, como um estágio preparatório, os cursos superiores.

Propedêutico – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Que serve de introdução; preliminar. 2. Que prepara para receber ensino mais completo.

Psicogeografia do lugar – na Teoria da Deriva, a psicogeografia do lugar é constituída pelo relevo das cidades com correntes, pontos fixos e turbilhões e que relata as emoções do observador de um percurso qualquer.

Qualidade do lugar – Cf. del Rio (2001), principal atributo ou conjunto de atributos de um ambiente construído que atrai as pessoas, sejam elas moradores, usuários ou visitantes. Numa cidade, a qualidade do lugar determina preferências e expectativas, atrabilidades variadas, inserções em guias turísticos, valorizações fundiárias e comerciais. O autor também observa que o ser humano sempre atentou para a qualidade dos lugares e, desde a antiguidade, busca explicações mágicas ou científicas. Segundo Norberg-Schulz (1979), os antigos romanos acreditavam que todo lugar era possuído por um *genius loci* – espírito próprio que o animava e protegia – que representava a energia, o princípio de unidade e a continuidade do lugar. A dificuldade de explicar a qualidade do lugar em toda a sua plenitude levou Christopher Alexander (1979) a designá-la *qualidade sem nome*. Essa mesma dificuldade levou o grupo ProLUGAR a adotar as designações *urbanidade** ou *lugares em ação**, entendendo que os lugares, ruas, edifícios e

ambientes não têm uma qualidade preexistente. Seus *múltiplos* processos *emergem* de associações (Fárias 2010) continuamente produzidas pela justaposição de materiais ou eventos heterogêneos, cuja tensão oscila entre os opostos *urbanidade-desurbanidade*, em função da natureza e das dinâmicas que resultam das associações e das ações que não refletem diretamente a intencionalidade de um ou mais atores sociais, mas sim o movimento da agência distribuída de um coletivo que “faz-fazer”.

Quase-tecnologias – Cf. Guggenheim (2010) são objetos que, dependendo de quem e como os está utilizando, às vezes são tecnologias e outras vezes não. Em algum momento e sob certas circunstâncias, como tipos de construção, os edifícios funcionam adequadamente como atores-rede de caixas pretas, onde um ator (o arquiteto) controla a rede. Mas isso pode mudar rapidamente e o edifício perde suas propriedades de caixa preta. As quase-tecnologias dependem muito menos da pré-programação de projetistas e inventores do que outras tecnologias. O conceito de quase-tecnologias nos permite olhar para objetos não apenas da perspectiva de como eles são transformados em tecnologias ou caixas pretas, mas como eles são feitos para não agir ao mesmo tempo. O conceito de quase-tecnologias nos pede para olhar para aqueles procedimentos e circunstâncias que transformam objetos em tecnologias e aqueles que os transformam em meros materiais. Diferente do que a TAR clássica proporia, tal transformação de um objeto em tecnologia ou meramente material não está necessariamente relacionada à criação de redes longas envolvendo muitos actantes e muito trabalho. Às vezes é uma questão de uma única sentença.

Racional – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Que usa da razão; que raciocina. 2. Que se deduz pela razão. 3. Conforme à razão. 4. Filos. Diz-se de conhecimento resultante de princípios a priori. [Cf., nesta acepç.: empírico (3).].

Racionalismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Método de observar as coisas baseado exclusivamente na razão, considerada como única autoridade quanto à maneira de pensar e/ou de agir. 2. Atividade do espírito de caráter puramente especulativo. 3. Filos. Doutrina segundo a qual nada existe que não tenha uma razão de ser, de tal modo que, de direito, nada existe que não seja inteligível. 4. Filos. Doutrina segundo a qual todo conhecimento verdadeiro é consequência necessária de princípios irrecusáveis a priori e evidentes. 5. Filos. Segundo Kant [v. kantismo], doutrina que afirma que a experiência só é possível para um espírito que disponha de um sistema de princípios universais e necessários que organizem os dados empíricos. 6. Filos. Crença na razão e na evidência das demonstrações. [Opõe-se a empirismo (1).]

Racionalizado – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Que sofreu racionalização. ~V. sistema -.

Racionalizar¹¹ – Cf. Dicionário Aulete Digital, V. t. d. 1. Tornar racional. 2. Tornar reflexivo; inclinar à reflexão: 3. Tornar mais eficientes os processos de (o trabalho industrial, agrícola, etc., ou a organização de empreendimentos, planos, etc.), pelo emprego de métodos científicos: 4. Eliminar os radicais de (uma expressão algébrica). 5. Elaborar (raciocínio) sobre falsas razões:

Rastros (deixados pela formação de grupos) – em lugar de sustentar que é possível chegar a saber se a sociedade “realmente” está composta de pequenos agentes individuais ou de imensos macroatores, ou que se tudo vale é possível eleger um candidato favorito segundo o capricho de cada um, a TAR possibilita uma conclusão relativista (científica) de que essas controvérsias garantem um recurso essencial para o analista tornar rastreáveis as conexões sociais; a TAR sustenta que a relação relativista entre marcos de referência oferece uma fonte de juízo objetivo mais refinada do que a configuração absoluta (arbitrária) sugerida pelo senso comum; a “TAR não considera como sua a tarefa de estabilizar o social em nome das pessoas que estuda; tal deve se deixar inteiramente aos ‘próprios atores’, um clichê muito insultado que revisaremos no devido momento” (Latour 2008: 52). Ao substituir a tarefa impossível de listar os agregados sociais pela tarefa bem mais simples de listar os elementos sempre presentes nas *controvérsias* sobre a formação de grupos, nas quais alguns rastros que sempre estão presentes (Latour 2008a):

¹¹ Conforme Edgar Morin (1996: 112), “a racionalização, apesar de desmentidora, tem os mesmos ingredientes da razão”. Segundo o autor, a “verdadeira racionalidade se manifesta na luta contra a racionalização” (MORIN 1996: 112).

- (1) para delinear um grupo criado do zero ou simplesmente atualizado, são necessários porta-vozes que recordem o quanto de trabalho foi necessário para que cada indivíduo pudesse “tomar sua vida em suas próprias mãos”; que “falem a favor da” existência do grupo, que justifiquem a existência do grupo, invocando regras e precedentes; os grupos não são coisas silenciosas que existem “por si mesmos”;
- (2) traçar ou retraçar as fronteiras de um grupo demanda muito trabalho para qualificar outros grupos (como vazios, arcaicos, perigosos, obsoletos, etc.); qualquer vínculo se destaca sempre por comparação com outros vínculos rivais; como os atores estão sempre ocupados em definir o mapa do “contexto social” em que os grupos estão situados, *não* é recomendável que o analista defina previamente que tipo de assemblagem social pode definir o contexto para todos esses mapas; são os atores que fazem a sociologia para os sociólogos e os sociólogos aprendem com eles o que compõe seu conjunto de associações; essa versão panorâmica possibilita que os cientistas façam “reflexivamente” o que os informantes fazem inconscientemente;
- (3) quando os grupos se formam ou redistribuem, seus porta-vozes buscam maneiras de *de-fini-los*, marcando, delineando ou tornando suas fronteiras fixas e duráveis;
- (4) entre os porta-vozes que possibilitam a definição durável dos grupos devemos incluir os cientistas sociais, as ciências sociais, a estatística social e o periodismo social; para os sociólogos das associações, todo estudo de grupo levado a cabo por cientista social é parte inevitável do que faz existir, durar, decompor ou desaparecer um ou mais grupos; como os cientistas são “membros sociais” e têm dificuldade para “extrair-se” dos vínculos de suas próprias “categorias sociais”, expandir o social demanda igualmente todas as mãos. Somente ao final é possível entender as consequências desta igualdade fundamental.

Segundo Latour (2008a) a possibilidade de aprender a rastrear muitas relações sociais é uma vantagem muito parcial da TAR que, por um lado, nos liberta de uma tarefa impossível que nos fez avançar com mais lentidão, por outro, nos obriga a considerar mais cartografias contraditórias do social do que o desejado e isso nos faz avançar com muito mais lentidão.

Razão¹² – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Faculdade que tem o ser humano de avaliar, julgar, ponderar ideias universais; raciocínio, juízo. 2. Faculdade que tem o homem de estabelecer relações lógicas, de conhecer, de compreender, de raciocinar; raciocínio, inteligência. 3. Bom senso; juízo; prudência. 4. A lei moral; o direito natural; justiça, direito. 5. Causa, motivo. 6. Fundamento ou causa justificativa de uma ação, atitude, ponto de vista, etc.: 7. Prova por argumento. 8. Conhecimento, notícia, participação: 11. Filos. Faculdade de conhecer de modo discursivo combinando os termos e as proposições. 12. Filos. Sistema de princípios a priori cuja verdade não depende da experiência. 13. Filos. Faculdade de conhecer o real, por oposição ao que é aparente ou acidental. 14. Filos. Princípio de explicação: o que dá conta de um efeito. 15. Mat. Quociente de dois números. 16. Mat. Diferença entre os termos consecutivos de uma progressão aritmética. S. m. 17. Com. Livro de escrituração mercantil que contém o resumo das contas lançadas no diário, às quais ele se reporta à maneira de índice. [Cf. razão.] ~V. razões. Razão de Estado. 1. Motivo baseado no interesse público. Razão de semelhança. Geom. 1. O quociente constante das dimensões das linhas correspondentes de duas figuras semelhantes; razão de homotetia. Razão de transferência. Fís. 1. Parâmetro que mede o transporte de energia de um sistema oscilante para outro que lhe está acoplado. [Quando é grande, a transferência de energia é elevada e o primeiro sistema determina fortemente o comportamento do segundo. Razão prática. Filos. 1. Segundo Kant [V. kantismo.], a razão que se aplica à determinação da vontade. Razão pura. Filos. 1. Segundo Kant [V. kantismo.], quer a faculdade superior de conhecimento que se opõe à faculdade empírica, à intuição, quer a faculdade superior que produz as ideias de Alma, Mundo e Deus.

¹² Conforme Edgar Morin, em *Ciência com Consciência* (1996: 112), a razão [...] é lógica fechada e desmentidora, que julga poder aplicar-se ao real, quando o real se recusa a aplicar-se a essa lógica, é negado ou então submetido a ferros para que obedeça; é o sistema de campo de concentração. Para o autor, a razão deve estar aberta e aceita, e reconhecer, no universo, a presença do não racionalizável, ou seja, o desconhecido ou o mistério.

Realidade – Cf. Annemarie Mol (2008) em sua dimensão ontológica a "realidade" é localizada histórica, cultural e materialmente e, por isso, também é múltipla e sua multiplicidade não deve ser confundida com pluralismo; cf. Pedro (2010: 85), ela “tem a ver com trabalho, com a construção de um mundo comum, que se configura como algo a se atingir no futuro, e não como o que já está dado como nosso passado”. Cf. Isabelle Stengers (2002), a realidade tem o poder de manter junto uma multiplicidade *heterogênea* de práticas que testemunham de modos diferentes a existência daquilo que as mantém unidas.

Realidades Múltiplas – Cf. Annemarie Mol (2008), a ideia de realidades múltiplas, de realidade como performance se afasta tanto do “pluralismo” – que mantém “a” realidade única mas multiplica os olhares sobre ela – presente no “perspectivismo” quanto nas “histórias de construção”. Um único objeto e suas várias visões possíveis, todas elas excludentes das demais. Já as histórias construtivistas multiplicam as realidades no passado, descrevendo como se chegou a uma única realidade presente. As alternativas apresentam-se sempre em outro tempo, distante daquele que nos encontramos hoje em dia (Castro 2013). Cf. Law (2004), julgar se as realidades – que são fluidas, fracionadas, múltiplas, indefinidas e ativas – são boas ou não, deve ser circunstancial: não existe regra geral, uma vez que elas não são bens políticos em si mesmas

Redes Sociotécnicas – redes formadas por múltiplas conexões ou associações envolvendo os diferentes atores humanos e não-humanos – ou actantes. As redes *sociotécnicas* não fazem referência a uma unidade pronta, mas a um meio para reassociar os atores (Latour 2012), o que implica em não partir de hipóteses ou ideias preestabelecidas – que interferem no olhar do observador, modificando seus relatos e sua percepção. Cf. Latour (1999), na TAR* o entendimento de rede significa transporte instantâneo, sem deformação; acesso imediato a cada parte de informação e possibilita relacionar a história social e a história das coisas da natureza (humanos + não humanos); romper as dicotomias entre natureza e sociedade, contexto de descoberta e contexto da justificação, interior e exterior, centro e periferia; compreender os conhecimentos tecnocientíficos como efeitos de uma multiplicidade de interações sociais e técnicas; desenvolver um modelo diferente sobre a descoberta e a invenção. A natureza torna-se o fato socialmente construído. A criação, um fenômeno coletivo e material e não o fruto de ideias geniais ou de processos cognitivos específicos. A novidade é um resultado e não uma qualidade inscrita nos dados de partida. O motor da descoberta não está nem na cabeça dos indivíduos, nem nos critérios sociais estabelecidos: ele está distribuído num coletivo (Machado, 2006).

Relatividade – Cf. Houaiss (2009), 1. Qualidade do que é relativo. Cf. Japiassú e Marcondes (1996), Teoria da Relatividade – *relatividade estrita* formulada por Einstein (1905) e ampliada *relatividade generalizada* (1913) – afirma que não existe um sistema fixo e universal em relação ao qual podemos medir um movimento. O movimento é sempre relativo a um ponto de referência. Neste sentido, “a totalidade dos fenômenos físicos é de tal caráter, que não oferece base para se introduzir o conceito de movimento absoluto” (Einstein).

Relativismo – Cf. Houaiss (2009), 1. Qualidade do que é relativo; 2. Fil. Ponto de vista epistemológico (adotado pela *sofística*, pelo *ceticismo*, *pragmatismo*, etc.), que afirma a relatividade do conhecimento humano e a incognoscibilidade do absoluto e da verdade, em razão de fatores aleatórios e/ou subjetivos (tais como interesses, contextos históricos, etc.), inerentes ao processo cognitivo. 3. Ét. Doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, diversificando-se ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais. Cf. Japiassú & Marcondes (1996: 233-234), *Relativismo científico* é a atitude daquele que considera que, nas ciências, não existe verdade definitiva, pois deve constituir uma aproximação progressiva, uma construção inteligível do mundo sempre aproximada. Cf. Latour (2001), termo que não se refere à discussão da incomensurabilidade dos pontos de vista - que deveria chamar-se absolutismo -, mas unicamente ao processo mundano pelo qual são estabelecidas relações entre pontos de vista mediados por instrumentos. Assim, insistir no relativismo, em vez de enfraquecer as conexões entre as entidades, multiplica os caminhos que nos possibilitam mudar de perspectiva. Cf. Deleuze (1991), *relativismo* não se ocupa com a relatividade da verdade, mas com a verdade da relação.

Relevância¹³ – Cf. Dicionário Aulete Digital, 1. Qualidade de relevante. 2. Saliência, protuberância, proeminência; relevo. 3. Grande valor, conveniência ou interesse; importância, relevo.

Representação – Operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma ideia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, e estabelecendo assim a relação entre a consciência e o real. A noção de representação geralmente define-se por analogia com a visão e com o ato de formar uma imagem de algo, tratando-se no caso de uma “imagem não-sensível, não-visual”. Essa noção tem um papel central no pensamento moderno, sobretudo no *racionalismo cartesiano e na filosofia da consciência. Sob vários aspectos, entretanto, a relação de representação parece problemática, sendo por vezes entendida como uma relação casual entre o objeto externo e a consciência, por vezes como uma relação de correspondência ou semelhança. A principal dificuldade parece ser o pressuposto de que a consciência seria incapaz de apreender diretamente o objeto externo. (JAPIASSÚ; MARCONDES 1996: 235); a ideia de representação presente nos estudos das relações pessoa-ambiente implica no entendimento de um mundo pré-determinado e incompleto, uma vez que deixa de fora justamente a possibilidade de formular questões relacionadas com a experiência que é produzida nestas relações. A noção de representação, entendida como constructo pelos cognitivistas – que subentende a possibilidade de construir ou representar o mundo de determinada forma, como um padrão ou sistema que age com base em imagens mentais internas, independentes do mundo vivido – é questionada pela proposta atuacionista da cognição (Varela et al 2003). Em lugar da *representação*, a abordagem experiencial trabalha com a *interpretação*. Cf. Law (2004), uma versão fabricada da presença condensada que representa e re-performa a ausência manifesta, enquanto afirma ou insinua que suas representações são expressões relativamente diretas de ausência manifesta. Ver método da assemblagem.

Representação mental – Cf. Damásio (1996: 259), resposta construída pelo cérebro humano para descrever uma determinada situação e os movimentos formulados como resposta a esta situação, que dependem de interações mútuas cérebro-corpo. Nas abordagens atuacionista e experiencial da cognição experiencial ou dos estudos ciência-tecnologia-sociedade (CTS)* e da teoria ator-rede (TAR)*, essa resposta ou ideia é imperfeita e incompleta para caracterizar as relações que se produzem entre os corpos, objetos e ambiente nos coletivos ou redes sociotécnicas, uma vez que além de não serem simples coadjuvantes, todos eles são atores (na verdade, actantes*) que se coproduzem cotidianamente.

Requalificação – Cf. Xxxxxx atribuição de uma nova qualidade ao ambiente, ou proposição de intervenções de diferentes naturezas com a intenção de conferir uma nova qualidade aos lugares e ambientes urbanos.

Retórica – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. rhetoriké (subentende-se téchne), 'a arte da retórica', pelo lat. rhetorica.] S. f. 1. Eloquência (4); oratória. 2. Conjunto de regras relativas à eloquência (4). 3. Tratado que encerra essas regras. 4. Adornos empolados ou pomposos de um discurso. 5. Discurso de forma primorosa, porém vazio de conteúdo. [Cf. retorica, do v. retoricar.]

Rizoma – Cf. Deleuze e Guattari (1980: 31), “Diferentemente das árvores ou suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes,

¹³ Conforme Pedro DEMO, em Metodologia Científica em Ciências Sociais (1995: 25), “uma tese de doutorado pode ser formalmente aceita como perfeita, porque corresponde a todos os ritos acadêmicos e sobretudo é uma demonstração perfeita de domínio instrumental metodológico e teórico, mas pode igualmente ser irrelevante, no sentido de que não coloca problema de importância para a sociedade”.

de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda.”

Senso comum – Cf. Dicionário Aulete Digital, filos. 1. Conjunto de opiniões tão geralmente aceitas em época determinada que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais. [Cf. bom senso.] **Bom senso.** Filos. 1. Faculdade de discernir entre o verdadeiro e o falso. [Cf. senso comum.] 2. Aplicação correta da razão para julgar ou raciocinar em cada caso particular da vida. Cf, Paulo Freire (1996), saber feito de pura experiência. Cf. Demo (1995), o senso comum é marcado pela falta de profundidade, de rigor lógico, de espírito crítico, mas não possui apenas o lado negativo, a começar por ser o saber comum que organiza o cotidiano da maioria. Cf. Boaventura Santos (1995), é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é interdisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade.

Silogismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. syllogismós, 'argumento', pelo lat. syllogismu.] S. m. Lóg. 1. Dedução formal tal que, postas duas proposições, chamadas premissas, delas se tira uma terceira, nelas logicamente implicada, chamada conclusão. **Apodíctico.** Lóg. 1. Aquele cujas premissas são verdadeiras; silogismo demonstrativo. **Categórico.** Lóg. 1. Silogismo composto de três juízos categóricos. **Crítico.** Filos. 1. Sofisma. **Dialético.** Lóg. 1. Segundo Aristóteles [V. aristotelismo.], aquele cujas premissas são prováveis (epiquerema). **Disjuntivo.** Lóg. 1. O que tem como premissa maior uma proposição disjuntiva. **Erístico.** Lóg. 1. Sofisma. **Hipotético.** Lóg. 1. Silogismo que tem ao menos uma premissa hipotética. (Houaiss 2009)

Simulação – Cf. Stengers (2002: 164), "a força do computador como instrumento de simulação faz surgir, entre os cientistas, o que poderíamos chamar de 'novos sofistas', pesquisadores cujo compromisso não remete mais a uma verdade que calaria as ficções, e sim à possibilidade, seja qual for o fenómeno, de contruir a ficção matemática que o reproduz". Segundo a autora, a simulação demanda uma 'ética' que dê conta do modo pelo qual um programa 'adultera' as leis ao mesmo tempo em que questione o comprometimento mútuo entre conduta, verdade e realidade.

Simulador – Cf. Stengers (2002), pode ser considerado um 'roteirista' que coloca em cena uma multiplicidade *heterogênea* de elementos, que define um modo temporal de narrativa sobre como esses elementos atuam juntos que passam a ser imaginados como a 'explicação' de um processo e as põe à prova. Segundo a autora cabe ao simulador enfrentar a questão ética relacionada com uma cena inteiramente definida em termos de representações que não podem ser confundidas com acontecimentos.

Sistema – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. systema, 'reunião, grupo', pelo lat. systema.] S. m. 1. Conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação (5). 2. Disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada: 3. Reunião de elementos naturais da mesma espécie, que constituem um conjunto intimamente relacionado: 4. O conjunto das instituições políticas e/ou sociais, e dos métodos por elas adotados, encarados quer do ponto de vista teórico, quer do de sua aplicação prática: 5. Reunião coordenada e lógica de princípios ou ideias relacionadas de modo que abranjam um campo do conhecimento: 6. Conjunto ordenado de meios de ação ou de ideias, tendente a um resultado; plano, método: 7. Técnica ou método empregado para um fim precípua: 8. Modo, maneira, forma, jeito: 9. Complexo de regras ou normas: 10. Qualquer método ou plano especialmente destinado a marcar, medir ou classificar alguma coisa: 14. Comun. Conjunto particular de instrumentos e convenções adotados com o fim de dar uma informação: 15. Fís. Parte limitada do Universo, sujeita à observação imediata ou mediata, e que, em geral, pode caracterizar-se por um conjunto finito de variáveis associadas a grandezas físicas que a identificam univocamente. **Sistema binário.** Mat. 1. Importante sistema de numeração, utilizado na tecnologia dos computadores, no qual a base é dois, e que só tem dois algarismos: o zero e o um. **Sistema cartesiano.** Geom. Anal. 1. Sistema de coordenadas, em que estas são cartesianas. **Sistema**

conservativo. Fís. 1. Aquele em que não há dissipação de energia sob forma térmica. Sistema de coordenadas. Geom. Anal. 1. Conjunto de n números que determinam univocamente a posição de um ponto num espaço n -dimensional. Sistema dissipativo. Fís. 1. Aquele em que ocorre dissipação de energia sob forma térmica. Sistema duodecimal. Mat. 1. Sistema de numeração em que a base é doze. Sistema especialista. Proc. Dados. 1. Novo sistema de computação que retém uma fração significativa do conhecimento de um especialista em uma determinada área, e que pode utilizar este conhecimento para sugerir conclusões às quais o especialista chegaria, se ambos fossem confrontados com os mesmos problemas. Sistema fechado. Fís. 1. Aquele que pode trocar energia com o exterior, mas cujas paredes ou fronteiras não permitem a passagem de substâncias materiais. Sistema geocêntrico. Astr. 1. Sistema cosmológico que admitia ser a Terra o centro do Universo, em torno da qual giravam todos os astros. [Cf. sistema ptolomaico.] Sistema heliocêntrico. Astr. 1. Sistema cosmológico que admite ser o Sol o centro do Universo, girando em torno dele os astros do sistema solar. [Cf. sistema copernicano e sistema kepleriano.] Sistema indeterminado. Álg. 1. Sistema de equações que admite uma infinidade de soluções. Sistema internacional de unidades. 1. Sistema de unidades de medida baseado em seis unidades fundamentais: o metro, unidade de comprimento; o quilograma, unidade de massa; o segundo, unidade de tempo; o ampère, unidade de corrente elétrica; o kelvin, unidade de temperatura termodinâmica; e a candela, unidade de intensidade luminosa. Sistema racionalizado. Fís. 1. Sistema de unidades de medidas elétricas e magnéticas, derivado do sistema métrico ou do c.g.s., e no qual as unidades destes aparecem multiplicadas por potências apropriadas de 10 com o objetivo de tornar mais simples ou mais simétricas algumas expressões teóricas.

Social – Cf. Dicionário Aurélio Digital, **1**. Ref. à sociedade ou ao conjunto dos cidadãos a ela pertencentes (problemas/ciências sociais); **2**. Ref. à posição dos indivíduos e seus grupos na sociedade como um todo (classe/organização social); ... **5**. Que interessa a toda a sociedade (integração/contrato/ pacto social) ... Latour (2008a) propõe uma nova definição de *social* como um fluido visível *apenas* quando estão sendo criadas novas associações; o autor alerta para o uso problemático da palavra *social*, muito utilizada para fazer referência àquilo que já foi associado e que atua como uma totalidade; ele também observa que *social* pode ser utilizada desde que não se faça confusão entre o seu significado em duas sentenças: “social é o que acontece junto” e “social designa um tipo particular de coisas” – confusão entre dois significados de *social* que, segundo Latour, pode ser evitada com a abertura de uma segunda fonte de incertezas, que trate da natureza heterogênea dos ingredientes que compõe os vínculos sociais.

Sociedade, Social – Cf. Latour (2004: 385) "chama-se sociedade ou mundo social à metade da velha Constituição que deve unificar os sujeitos separados dos objetos, e sempre submissa à ameaça da unificação pela natureza; é um todo já constituído que explica as condutas humanas e permite, então, abreviar o papel político da composição; faz o mesmo papel paralisante que a natureza, e pelas mesmas razões. O adjetivo 'social' (em *inferno do social*, ou representação social ou construtivismo social) é, entlasto, sempre pejorativo, pois designa o esforço sem esperança dos prisioneiros da Caverna para articular a realidade sem ter os meios". Mais recentemente para responder a uma série de perguntas Latour (2012: 19) – "O que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra 'social'? Como alguém pode demonstrar a presença de 'fatores sociais'operando? Quando o estudo da sociedade ou de outro agregado social se revela profícuo? De que modo o rumo de uma sociedade pode ser alterado? – aponta duas abordagens muito distintas: a **sociologia do social*** e a **sociologia das associações***.

Sociologia – Cf. Wikipedia (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociologia>), "estudo da sociedade, padrões de relações sociais, interação social e cultura da vida cotidiana. É uma ciência social que utiliza vários métodos de investigação empírica e análise crítica para desenvolver um corpo de conhecimento sobre ordem social, aceitação e mudança ou evolução social. Sociologia também é definida como a ciência geral da sociedade. Enquanto alguns sociólogos realizam pesquisas que podem ser aplicadas diretamente à política social e ao bem-estar social, outros se concentram principalmente em refinar a compreensão teórica dos processos sociais. O assunto varia do nível de micro-sociologia da agência e interação individual ao nível macro dos sistemas e da estrutura social". Cf. Latour (2012: 18-19), "traduzida tanto do latim quanto do grego, a palavra 'socio-logia' significa 'ciência do social'. Ela seria excelente se não fossem dois empecilhos: o termo 'social' e o termo 'ciência'. As virtudes que hoje nos dispomos a atribuir

aos empreendimentos técnicos e científicos têm pouca relação com as intenções dos fundadores das ciências sociais quando inventaram as disciplinas. Na época em que a modernização corria à solta, a ciência era uma necessidade absoluta, a ser prolongada indefinidamente, sem nenhuma preocupação impedindo seu progresso. Eles não imaginavam que sua amplitude poderia torna-la praticamente uma extensão do resto das relações sociais. O que entendiam por 'social' sofreu uma mudança não menos radical, o que se deve em grande parte à própria multiplicação dos produtos da ciência e da tecnologia. já não se sabe se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de 'sociais' e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma 'sociedade'. O social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte 'socio-logia'".

Sociologia das Associações – Cf. Latour (2012: 21-22), postula que "não há nada de específico na ordem social; que não existe nenhuma dimensão social, nenhum 'contexto social', nenhuma esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo 'social' ou 'sociedade; que nenhuma 'força social' está aí para 'explicar' os traços residuais que outros domínios não explicam, que os membros sabem muito bem o que estão fazendo, mesmo quando não falam ...; que os atores nunca estão inseridos num contexto social e são, por isso mesmo, muito mais que meros 'informantes'; que, portanto, não há sentido em acrescentar 'fatores sociais' a outras especialidades científicas; que a relevância política obtida por meio de uma 'ciência da sociedade' não é necessariamente desejável; e que a 'sociedade', longe de representar o contexto 'no qual' tudo se enquadra, deveria antes ser vista como um dos muitos elementos de ligação que circulam por estreitos canais. Se provocada essa segunda escola de pensamento alardearia como seu *slogan* as famosas palavras que a sra. Thatcher proferiu certa feita (mas por razões diferentes)" "Sociedade é coisa que não existe". E, mais recentemente, complementa: "ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar 'social' a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de *associações* entre elementos heterogêneos. Dado que nos dois casos [sociologia do social e sociologia das associações], a palavra tem a mesma origem – a raiz latina *socius* –, podemos permanecer fiéis às instituições originais das ciências sociais, redefinindo a sociologia não como a 'ciência do social', mas como a *busca de associações*. Sob esse ângulo, o adjetivo 'social' não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um *tipo de conexão* entre coisas que são, em si mesmas, sociais" (Latour 2012: 23).

Sociologia do Social – Cf. Latour (2012: 19-20) se tornou senso comum e postula "a existência de um tipo específico de fenômeno chamado por vários nomes: 'sociedade', 'ordem social', 'prática social', 'dimensão social' ou 'estrutura social'. No último século, durante o qual foram elaboradas teorias sociais, era importante distinguir esse domínio da realidade de outras esferas como economia, geografia, biologia, psicologia, direito, ciência e política. Um dado traço era considerado 'social' ou 'inerente à sociedade' quando apresentava, por definição, propriedades específicas, algumas negativas – não devia ser 'puramente' biológico, linguístico, econômico, natural; e outras positivas – devia compor, reforçar, exprimir, preservar, reproduzir ou subverter a ordem social. Uma vez definido esse domínio, ainda que de maneira vaga, podia-se usá-lo para lançar alguma luz sobre fenômenos especificamente sociais – o social esclarecendo o social – e fornecer uma explicação qualquer para aquilo que escapava aos outros domínios: um apelo a 'fatores sociais' elucidaria os 'aspectos sociais' de fenômenos não sociais".

Sociotécnico – Cf Cukierman et al (2007: 201), enquadramento "não fragmentado e ... fundamentado na indissociabilidade e indeterminação do técnico e do social" adotado pelos adeptos dos estudos CTS*-TAR*, com o propósito explícito de superar a separação entre o 'técnico' e o 'social'; de eliminar toda e qualquer dualidade em um olhar que entrelace essas dualidades em um tecido indivisível em sua mútua determinação.

Stricto sensu - - Cf. Dicionário Aulete Digital, [Lat.] 1. Em sentido restrito. [Antôn.: lato sensu.]

Subjetividade – Cf. Guattari (*apud* Castro 2008: 49) efeito das conexões de uma rede. É importante frisar que a "subjetividade" aqui não se confunde com "individualidade".

Sujeito – Cf. Stengers (2002), a distinção clássica entre sujeito e objeto supõe o sujeito 'livre' se depurou da opinião. Ele sabe que só lida com objetos, cujo modo de existência se difere do seu. E sua relação com esses objetos não tem nada em comum com o modo como se relaciona com outros sujeitos: o sujeito detém o poder toda iniciativa enquanto posiciona o objeto do lado da 'causa' a ser discutida e julgada pelos sujeitos.

Tautologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. tautología.] S. f. 1. Vício de linguagem que consiste em dizer, por formas diversas, sempre a mesma coisa: 2. Filos. Proposição que tem por sujeito e predicado um mesmo conceito, expresso ou não pelo mesmo termo. 3. Filos. Erro lógico que consiste em aparentemente demonstrar uma tese repetindo-a com palavras diferentes. [Cf., nesta acepç., truísmo.]

Taylorismo – Cf. Dicionário Aulete Digital, S. m. 1. Sistema de exploração industrial devido a Frederick W. Taylor, engenheiro e economista norte-americano (1856-1915), baseado nos princípios da psicotécnica e de organização racional do trabalho, e com o qual se procura alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e de atividade.

Técnica – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Fem. substantivado do adj. técnico.] S. f. 1. A parte material ou o conjunto de processos de uma arte: 2. Maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo: 3. Prática (4). [Cf. tecnologia.]

Tecnologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, , [De tecn(o)- + -log(o)- + -ia.] S. f. 1. Conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade: 2. A totalidade desses conhecimentos: 3. Desus. Terminologia técnica. [Cf. técnica.]; Cf. Morin (1996: 107), “é impossível isolar a noção de tecnologia ou *techné*, porque bem sabemos que existe uma relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade, da sociedade à ciência, etc.” O autor também faz um alerta em relação à sua reificação e à sua manipulação: “a tecnologia moderna permite o desenvolvimento de um aparelho de controle capaz de manter sob domínio todos os indivíduos (Morin 1996: 112).

Teologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. theología, 'ciência dos deuses', pelo lat. theologia.] S. f. 1. Estudo das questões referentes ao conhecimento da divindade, de seus atributos e relações com o mundo e com os homens, e à verdade religiosa. 2. Restr. O estudo racional dos textos sagrados, dos dogmas e das tradições do cristianismo. 3. Tratado ou compêndio de teologia (1 e 2). 4. O conjunto de conhecimentos relativos à teologia (1 e 2), ou que têm implicações com ela, ministrados em cursos ou nas respectivas faculdades. 5. Os teólogos.

Teoria – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. theoría, 'ação de contemplar, examinar'; 'estudo'; 'deputação solene que as cidades gregas mandavam às festas dos deuses'; 'festa solene, pompa, procissão', pelo lat. theoria.] S. f. 1. Conhecimento especulativo, meramente racional. 2. Conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência. 3. Doutrina ou sistema fundado nesses princípios. 4. Opiniões sistematizadas. 5. Noções gerais; generalidades: 6. Suposição, hipótese. 7. Utopia; quimera. 8. Na Grécia antiga, embaixada sagrada que um Estado enviava para o representar nos grandes jogos esportivos, consultar um oráculo, levar oferendas, etc. 9. Conjunto de pessoas que marcham processionalmente: 10. Série, sequência: 11. Filos. Conjunto de conhecimentos não ingênuos que apresentam graus diversos de sistematização e credibilidade, e que se propõem explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática. Teoria da ciência. Filos. 1. Epistemologia. Teoria da comunicação. 1. Teoria que estabelece os fundamentos científicos da comunicação; possui caráter interdisciplinar e apresenta-se, deste prisma, como a imbricação de diversas áreas de conhecimento (semiologia, teoria da informação, linguística, sociologia, etc.). Teoria da forma. Filos. 1. Gestaltismo. Teoria da informação. 1. Teoria científica voltada essencialmente para a análise matemática dos problemas relativos à transmissão de sinais [V. sinal (22).] no processo de comunicação. Teoria da literatura. 1. Conhecimento sistematicamente organizado aplicado à obra literária; análise ou explicação da natureza dela. Teoria da relatividade. Fís. 1. Teoria muito geral que afirma serem invariantes as leis físicas expressas em referenciais inerciais e não inerciais. Teoria das ideias. Filos. 1. Doutrina fundamental do platonismo, que consiste em conceber

entidades eternas e imutáveis que seriam objeto de conhecimento verdadeiro e de que as coisas do mundo sensível constituíam pálidos reflexos. Teoria do conhecimento. Filo. 1. Estudo do valor e dos limites do conhecimento, e especialmente da relação entre sujeito e objeto; gnosiologia. [Cf. metodologia (2) e epistemologia.] Teoria econômica. Econ. 1. V. economia (3).

Teoria Ator-Rede (TAR) – designação adotada para caracterizar uma concepção de ciência a ser construída durante o processo de produção dos fenômenos cujo lema é *seguir e dar voz aos atores em ação*. Fundamenta-se na ideia de redes sociotécnicas formadas por múltiplas conexões ou associações envolvendo os diferentes atores – humanos e não-humanos – que participam da rede. As redes *sociotécnicas* não fazem referência a uma unidade pronta, mas a um meio para reassociar os atores (Latour 2012), o que implica em não partir de hipóteses ou ideias preestabelecidas – que interferem no olhar do observador, modificando seus relatos e sua percepção. Na TAR não se pretende demonstrar nenhuma afirmação. Apenas acompanhar os movimentos, conexões e associações dos diversos atores implicados. Cf. Latour, essa abordagem foi originada a partir da necessidade de uma nova teoria social ajustada aos estudos de ciência e tecnologia com Callon (1986), Law (1986) e Latour (1988), no momento em que os "não-humanos – micróbios, ostras, pedras e carneiros – se apresentaram à teoria social de uma maneira nova. ... Pela primeira vez, os objetos da ciência e da tecnologia se tornaram para mim, digamos, compatíveis socialmente. Desde então a ideia avançou em várias direções" (Latour 2012: 29); a TAR "é uma mudança de metáforas para descrever essências: em vez de superfícies, o que se tem são filamentos" (ou rizomas cf. Deleuze e Guattari); não se consideram mais superfícies bidimensionais ou esferas tridimensionais, a Teoria Ator-Rede "faz um convite ao pensamento em termos de *nodes* [nós], que têm tanto muitas dimensões quanto conexões" (Latour, 1997). A metáfora das redes, por sua vez, é importante porque evidencia sua fragilidade. A rede é composta, principalmente, de espaços vazios; pode ser interrompida e é inteiramente dependente de suas condições materiais. Sempre que uma ação é concebida como uma rede, é preciso considerar as consequências de sua extensão. Ela não se expande aleatoriamente para todos os lugares, a noção de distância depende de conexões, pontes e nós. (Latour, 2010). Cf. Law (2004: 163), uma abordagem da análise sociotécnica que trata entidades e materiais como efeitos performados e relacionais; que explora a configuração e a reconfiguração dessas relações. Sua relacionalidade significa que as principais categorias ontológicas (por exemplo, "tecnologia" e "sociedade", ou "humano" e "não-humano") são tratadas como efeitos ou resultados, não como recursos explicativos. A teoria ator-rede é amplamente utilizada na análise sociotécnica como um kit de ferramentas, mas pode ser considerada como materialidade, relacionalidade e processo. Se é uma teoria, é duvidoso. Durante seu desenvolvimento, assumiu um vasto leque de formas diferentes e, por vezes, inconsistentes. Em diferentes momentos tem sido criticada por sua relativa falta de interesse em assimetrias sociais, pela recusa em basear suas explicações em categorias ontológicas geralmente aceitas, por sua tendência a um gerencialismo centrado, pelo caráter de achatamento de sua rede de metáforas e por sua falta de preocupação com a *Outrizaço*. A extensão em que essas queixas são relevantes para o futuro é uma questão de julgamento.

Território – Cf. Schlee et al (2009), termo que na, abordagem psicossocial, corresponde a uma delimitação de espaço físico portadora de significados psicológicos, culturais e organizada para determinadas atividades, cuja configuração se estabelece a partir das funções que acolhe; relacionado com os processos econômicos e produtivos que transitam entre as esferas pública, privada e as formas de ocupação urbana e a sua matriz de suporte natural, caracterizada por fragmentos ambientais mais ou menos frágeis; envolve estratégias de intervenção e de dominação sobre o espaço e seus recursos, que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identificação cultural; incorpora "os rebatimentos mais sensíveis que perpassam diferentes escalas, tempos e tipos de identificação e de identidade cultural, de forma material-objetiva e imaterial-perceptiva, desde a análise dos sistemas de espaços na escala da região até as situações mais locais, nos estudos sobre como os indivíduos e grupos escolhem, cunham e determinam seus 'territórios' e 'lugares'" (Schlee et al 2009: 35).

Territorialidade – Cf. Schlee et al (2009: 35) propriedade do território, "conjunto de estratégias e ações utilizadas para demonstrar, manter e reforçar o poder sobre o espaço. Segundo essa posição, as

características morfológicas do espaço físico (sua disposição, localização e ordenação) são confrontadas com o conteúdo e com os processos comportamentais dos grupos sociais que o ocupam”.

Tese – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do gr. *thésis*, 'ato de pôr', 'proposição', pelo lat. *these*.] S. f. 1. Proposição que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida. 2. Proposição formulada nos estabelecimentos de ensino superior e médio para ser defendida em público. 3. P. ext. Discussão da própria tese. 4. A publicação que contém uma tese. 5. Filos. O primeiro momento do processo dialético. [Cf. dialética (3).] **Em tese**. 1. De acordo com o que se supõe; em princípio; em teoria.

Topofilia – palavra cunhada por Tuan (1980) para traduzir o sentimento ou o grau de familiaridade que faz com que as pessoas se afeiçoem e sejam atraídas por um determinado lugar, diretamente relacionado com seus afetos, valores, emoções e com a sua condição sócio-histórica-cultural.

Topologia – Cf. Dicionário Aulete Digital, [De *top(o)*- + *-log(o)*- + *-ia*.] S. f. 1. Topografia (1). 2. Gram. Tratado da colocação ou disposição de certas espécies de palavras. 3. Parte da matemática na qual se investigam as propriedades das configurações que permanecem invariantes nas transformações biunívocas e bicontínuas.

Tradução – Cf. Pedro (2010:83), “não significa apenas a mudança de um vocabulário para outro, mas, antes de tudo, um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que, de algum modo, modifica os atores nela envolvidos – logo, que modifica a rede. É importante, portanto, ressaltar que as traduções são sempre imperfeitas, pois significam a apropriação local que cada ator faz do que circula na rede. Portanto, não há traduções ‘certas’ ou ‘erradas’, nem qualquer tradução deve ser tomada como ‘indiscutível’.” Cf. Law (2002: 6), “‘tradução’ é um verbo que implica transformação e a possibilidade de equivalência, a possibilidade que uma coisa (por exemplo, um ator) possa representar outra (por exemplo, uma rede) ... [e as] ... traduções são empíricas locais e variáveis”.

Traduzir – Cf. Law (1992, 2004), significa fazer conexão, “se ligar a” e implica em interpretação, apropriação e traição. Cf. Latour (2016: 30), “traduzir é ao mesmo tempo transcrever, transpor, deslocar, transferir e, portanto, transportar transformando”. Os pesquisadores do grupo ProLUGAR a utilizam para caracterizar a negociação ou a comunicação entre o observador e os habitantes ou colaboradores admitindo que ela também pressupõe a possibilidade de vir a ser recusada, negociada ou até mesmo ser novamente traduzida.

Urbanidade-Desurbanidade – Segundo os dicionários, *urbanidade* significa morada na cidade, qualidade ou condição de ser urbano; civilidade, cortesia, afabilidade, boas maneiras, delicadeza. Por antonímia, *desurbanidade* significa morada rural, rústica, inurbana; incivilidade, descortesia, aspereza, grosseria, arrogância, brutalidade, desatenção, grosseria, impolidez, rispidez, rudeza, desconsideração. Na perspectiva da CTS-TAR, o entendimento de Urbanidade-Desurbanidade se distancia dos conceitos usualmente utilizados para interpretá-la, na medida em que estes “congelam” traduções, tornando-se rígidos ou limitados demais para expressar a dinâmica das tensões entre os opostos *urbanidade-desurbanidade*. Por se tratar de uma espacialidade que emerge a partir das associações entre diferentes atores, optamos por tratá-la como uma narrativa descrita a partir de um conjunto heterogêneo, dinâmico e indissociável de relações entre diferentes atores. Isso implica em reconhecer que se trata de uma qualidade preexistente dos lugares, ruas, edifícios, etc.. Ela é o resultado da performance dos múltiplos processos de associações que se produz e se transforma continuamente a partir da dinâmica dos acontecimentos ou das ações que se produzem nos lugares urbanos; e, também, a partir de outros coletivos que a eles se articulam — como na “preparação” para grandes eventos ou no “abandono” resultante das mudanças nas lutas de força da política ou dos interesses econômicos. Sem esquecer de considerar a possibilidade de que o que uns entendem por urbanidade pode ser entendido por outros como Desurbanidade. Na condição simultânea de tecnologias e tipos, esses edifícios e os lugares que eles configuram performam sua urbanidade-desurbanidade na duplicidade da singularidade e estabilidade de suas localizações, de suas formas ou configurações e das transformações resultantes de sua capacidade de acolher diferentes performances. A compreensão dessa produção de *outros mundos* presentes na

dinâmica da performance urbanidade-desurbanidade nos edifícios e lugares demanda outras sintaxes, especialmente se considerarmos as outras espacialidades da ciência — como a cartesiana, das redes, fluida ou do fogo propostas por John Law e Annemarie Mol (2001) ou as propostas por Costa (2019). Assim, mesmo depois de construídos e aparentemente intactos, a tensão dinâmica urbanidade-desurbanidade nos lugares urbanos tem a ver com as transformações ou performances produzidas por seus ocupantes, pelos dispositivos e sistemas tecnológicos que incorporam, pelas ações que acontecem em seus interiores-exteriores — cujos territórios e fronteiras, segundo Stephen Graham, se diluem ou são reinventadas.

Usuário – Cf. Dicionário Aulete Digital, sm. Aquele que tem o direito de usar ou servir-se de algo. Na abordagens comportamental e experiencial da avaliação pós-ocupação (APO), designação de todos os humanos que utilizam edifícios ou ambientes construídos. Em função da conotação utilitária, a *abordagem experiencial** implica em adotar outras designações, como ocupantes, habitantes, sujeitos ou atores*, conforme cada contexto; a com a inclusão dos não-humanos*, a abordagem CTS-TAR implica utilizar as designações *ator** ou *actante**.

Variância – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do ingl. variance.] S. f. 1. Estat. O quadrado do afastamento padrão; esperança matemática do quadrado dos afastamentos de uma variável aleatória em relação à média aritmética. 2. Fís. Número de variáveis pertinentes a um sistema em equilíbrio, e que são necessárias e suficientes para caracterizar integralmente o estado do sistema e de suas fases.

Verdade – Cf. Dicionário Aulete Digital, [Do lat. veritate.] S. f. 1. Conformidade com o real; exatidão, realidade: 2. Franqueza, sinceridade. 3. Coisa verdadeira ou certa: 4. Princípio certo: 5. Representação fiel de alguma coisa da natureza: 6. Caráter, cunho: Verdade de fato. Filos. 1. Verdade que é contingente e cujo oposto é impossível. Verdade de razão. Filos. 1. Verdade necessária e cujo oposto é impossível.

Verdadeiro – Cf. Dicionário Aulete Digital, Adj. 1. Em que há verdade: 2. Que fala verdade: 3. Real, exato: 4. Autêntico, genuíno, legítimo: 5. Que não é fingido; sincero: 6. Que tem as qualidades essenciais à sua natureza.

Walkthrough - palavra da língua Inglesa que pode ser traduzida como *passeio* ou *entrevista acompanhado*. Em função do reconhecimento mundial, inclusive por parte dos pesquisadores brasileiros, foi mantida a sua designação original em Inglês. Alguns autores acrescentam a palavra Entrevista – *Walkthrough-Interview* (Brill et al, 1985), Avaliação – *Walkthrough-Evaluation* (Preiser et al 1988), Análise (Rheingantz 2000), ou ainda Passeio (del Rio 1991).

REFERÊNCIAS:

- ALEXANDER, C.. **El Modo Intemporal de Construir**. Barcelona: G.Gili, 1979.
- AMIN, A.; THRIFT, N.. **Cities: Reimagining the Urban**. Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishing, 2002.
- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In. **Outra Travessia** 5, jul-dez 2005, p. 9-16. Fala proferida por Giorgio Agamben em conferência realizada no Brasil em setembro de 2005. [Trad. do italiano por Nilcéia Valdati] disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/1174> > acesso em 22abr2019.
- BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo** . Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, H.. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais** São Paulo: Hucitec, 1994.
- BLOK, A.; FARÍAS, I. **Urban Cosmopolitics**. Nova Iorque: Routledge, 2016.
- BONAMIGO, I. S. *O texto científico como laboratório de fabricação de mundos*. In **Polis e Psique** 2016; 6(1), p.149 – 161.
- BUNGE, M.. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

- CALLON, M.; LASCOUMES, P. & YANNICK, B.. **Acting in an Uncertain World: an essay on Technical Democracy**. Massachusetts: Institute of Technology of Massachusetts, 2009.
- CAPRA, F.. **A teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARDOSO, B. HIRATA, D. Dispositivos de inscrição e redes de ordenamento público: uma aproximação entre a Teoria do Ator-Rede (ANT) e Foucault. In **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2017, p.77-103.
- CASTRO, R. B. de. **Redes e Vigilância: uma experiência de cartografia psicossocial**. Dissertação [Mestrado em Pssicosociologia de Comunidades e Ecologia Social]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, C. *Sem medo do complexo* in *Jornal do Brasil*, sábado 12 de junho de 1999.
- COSTA, R. N. **Debaixo Do Mesmo Teto: prática projetual em edifícios de pesquisa e desenvolvimento biotecnológico**. Tese [Doutorado em Arquitetura] Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2019.
- CUKIERMAN, H.; TEIXEIRA, C.; PRIKLADNICKI, R.. Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software In **RITA - Revista de Informática Teórica e Aplicada**. Porto Alegre, UFRGS, V. XIV, N.2, 2007, p. 199-219.
- DAMÁSIO, A.. **O Êrro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEL RIO, V.. *Projeto e Qualidade do Lugar: Avaliação de Desempenho de Quatro Lugares na Cidade do Rio de Janeiro Através da Cognição e do Comportamento Ambiental*. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2001. [Relatório de Pesquisa]
- DEL RIO, V.. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro**. Tese [Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- DELEUZE, G. **A Dobra: Leibniz e o Barroco**. (6ed) Campinas: Papiros Editora, 1991.
- DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p.155-161. [Trad. Wanderson Flor do Nascimento] Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/347477167/Gilles-Deleuze-O-que-e-um-dispositivo-pdf> > acesso em 22abr2019.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** (v.1) São Paulo: Editora 34, 1980.
- DEMO, P.. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DESPRET, Vinciane. *Os Dispositivos Experimentais*. In **Fractal: Revista de Psicologia**, v.23, n.1, Jan/Abr. 2011, p. 43-58.
- DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Rio de Janeiro: © Lexikon Editora Digital. s/d. Disponível em < <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=auletedigital> > acesso em 13mar2015.
- FARIAS, I. Introduction: decentring the object of urban studies. In FARÍAS, I.; BENDER, T. (edit.) **Urban Assemblages**. Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 1-24.
- FARINIUK, T. M. D. Arquitetura, interfaces e conexões: uma discussão sobre os “lugares em ação” [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2017 [viewed 24 July 2019]. Available from: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2017/10/26/arquitetura-interfaces-e-conexoes-uma-discussao-sobre-os-lugares-em-acao/>
- FERREIRA, A. B. de H.. **Dicionário Aurélio Século XXI**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexikon Informática Ltda/Nova Fronteira, 1999.
- FLUSSER, V.. **Ficções filosóficas**. São Paulo: EDUSP, 1998
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** (12ed.) São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GÓMEZ, D. L.; TIRADO, F. J.. Teoría del Actor-Red: Un pragmatismo contemporáneo. In. SERRANO, Francisco Tirado; GÓMEZ, Daniel López.(Eds.) **Teoría del Actor-Red: Más allá de los estudios de ciencia y tecnología**. Barcelona: Amentia Editorial, 2012, p.1-17.
- GUGGENHEIM, M.. *Mutable Immobiles. Building conversion as a Problem of Quasi-Technologies* (In FARÍAS, BENDER 2010, p. 161-178).

HÉRNANDEZ, A. A.; MARQUES, I. da C. Entrevista com Michel Callon: Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos, in *Sociologias* no.19 Porto Alegre Jan/Jun 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013 > acesso em 07out2018.

HOUAISS, A.. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.**

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. International Standard ISO 6421 Performance standards in building - Principles for their preparation and factors to be considered, 2003.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D.. **Dicionário Básico de Filosofia.** (3ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JONES, Ch.. **Design Methods: seeds for human futures.** Nova Iorque: John Wiley, 1970 / 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** (3ed.) São Paulo: Atlas, 1991.

LATOURE, B.. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

LATOURE, B.. On Actor-Network Theory: A Few Clarifications. *Soziale Welt* 47, 1996, p.369-381.

LATOURE, B.. **A esperança de Pandora.** Bauru: EDUSC, 2001.

LATOURE, B.. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia.** Bauru: EDUSC, 2004.

LATOURE, B.. **Reassemblar lo social.** Buenos Aires: Manantial, 2008a..

LATOURE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In NUNES, J. N.; ROQUE, R. [Orgs.] **Objetos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência.** Porto: Edições Afrontamento, 2008b, p. 39-62.

LATOURE, B. *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções.* In PARENTE, André (Org.) **Tramas da Rede – Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2013a, p. 39-63.

LATOURE, B. **I(n)vestigación sobre los Modos de Existência – uma antropologia de los modernos.** Buenos Aires: Paidós, 2013b.

LATOURE, B., & YANEVA, A. (2008). 'Give Me a Gun and I will Make All Buildings Move': An ANT's view of Architecture, 1-10. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Albena_Yaneva. Acesso em 19dez2018.

LAW, J.. **After Method: mess in social science research.** London, New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

LAW, J.; SINGLETON, V. '*Object Lessons*'. Center for Science Studies, Lancaster: Lancaster University, 2003. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Singleton-Object-Lessons.pdf> (consulta em 20set2020)

LUNGARZO, C.. **O Que É Ciência.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATURANA, H.; VARELA, F.. **A Árvore do Conhecimento.** Lisboa: Editoril Psi, 1995.

MATURANA, H.; VARELA, F. **De Máquinas e Seres Vivos: Autopoiese – a Organização do Vivo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

MATURANA, H.. **Ciência, conhecimento e vida cotidiana.** 2001.

MEDINA, E.; MARQUES, I. da C.; HOLMES, C. (eds) **Beyond Imported Magic - Essays on Science, Technology, and Society in Latin America.** Cambridge; Londres: The MIT Press, 2014.

MOL, A.. **The body multiple: ontology of medical practice.** Duke: Duke University Press, 2002.

MOL, A.. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas (In NUNES; ROQUE 2008, p. 63-78)

MORAES, M.; ARENDT, R.. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social, in *Psicologia em Estudo* v.18, n.2 Abr/Jun 2013. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-73722013000200012#nt01 > acesso em 06out2018.

MORAES, M.; BERNARDES, A. G. (2014). Apresentação. In A. G. Bernardes; G M. Tavares & M. Moraes (Orgs), *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia* (pp. 7 a 11). Vitória: Edufes.

MORIN, E.. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1996.

NORBERGH-SCHULZ, C.. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.** Londres: Academy Press, 1979.

- NUNES; J. A.; ROQUE, R.. **Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- ORNSTEIN, S.; BRUNA, G.; ROMÉRO, M. **Ambiente Construído & Comportamento: Avaliação Pós-Ocupação e a Qualidade Ambiental**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.
- PEDRO, R.. *Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais* In: Ferreira, A.; Freire, L. Moraes, M. & Arend, R. (orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, p. 78-96, 2010.
- PREISER, W. RABINOWITZ, H.; WHITE, E. **Post-Occupancy Evaluation**. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1988.
- RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G.. A. N.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M.. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ROLNIK, S.. **Cartografia Sentimental – transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
- SANTOS, B. de S.. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.
- SCHLEE, M.; SOUZA, M. J. N.; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P. A. Sistema de Espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. In TÂNGARI, ANDRADE, SCHLEE (2009: 28-50).
- SERRA, G. G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: EdUSP; Mandarim, 2006.
- SERRES, M.. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco, 1999.
- SILVEIRA, M.; PALOMBINI, A. L.; MORAES, M. EscreverCOM: uma experiência ético-política de pesquisa. In *Mnemosine* Vol.10, nº1, p. 2-22 (2014)
- [STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY](https://plato.stanford.edu/entries/deleuze/#ThoPla) Disponível em < <https://plato.stanford.edu/entries/deleuze/#ThoPla> > acesso em 18jul2018.
- STENGERS, I. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- STENGERS, I. A cosmopolitical proposal. In LATOUR, B.; WEIBEL, P. **Making things public: atmospheres of democracy**. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1003.
- STENGERS, I.. La propuesta cosmopolítica. In **Revista Pléyade** 14, jul-dez 2014, p. 17-41.
- TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. (Org.) **Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriação, ausências**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- TUAN, Y.. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E.. **A Mente Incorporada**. Porto Alegre: Arted, 2003.
- VARGAS, C. R. **Diálogo Ator-Rede em Arquitetura-Urbanismo: qualidade do lugar em food services**. Tese [Doutorado em Arquitetura]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- VENTURINI, T. *La cartographie de Controverses*. Comunicação no Colóquio CARTO 2.0, Paris, 3 de Abril de 2008.
- VENTURINI, T.. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. In **Public Understanding of Science**, 19(3), 2010, p.258–273. Disponível em < <http://pus.sagepub.com/content/19/3/258> > Acesso em 02set2014.
- YÁSIGI, E. **A Alma do Lugar: Turismo, planejamento e cotidiano**. (2ª Ed.) São Paulo: Contexto, 2001.
- WIKIPEDIA - A Enciclopédia livre. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki> > acesso em 24 dez2014.
- WIKIPEDIA - The Free Encyclopedia. Disponível em < <https://en.wikipedia.org/wiki> > acesso em 18jul2018.
- WIKILIBROS – Livros Abertos Por Um Mundo Aberto. Disponível em https://pt.wikibooks.org/wiki/Wikilivros:P%C3%A1gina_principal , acesso em 18abr2019